

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo**

14º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de abril a 30 de junho de 2022



JUSTIÇA E
SEGURANÇA
PÚBLICA



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:

11/07/2022

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, **no 14º Período Avaliatório (01/04/2022 a 30/06/2022)**. Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente **documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados**, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Como reportado nos Relatórios Gerenciais anteriores, desde março de 2020, a pandemia do novo a Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) tem imposto grandes desafios aos Estados, organizações e sociedade civil no Brasil e no mundo. Desde de então, nota-se um enorme esforço da Sejusp e da OS parceira no sentido de promover estratégias e ações capazes de minimizar os impactos da pandemia no que se refere ao pleno atendimento e execução da Política de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais. Ter que lidar com um nível alto de incerteza sobre as condições sanitárias e a variação desses índices de contaminação entre os municípios mineiros exigiu uma necessidade de constante planejamento, monitoramento e readequações das ações num curto espaço de tempo para todos os Programas da Política.

Após mais de dois anos pandemia e com a recente ampliação da vacinação, o ano de 2022 traz condições minimamente estáveis para atuação dos Programas a patamares similares aos seus padrões metodológicos tradicionais. Apesar do surto de contaminações com a nova variante da Covid-19 no mês de janeiro, os meses seguintes apresentaram relativa melhora das condições sanitárias, e, graças ao aprendizado e dedicação de todos os envolvidos, foi possível cumprir quase que integralmente todas as metas previstas no primeiro trimestre desse ano (13º PA).

Por sua vez, o atual 14º PA apresenta-se como um período bastante positivo não somente pelo cumprimento integral de quase todos os indicadores pactuados, mas também pelo início e conclusão de alguns produtos que estavam suspensos há 2 anos devido as restrições da pandemia, quais sejam: 1) conclusão do Curso de Qualificação Profissional de Jovens atendidos pelos Programas de Prevenção, que teve 180 alunos inscritos, 128 certificados e um índice de conclusão de 71%; 2) início dos Cursos Profissionalizantes para os atendidos do Programa PRESP,

com 1 turma concluída das 18 previstas para 2022; 3) o início do Circuito Liberdade, do Programa Se Liga. Um projeto de alta complexidade institucional e de execução porque envolve a saída para atividades externas das equipes do Programa com jovens da semiliberdade e internação de Unidades Socioeducativas de BH e RMBH . Superados os desafios, esse projeto tem sido um sucesso e já desenvolveu, até o mês de junho, 4 atividades de uma série de 14 previstas. Além disso, destacam-se: 4) conclusão do Diagnóstico de implantação da UPC do Selo Prevenção na RISP 10 e início da construção dos Planos de Ação dos municípios que compõem a regional; 5) finalização do Projeto Piloto ComAgente, do Programa Mediação de Conflitos, e expansão do projeto para 26 UPCs a partir de julho e 6) o aumento dos projetos de circulação e projetos locais das equipes do Programa *Fica Vivo!* visando ampliar o vínculo e diálogo com a juventude – ação importante após os longos períodos restritivos da pandemia.

Adicionalmente, outra marca importante e histórica do 14º PA foi o volume expressivo de (re)implantações e inaugurações dos Programas e UPCs, a saber: 1) Implantação do “Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher e Responsabilização de Homens Autores de Violência”, em parceria com Ministério Público Estadual, no município de Curvelo¹; 2) Reimplantação da UPC de base local (Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos) em Sevilha/Rosaneves - Justinópolis; 3) Implantação do Programa PrEsp, em Ibitaré; 4) Implantação do Programa PrEsp, em Vespasiano; 5) Inauguração da nova sede e Implantação do Programa PrEsp, em Divinópolis; 6) Reimplantação da UPC de base local no Primeiro de Maio/Providência – Belo Horizonte; 7) Inauguração da UPC da RISP 10, em Patos de Minas, do Programa Selo Prevenção e 8) Inauguração do Programa PrEsp, em Sete Lagoas.

Por fim, como será possível perceber, apesar da melhora do contexto pandêmico e dos resultados positivos, os muitos desafios e dificuldades da execução dos programas continuam presentes no 14º PA. Contudo, o esforço coletivo das equipes e de todas as pessoas envolvidas na construção da Política de Prevenção tem sido capaz de romper as adversidades e promover o cumprimento integralmente de grande parte dos objetivos pactuados. Na sequência, descreve-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

1 Para mais informações: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-inaugura-em-curvelo-projeto-inedito-de-prevencao-e-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher>

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					14º Período Avaliatório Abr/22 a Jun/22	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	17236	22897
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1520	1861
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	6000	6141
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2184	2291,6
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	5460	4654,7
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	27675	30238
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	205	277
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	360	579
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	90	410
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	360	632
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	25980	26944
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	5	74%	73,2%
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	2010	1895

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					14º Período Avaliatório Abr/22 a Jun/22	
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	11592	10487
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	85,4%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	804	1103
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	6.1	Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	2	9	-
		6.2	Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica	3	60	-
		6.3	Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	3	35	-
7	Programa Selo Prevenção Minas	7.1	Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	4	540	505
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	1	2400	3.135
		8.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	15	11,8
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPC's de Base Local	4	28	29
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas	4	9	9
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	100%	-
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	100%	-
11	Produtos	11.1	Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	1	150	180
		11.2	Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	1	60%	71%
		2.2	Diagnóstico de Implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de abrangência Regional do Programa Selo Prevenção Minas	1	100%	100%

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
17.236	22897
Descrição do Indicador	
O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido. Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades: 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco; 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Contextualização geral do Programa e dos indicadores no período avaliatório

Neste período avaliatório (14º PA), o Programa Mediação de Conflitos atingiu todas as metas estabelecidas para os indicadores, mesmo com a projeção de metas superior à do trimestre passado, sendo o *Indicador 1.1 – Número de atendimentos*: 8.988, e no anterior 8.247, acréscimo de 741 atendimentos. Do mesmo modo, temos o *Indicador 1.2 – Média mensal de pessoas atendidas*: 4.560, no anterior, 4.164, o que totaliza um aumento de 396 pessoas. Já no *Indicador 1.3 – Número de ações em rede*, passamos para 3.129, enquanto no 1º trimestre a meta era de 2.868, ocasionando, então, um acréscimo de 261 ações de rede. Essa comparação é importante para a análise individual de cada indicador, uma vez que todos sofreram alterações para o período. Por essa razão, torna-se ainda mais expressivo o atingimento das metas estabelecidas para o 14º período avaliatório.

Em relação ao *Indicador 1.1 – Número de atendimentos*, o PMC realizou neste trimestre (abril/maio/junho) **11.458** atendimentos, **22% a mais do que era o previsto para o período** (meta: 8.988 atendimentos). Se considerarmos o que era previsto para a execução mensal, o PMC tinha como meta realizar 2.996 atendimentos por mês. Observamos que em todos os meses essa meta foi alcançada: em abril, 3.291 atendimentos (9% > meta); em maio, 4.240 (30% > meta), em junho, 3.927 (24% > meta). Os resultados para esse indicador, corroboram com análises anteriores, destacando não só o investimento do PMC em práticas coletivas, mas também, a consolidação desse formato de intervenção com a comunidade, o que possibilita um alcance maior de pessoas nos territórios.

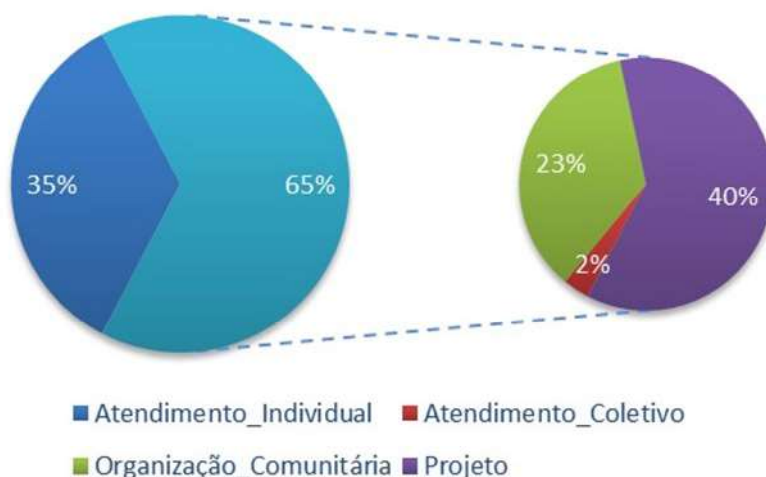
Modalidades de atendimento PMC [abr.-jun. 2022]



Algumas equipes iniciaram a execução do projeto *É na Base!* ao longo deste trimestre, o que impactou no quantitativo de atendimentos, uma vez que a intervenção em escolas alcança um número expressivo de participantes. Para as equipes que já haviam executado o projeto *É na Base!*, surgiram diversos desdobramentos, propiciando novas ações no âmbito escolar. Outro fator que deve ser considerado na análise dos resultados deste indicador é que, especialmente a partir do mês de maio, as equipes iniciaram o movimento de mobilização para a execução do curso *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*, projeto institucional que será realizado por todas as equipes a partir de julho/22. Todo o processo de mobilização para participação das referências comunitárias no curso gera atendimentos na modalidade de *organização comunitária*. Outro movimento que impacta esse indicador a partir de maio é o processo de transição das contratações do projeto *ComAgente*. Tivemos 12 equipes investidas nesse processo de divulgação e orientação acerca das propostas de oficinas, acarretando igualmente um impacto positivo nos atendimentos de *organização comunitária*.

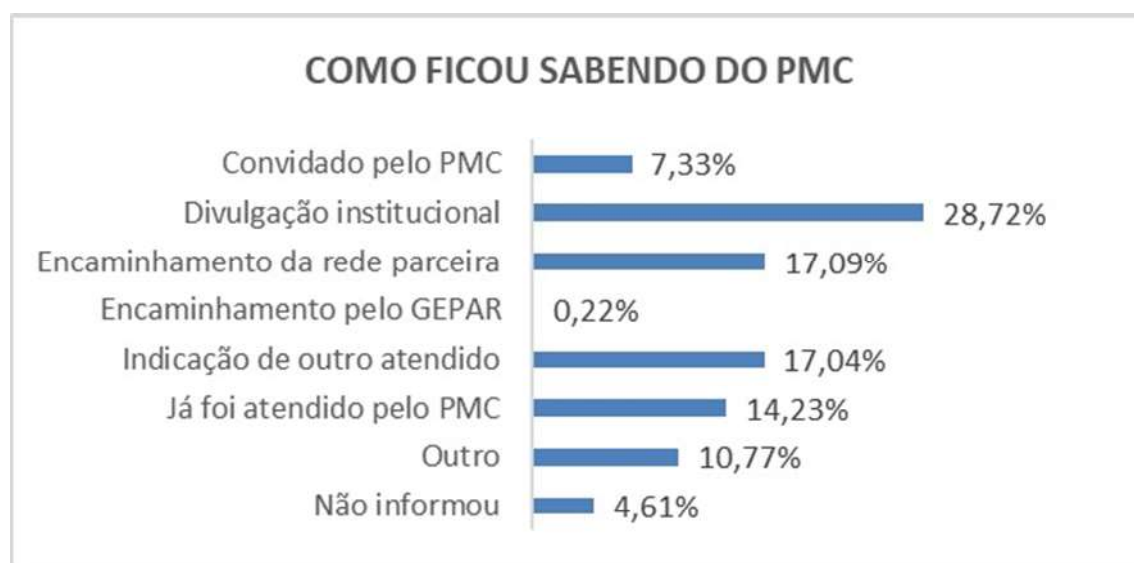
É preciso destacar novamente a execução das oficinas do *ComAgente*, que se desdobram em números consideráveis de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos, se compararmos com o período anterior à sua implantação. Graças em grande medida às oficinas, o percentual de atendimentos coletivos é quase o dobro dos individuais.

Modalidade Individual X Coletivas [abr.-jun. 2022]



No que se refere ao indicador **Média Mensal de Pessoas Atendidas**, o PMC ultrapassou a meta prevista para este trimestre, que era de 4.560, atendendo **5.585 pessoas** (19%>). Diferente do trimestre anterior, quando a meta mensal não foi atingida nos dois primeiros meses do ano, neste período, em todos os meses, a meta mensal de 1.520 pessoas atendidas foi superada: em abril, 1.694; em maio, 2.055, em junho, 1.836. A execução do projeto *É na Base!* por algumas equipes, assim como no *Indicador 1.1*, ainda impacta os resultados deste indicador, uma vez que alcança pessoas que ainda não tinham tido contato com o PMC. Da mesma forma, os processos de mobilização, tanto para o curso *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*, quanto para as oficinas do *ComAgente*, também impactaram os resultados experimentados nesse trimestre, principalmente no mês de maio (início do processo de mobilização), no qual foram registradas 2.055 pessoas atendidas, o que representa 27% > meta/mês (1.520). O atingimento desse indicador vinha sendo mais desafiador em comparação com os outros, pois representa a diversificação do público atendido. Porém o que observamos é que os investimentos em intervenções coletivas têm favorecido o alcance dessa meta ao longo do 1º semestre/2022.

Em relação à média de pessoas atendidas, também é importante observar como os atendidos têm chegado ao PMC. Isso reflete o alcance de pessoas novas nos territórios de atuação. Grande parte dessas pessoas tem chegado por meio de divulgação institucional, quase 30% do público. Fruto do empenho significativo das equipes em dar visibilidade ao PMC nas comunidades atendidas.



No que se refere ao **Indicador 1.3 - Ações de rede**, o programa alcançou a meta estipulada para o trimestre, realizando 3.153 ações, 1% a mais do que o previsto, que eram 3.129 ações de rede. Este indicador tem se mostrado estável ao longo desse semestre. Porém, não podemos desconsiderar que no 2º trimestre tivemos um aumento da meta, totalizando 261 ações a mais que o período anterior. Apenas no mês de abril, a meta estabelecida para o mês (1.044) não foi alcançada, totalizando 882 ações de rede realizadas, o que representa 16% a menos do que a meta. O mês de abril contou com 2 feriados prolongados, o que interferiu na articulação com os serviços da rede, bem como impactou em agendas fixas com os equipamentos dos territórios. Já nos meses subsequentes (maio/junho), alcançamos a meta de ações/mês, sendo que em maio tivemos 1.203 ações, e em junho, 1.068. Algumas ações repesadas no mês de abril podem ter contribuído para esses resultados, além das articulações de rede voltadas para a execução do curso *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*, que conta com a parceria de equipamentos do território para ser executado.

Em acréscimo aos resultados apresentados, a expectativa de melhoria do desempenho das equipes com implantação recente, a recomposição das equipes com a chegada dos estagiários, a ampliação do *ComAgente* (26 oficinas) e a execução do curso *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*, apontam um horizonte de possibilidades bastante promissor para o PMC. O programa caminha não só para o cumprimento da meta global/2022, mas também para o estabelecimento de parâmetros muito representativos para uma política pública com viés comunitário.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) foram realizados cumulativamente 22.897 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até junho de 2022 era de 17.236, atingiu-se o objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 1 – Distribuição do Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CABANA	408	43	87	104	642
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	154	85	54	59	352
JARDIM FELICIDADE	237	100	95	115	547
JARDIM LEBLON	167	101	186	185	639
MINAS CAIXA	0	0	12	19	31
MORRO DAS PEDRAS	236	52	108	83	479
PEDREIRA PRADO LOPES	352	95	98	102	647
PRIMEIRO DE MAIO	0	0	0	22	22
RIBEIRO DE ABREU	260	78	164	89	591
SANTA LÚCIA	317	81	115	106	619
SERRA	535	96	141	157	929
TAQUARIL	1616	557	700	538	3411
VILA PINHO	304	80	104	63	551
CITROLÂNDIA	290	56	109	86	541
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	741	211	255	232	1439
PTB	281	78	137	89	585
NOVA CONTAGEM	543	119	108	112	882
RESSACA	294	54	65	97	510
CARAPINA	299	101	90	138	628
TURMALINA	947	209	332	316	1804
BOM JARDIM	209	35	41	43	328
OLAVO COSTA	608	281	210	216	1315
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	255	178	82	82	597
JUSTINÓPOLIS	138	38	46	106	328
ROSANEVES	0	0	14	11	25
VENEZA	655	112	179	122	1068
PALMITAL	749	255	431	346	1781
VIA COLÉGIO	251	51	80	85	467
JARDIM CANAÃ	194	7	54	86	341
MORUMBI	263	78	88	78	507
MORRO ALTO	139	60	55	37	291
TOTAL	11442	3291	4240	3927	22897

Antes de realizar as análises individualizadas das equipes que apresentaram desempenho significativamente inferior ou superior ao esperado para o trimestre, é importante destacar e justificar 3 equipes que foram implantadas nos meses de maio e junho e que tiveram o desempenho muito abaixo do previsto para os três indicadores: Jardim dos Comerciantes, Primeiro de Maio e Rosaneves. Abaixo, segue uma tabela dessas equipes com os dados do trimestre referentes aos 3 indicadores.

Desempenho das equipes no 2º Trimestre de 2022			
Equipes	Indicadores		
	1.1 Atendimentos	1.2 Média Mensal de Pessoas Atendidas	1.3 Ações junto às redes de proteção social
Jardim dos Comerciantes	25%	9%	8%
Primeiro de Maio	18%	30%	16%
Rosaneves	20%	32%	67%

As metas individuais para essas três equipes foram estabelecidas no final de 2021, considerando que as implantações aconteceriam em janeiro de 2022 e que as metas só seriam cobradas em março, sendo que nos meses de janeiro e fevereiro, as metas para essas equipes estariam zeradas. Quando as UPCs são implantadas, as metas começam a ser cobradas somente no terceiro mês de trabalho, pois o PMC considera que a equipe necessita de um tempo para realizar um diagnóstico inicial, conhecendo o território, os atores da rede social mista local, bem como realizar a divulgação do programa para a população e instituições. Como o PMC é um serviço de adesão voluntária, essas etapas são essenciais para que o público conheça e se vincule ao programa. Entretanto, houve um atraso nas implantações, e as três equipes foram implantadas recentemente, entre os meses de maio e junho de 2022, por isso nenhuma delas conseguiu atingir as metas, pois estão na fase inicial de diagnóstico, mencionada acima. É provável que no próximo trimestre, a partir de uma maior consolidação do trabalho nos territórios, essas equipes possam apresentar melhor desempenho, já que as metas estarão mais adequadas ao momento de atuação delas.

Em relação ao indicador *Número de Atendimentos*, somente a UPC do Morro Alto esteve mais distante da meta individual neste trimestre (abaixo de 80%). A equipe realizou 78% da meta prevista. Um dos principais fatores que contribuíram para este resultado se refere à dificuldade que a equipe tem tido para conseguir realizar atendimentos nas modalidades mais coletivas, pois o território é pouco articulado neste sentido, com poucas associações e/ou entidades, e também com um número pequeno de referências comunitárias, pelo menos as que são conhecidas pela equipe. Dessa forma, as analistas têm se empenhado para conhecer e potencializar referências comunitárias menores, de forma a realizar um trabalho conjunto. Vale destacar que no ano passado, a equipe atendeu dois casos coletivos sobre desapropriação de moradores do território, além de um caso coletivo sobre o transporte público, o que teve impacto nos atendimentos e consequentemente neste indicador. Entretanto, casos como estes mencionados não aparecem com tanta frequência e a equipe segue pensando estratégias de mobilização. Cabe destacar ainda que no mês de junho houve uma queda considerável na procura por atendimentos individuais, o que também impactou este indicador.

Já as UPCs que estiveram significativamente acima da meta individual, perfazendo mais de 50% do previsto, foram as seguintes equipes: Jardim Leblon, Taquaril, PTB, Turmalina, Olavo Costa, Justinópolis e Palmital.

No atual trimestre avaliatório, a equipe do PMC Jardim Leblon deu um salto quantitativo e qualitativo em relação aos seis meses anteriores. Entre abril e junho de 2022, a equipe realizou a média mensal de 157 atendimentos, 81% acima da meta projetada. Nos três primeiros meses do ano, a média mensal era de 56 atendimentos. A partir de então, a nova equipe diversificou as modalidades de atendimento, investindo maciçamente em intervenções coletivas (53%), em parceria com escolas locais ou com referências comunitárias. A estabilização na composição da equipe, que vivenciava uma rotatividade acentuada desde outubro de 2021, associada ao empenho e à qualidade técnica das analistas e da gestão social, produziram uma guinada extraordinária na trajetória do PMC Jardim Leblon. O horizonte de possibilidades traçado pela equipe tem sido promissor.

O PMC Taquaril alcançou o impressionante número de 1795 atendimentos nos três últimos meses, 120% acima da maior meta estipulada para uma equipe do programa. Apenas em maio, foram realizados 700 atendimentos. Além das quatro oficinas do projeto *ComAgente*, que vinham atendendo um público numeroso e constante, a equipe realizou rodas de conversa em escolas e cortejos comunitários voltados à sensibilização contra a violência de gênero. Quase 96% dos atendimentos feitos pelo PMC Taquaril se enquadram nas modalidades coletivas de intervenção. Essa faceta comunitária, contudo, não implicou no abandono dos casos individuais, especialmente aqueles atravessados por situações de violência.

Análise parecida pode ser feita em relação ao desempenho do PMC Turmalina. A equipe realizou em média 286 atendimentos por mês, 70% acima da meta definida para o período. O funcionamento de duas oficinas do *ComAgente*, paralelo às ações de organização comunitária em torno do Curso de Segurança Cidadã e aos projetos de prevenção à violência ocorridos nas escolas públicas, sustentaram os atendimentos no mesmo patamar elevado do período avaliatório anterior. A exemplo do PMC Taquaril, observa-se uma concentração dos atendimentos em modalidades coletivas: 85% do total.

A UPC do PTB esteve 56% acima da meta prevista para o trimestre, com destaque para o mês de maio, no qual a meta foi ultrapassada em 111%. Alguns fatores contribuíram para o ótimo desempenho da equipe, sendo cruciais as articulações e atendimentos realizados em práticas mais coletivas de atendimento. Dessa forma, a equipe organizou e participou da ação comunitária Vila Colorida, que reuniu diversos serviços do território. Também realizou um encontro com moradores de um conjunto Habitacional para discussão de situações de conflito, além de organizar e participar, juntamente com as equipes das UBSs e CRAS do território de ações relacionadas ao dia de Combate ao Abuso Sexual e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Em relação ao número de atendimentos previstos para o trimestre, a equipe do Palmital realizou 1.032 atendimentos, 169% da meta para este período avaliatório, considerando que a meta eram 612 atendimentos. As intervenções das oficinas do *ComAgente* sempre impactam esse indicador, uma vez que as oficinas têm tido uma boa frequência de pessoas. Mas outro fator deve ser considerado nesse trimestre: a execução do *É na Base!* no mês de maio. Só no

referido mês, a equipe registrou 351 atendimentos na modalidade *Projetos de Prevenção*. Os processos de mobilização para o recebimento de novas propostas do ComAgente, e também para a participação no curso *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*, possibilitaram um aumento de atendimentos no período.

O PMC do Olavo Costa, realizou neste trimestre 707 atendimentos, 163% da meta para o período, que eram 435 atendimentos. Além de ser um indicador alcançado atualmente com folga pela equipe, devido às oficinas do *ComAgente*, no mês de abril, a equipe executou o projeto *É na Base!*, aumentando os atendimentos nesse período. Assim como as demais equipes que investiram nos processos de mobilização para o recebimento de novas propostas do *ComAgente*, e também na mobilização do curso *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*, houve impacto no número de atendimentos em função dessas intervenções junto à comunidade.

No 2º trimestre, a equipe do Justinópolis realizou 154% da meta prevista de atendimentos, somando 190 atendimentos, enquanto a meta eram 123 atendimentos. A execução do *É na Base!* no mês de maio e junho impactou expressivamente esse indicador, especialmente em junho, quando a equipe realizou 106 atendimentos. As intervenções em organização comunitária também foram expressivas nesse período, somando 75 atendimentos do total do período. O aumento das intervenções em organização comunitária são fruto do período de mobilização para o curso de *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*, que gerou diversos contatos com a comunidade.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.520	1861
Descrição do Indicador	
Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária: 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco; 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) foram atendidas em média 1.861 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.520, alcançou-se 122% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA MENSAL POR UPC					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA
CABANA	69	26	50	71	49
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	26	66	18	37	40
JARDIM FELICIDADE	61	73	54	92	73
JARDIM LEBLON	32	39	104	77	73
MINAS CAIXA	0	0	3	3	2
MORRO DAS PEDRAS	41	25	37	65	42
PEDREIRA PRADO LOPES	63	49	65	57	57
PRIMEIRO DE MAIO	0	0	0	20	7
RIBEIRO DE ABREU	66	70	142	86	99
SANTA LÚCIA	45	37	32	50	40
SERRA	76	51	70	77	66
TAQUARIL	116	108	168	95	124
VILA PINHO	57	44	50	32	42
CITROLÂNDIA	66	41	80	60	60
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	108	102	118	90	103
PTB	62	44	104	62	70
NOVA CONTAGEM	146	83	69	58	70
RESSACA	75	23	25	48	32
CARAPINA	62	90	43	63	65
TURMALINA	143	76	117	103	99
BOM JARDIM	63	30	22	35	29
OLAVO COSTA	56	125	54	75	85
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	51	175	74	47	99
JUSTINÓPOLIS	31	22	42	69	44
ROSANEVES	0	0	11	10	7
VENEZA	186	87	151	60	99
PALMITAL	71	90	196	115	134
VIA COLÉGIO	61	33	51	60	48
JARDIM CANAÃ	14	2	27	49	26
MORUMBI	44	41	40	40	40
MORRO ALTO	30	42	38	27	36
TOTAL	1921,3	1694	2055	1836	1862

No indicador “média mensal de pessoas atendidas”, somente a equipe da Vila Pinho atingiu menos de 80% da meta prevista para o trimestre.

No segundo trimestre de 2022, a equipe da Vila Pinho esteve especialmente investida em atendimentos individuais, o que impactou nos resultados obtidos para o indicador relativo à média de pessoas atendidas. Consequentemente, o período de férias de um dos analistas e a chegada de uma analista para composição da equipe nesse período, também exigiram investimento na organização para o trabalho, diminuindo as intervenções em práticas coletivas, o que impactou o indicador. Dessa maneira, a equipe atingiu 79% da meta estabelecida para o trimestre.

Nove UPCs tiveram um desempenho superior no *Indicador 1.2*, atingindo em mais de 50% o previsto. Foram elas: Vila Cemig, Jardim Felicidade, Jardim Leblon, Ribeiro de Abreu, Citrolândia, PTB, Santos Reis, Justinópolis e Veneza.

A equipe da Vila Cemig, no 2º trimestre, alcançou resultados superiores ao período passado neste indicador, atendendo a média de 121 pessoas, 161% da meta (75 pessoas). Apesar de ter registrado, no mês de maio, apenas 72% da meta, a realização do projeto *É na Base!* no mês de abril, as articulações para o curso *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*, somadas ao fluxo de casos novos que a equipe acompanhou nesse período, foram decisivos para o alcance dos resultados superiores no trimestre.

O bom desempenho do PMC Jardim Felicidade para este indicador se deve às ações de organização comunitárias e aos projetos de prevenção à violência em escolas públicas da área de abrangência. O êxito do projeto *É na Base* abriu a porta das instituições de ensino, de tal modo que a equipe tem contingenciado as demandas a ela endereçadas pelas diretorias das escolas e pela comunidade escolar. Por conta desse cenário de expansão de intervenções em espaços escolares, a diminuição do ritmo de outras frentes coletivas de atuação, como o grupo *Café com Elas*, voltado ao acolhimento e a consolidação de redes de apoio mútuo entre mulheres, teve pouco impacto quantitativo nas atividades da equipe. A aposta passa a ser a possível conexão das adolescentes em idade escolar com o grupo de mulheres já acompanhadas pela equipe.

Também em relação ao número de pessoas atendidas, houve uma melhora expressiva no desempenho da equipe do PMC Jardim Leblon, em comparação com o período avaliatório anterior. Entre janeiro e março de 2022, a média mensal de pessoas atendidas pela equipe foi de 32; entre abril e junho de 2022, essa média chegou a 74 pessoas atendidas mensalmente, aumento de 131%, ultrapassando com folga a meta mensal (48). É notável o resultado da aposta em modalidades coletivas de atendimento, seguida de estratégias de aproximação e mapeamento de referências comunitárias, além do acompanhamento sistemático de casos individuais. Como dito no tópico anterior, a estabilização da composição da equipe, somada ao empenho na execução do plano de trabalho estruturado em diálogo com a supervisão e a gestão social, parece ter revertido a tendência anterior de enfraquecimento do vínculo entre PMC e comunidade.

Neste período, a equipe Ribeiro de Abreu conseguiu um alcance expressivo de pessoas atendidas, resultando no cumprimento da meta em 237% do estipulado (298 pessoas atendidas). Esse resultado deve ser atribuído, principalmente, aos desdobramentos do projeto *É na Base!*, realizando projetos de prevenção em outra escola do território, às articulações para a execução do *ComAgente*, além da mobilização para o curso *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*, possibilitando a interação com um público diversificado.

A UPC do Citrolândia realizou 59% a mais do previsto para o trimestre, com destaque para o mês de maio, em que superou em 70% a meta. Dentre os fatores que contribuíram para estes resultados está a maior consolidação da equipe que, durante o ano de 2021 e início de 2022 passou por diversas modificações em sua composição, com a entrada e saída de 4 analistas. Atualmente, a equipe está com uma formação consolidada e tem conseguido planejar e executar ações, atendimentos e articulações. Principalmente, nos meses de maio e junho, a equipe realizou muitos atendimentos individuais, tanto para orientação, quanto para mediação, advindos principalmente de encaminhamentos realizados pela rede de proteção. Além disso, o Programa tem realizado projetos de prevenção às violências com adolescentes e mulheres, sendo o primeiro um desdobramento do projeto institucional “É na Base”, realizado em março. Estes projetos também produziram impacto neste indicador.

A equipe do PTB realizou 100% a mais do previsto para este trimestre, com destaque para o mês de maio, no qual a equipe superou a meta em 197%. De forma semelhante ao indicador 1.1, as ações coletivas realizadas pela equipe, principalmente no mês de maio foram fundamentais para os resultados alcançados, já que, através das ações de organização comunitária (Vila Colorida, reunião com moradores e ações sobre o dia 18 de Maio), foi possível ter acesso a novos moradores, aumentando assim, a média de pessoas atendidas pelo programa.

Entre março e maio de 2022, o PMC Santos Reis superou com tranquilidade a meta mensal de pessoas atendidas (45). Em abril a equipe atingiu o pico de 175 pessoas atendidas, sendo que 167 delas não haviam passado antes pelo programa. Esse resultado satisfatório se deve à realização de projetos de prevenção à violência em escolas públicas da comunidade, fato evidenciado pelo número de atendimentos nessa modalidade de intervenção no mês de abril (162). Trata-se de mais uma reverberação positiva do projeto *É na Base!*, que parece se estender para além do cronograma inicialmente previsto.

A equipe do Justinópolis também superou as metas estabelecidas para esse indicador no trimestre. Desse modo, realizaram 177% da meta prevista (133 pessoas atendidas). Mesmo não atingindo a meta no mês de abril (88% da meta), nos meses subsequentes, a equipe superou significativamente a meta (168% maio/276% junho). A equipe também esteve investida na execução do *É na Base!* e nos processos de mobilização para o curso *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*, interações que afetaram esse indicador.

Para esse indicador, o PMC do Veneza realizou 181% da meta prevista, que era de 132 pessoas atendidas. A execução de um projeto de prevenção às violências em maio permitiu um alcance mais amplo de pessoas atendidas, seguido das articulações para o curso *Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*, que diversificou as pessoas abrangidas pela equipe.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
6.000	6141
Descrição do Indicador	
O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido. Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados: 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária; 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3) Discussão de casos com a rede de proteção social; 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Até o mês de junho de 2022 do Contrato de Gestão 002/2019 haviam sido realizadas cumulativamente 6.141 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 6.000, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CABANA	73	17	19	26	135
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	87	15	28	27	157
JARDIM FELICIDADE	104	28	59	18	209
JARDIM LEBLON	103	45	72	71	291
MINAS CAIXA	0	0	0	4	4
MORRO DAS PEDRAS	89	32	26	37	184
PEDREIRA PRADO LOPES	98	17	33	26	174
PRIMEIRO DE MAIO	0	0	0	8	8
RIBEIRO DE ABREU	122	26	46	13	207
SANTA LÚCIA	107	29	32	30	198
SERRA	185	38	43	37	303
TAQUARIL	131	40	62	41	274
VILA PINHO	155	46	29	63	293
CITROLÂNDIA	99	26	57	43	225
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	161	42	64	33	300
PTB	100	40	39	26	205
NOVA CONTAGEM	135	42	63	43	283
RESSACA	59	24	26	40	149
CARAPINA	117	46	47	51	261
TURMALINA	142	25	66	79	312

Tabela 3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
BOM JARDIM	42	15	29	11	97
OLAVO COSTA	174	50	66	64	354
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	99	32	35	36	202
JUSTINÓPOLIS	72	23	26	23	144
ROSANEVES	0	0	21	13	34
VENEZA	119	69	47	47	282
PALMITAL	99	40	57	54	250
VIA COLÉGIO	79	17	31	27	154
JARDIM CANAÃ	66	10	33	26	135
MORUMBI	103	31	31	31	196
MORRO ALTO	68	17	16	20	121
TOTAL	2988	882	1203	1068	6141

Em relação ao indicador 1.3, três UPCs atingiram menos de 80% da meta individual prevista para o segundo trimestre: Serra, Cabana e Morro Alto.

O PMC da Serra realizou 73% da meta. Nos meses de abril e junho houve um desempenho mais abaixo do esperado, o que impactou de forma significativa o trimestre. Assim como ressaltado anteriormente, o mês de abril teve menos dias de trabalho, devido aos feriados, o que dificultou alguns atendimentos e, por conseguinte, também impactou nas articulações de rede que poderiam ser realizadas neste período. Neste trimestre também houve o remanejamento de um analista para outra unidade e a chegada de uma nova analista à equipe no final de maio. Dessa forma, a nova analista está passando por um processo de formação e conhecimento do território, bem como da rede, o que também impacta no número de articulações com a rede, visto que este processo de adaptação é necessário até que ela consiga conduzir o trabalho de forma mais autônoma. Outro fator relevante é que a equipe tem atendido menos casos individuais do que o esperado, que é uma prática responsável por gerar articulações com a rede, principalmente no que se refere às discussões de caso e encaminhamentos. Como já trazido anteriormente, a equipe tem pensado estratégias para reduzir o número de faltas aos atendimentos agendados. Este fato ocorre, pois o tempo de espera entre o agendamento e o efetivo atendimento tem sido relativamente grande devido à procura por atendimento na UPC.

A UPC do Cabana apresentou um desempenho baixo neste indicador, atingindo somente 49% da meta, sendo que em abril o resultado ficou mais abaixo, impactando de forma significativa os demais meses do trimestre. Além dos feriados em abril proporcionarem menor possibilidade de ações de rede, outros elementos também contribuíram para tal cenário. Um dos fatores é o fato do território estar sem reuniões entre os atores da rede formal desde o começo da pandemia, o que proporciona impacto no número de alinhamentos institucionais, encaminhamentos e discussões de caso. No próximo trimestre, as reuniões voltarão a ser realizadas e estima-se que o desempenho neste indicador seja melhor. Além disso, através de supervisões com a equipe foi possível constatar uma subnotificação de algumas ações de rede, mas também é esperado que a partir dos próximos meses esse número se altere a partir dos alinhamentos feitos.

O PMC do Morro Alto realizou 77% do previsto para este indicador no trimestre. Um dos aspectos que contribuíram para esse contexto é o baixo número de atendimentos que a equipe vem realizando, já ressaltado no indicador 1.1, o que impacta em menos ações de rede, já que o número de discussões de caso e encaminhamentos se mostram reduzidos. Outra questão é a fragilidade da rede local e municipal, o que dificulta as articulações do PMC com essas instituições para alinhamentos, já que se mostram pouco abertas.

As UPCs que tiveram um desempenho superior neste indicador, superando em mais de 50% as metas previstas foram: Jardim Leblon e Olavo Costa.

A admirável evolução do PMC Jardim Leblon também se expressa nesse indicador. Se entre janeiro e março, a média mensal de ações em rede foi de 26, entre abril e junho, esse número chegou a 62, aumento de 138%, ultrapassando com boa margem a meta estipulada (38). O esforço de mapeamento da rede institucional e comunitária caminhou ao lado do cuidado com o registro das atividades. O número de construções de fluxo e discussão de casos praticamente dobrou entre o período avaliatório anterior e o atual. Certamente essa postura de disponibilidade frente à rede parceira qualificou o acompanhamento de casos, a construção de ações conjuntas e o aprimoramento de fluxos de encaminhamento, impactando positivamente todos os indicadores da equipe.

Ao longo do 2º trimestre, a equipe do Olavo Costa participou de diversas ações no território que impactaram esse indicador, realizando 180 ações de rede, enquanto a meta para o período era de 99. As diversas articulações para acompanhamento dos casos, que têm exigido muitos contatos com a rede de serviços, também é um fator que

contribui para os resultados alcançados. A equipe sinaliza que, atualmente, as articulações com a rede têm sido mais favoráveis à execução do trabalho no território, gerando um fluxo maior do que o previsto para essas ações.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2.184	2291,6
Descrição do Indicador	
As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local) que extrapolam a dimensão do ofício. As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPC (chamados de oficineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens. As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto. Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Contextualização Geral dos Indicadores do Programa:

Com o impacto da pandemia e de seus agravantes nos atendimentos do Programa Fica Vivo! fez-se necessário o aprofundamento das discussões acerca das formas ampliadas de atender os adolescentes e jovens, assim como a criação de estratégias que considerassem cada cenário de saúde. Apesar das especificidades locais e municipais, foi possível notar, de uma forma geral, quatro momentos do Programa em que cada modalidade de atendimento se sobressaiu e ganhou destaque:

- 1) Suspensão das oficinas e destaque para os atendimentos individuais e grupais: com a suspensão das oficinas e dos oficineiros, emergiu o desafio de manutenção dos diálogos territoriais e dos vínculos com os adolescentes e jovens, sendo necessário intensificar a atenção para o atendimento individual, considerando-o, especialmente, em sua potência qualitativa. Além dos atendimentos individuais, as equipes também lançaram mão dos atendimentos grupais como ferramenta para acesso e manutenção do vínculo com a juventude. Os grupos inicialmente se deram de forma virtual, e sendo executados de acordo com as possibilidades de cada grupo de jovens, alguns sendo realizados em plataformas de reunião, como o Google Meet, e em outras situações tendo como mediador da interação entre jovens e analistas os grupos de whatsapp. Tais iniciativas exigiram bastante criatividade e planejamento das equipes, para a sustentação desses grupos, o planejamento dos temas e a forma de abordagem no plano virtual, de forma a poder dialogar com o público atendido.
- 2) Retomada das oficinas e destaque para as (re)implantações em espaços com maior limitação no formato de execução, devido à pandemia: com a discreta melhora nos indicadores de saúde, as oficinas foram (re)implantadas gradativamente, com restrições estabelecidas pelo Plano de Retomada (especificidades dos locais, número de participantes, uso de máscaras, entre outras) dando prioridade àquelas de modalidades em que fosse possível maior distanciamento social entre os participantes. Neste momento, as oficinas retomadas foram predominantemente as de cultura e artes.
- 3) Retomada das oficinas de esportes e destaque para as (re)implantações em espaços públicos e de redes parceiras: a partir da melhora nos índices de saúde e vacinação da população, tornou-se viável a ampliação do

número de oficinas nos territórios, contemplando as oficinas de esportes, uma vez que as redes locais parceiras e os espaços públicos voltaram às suas atividades e aberturas cotidianas. Neste momento, o alcance de algumas metas e melhorias de desempenho nos indicadores do Programa começaram a ser demonstráveis quantitativamente.

- 4) Reestruturação das oficinas e destaque para os Projetos Locais e de Circulação: este momento compreende o presente período avaliatório, no qual é possível que as equipes invistam em Projetos Locais e de Circulação, favorecendo a mobilidade, circulação, convivência, interação e vínculos das juventudes entre si, com os territórios, com as redes, com osicineiros e com os analistas. Assim, os Projetos intervêm duplamente, pois incidem sobre os cenários em que a pandemia forçou o isolamento das vivências dos sujeitos e forçou o isolamento do Programa nos territórios. Concomitante ao investimento nos Projetos Locais e de Circulação, que impactam qualitativamente e quantitativamente de forma expressiva nos indicadores, as equipes têm se voltado às reestruturações das oficinas, acompanhamento e avaliações para aumento da qualidade das atividades ofertadas, ampliação das divulgações para aumento no número de jovens participantes em oficinas e formulação de chamamentos públicos para recebimento de novas propostas de projetos.

Nesta perspectiva, no atual período avaliatório, referente aos meses abril-maio-junho, é possível verificar o alcance das metas nos indicadores 2.1 e 2.3. No indicador 2.2, por sua vez, o resultado alcançado apresentou-se aquém da meta estabelecida. Diante disso, analisaremos a seguir o desempenho de cada indicador no trimestre, considerando as realidades específicas de algumas equipes e planejamento de intervenções, quando necessário. Evidenciaremos os cenários que contribuíram para o alcance das metas dos indicadores 2.1 e 2.3, bem como os cenários que dificultaram o alcance das metas do indicador 2.2.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, **em média, 2.291,6 encontros de oficiais por mês, atendendo a meta de 2.184**. Na Tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.

Tabela 4 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA
CABANA	76,33	70	95	92	85,67
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	55,33	81	71	72	74,67
JARDIM FELICIDADE	96,00	91	100	106	99,00
JARDIM LEBLON	70,00	76	67	75	72,67
MINAS CAIXA	0,00	0	0	0	0,00
MORRO DAS PEDRAS	91,33	90	97	104	97,00
PEDREIRA PRADO LOPES	91,67	110	101	106	105,67
PRIMEIRO DE MAIO	0,00	0	0	0	0,00
RIBEIRO DE ABREU	94,33	89	89	100	92,67
SANTA LÚCIA	83,00	87	96	100	94,33
SERRA	60,00	75	79	81	78,33
TAQUARIL	146,33	145	172	175	164,00
VILA PINHO	81,67	58	78	81	72,33
CITROLÂNDIA	71,00	81	98	104	94,33
JARDIM DAS ALTEROSAS	0,00	0	0	0	0,00
JARDIM TERESÓPOLIS	34,67	37	43	34	38,00
PTB	22,00	44	45	50	46,33
NOVA CONTAGEM	122,33	127	140	155	140,67
RESSACA	36,33	52	58	56	55,33
CARAPINA	58,33	66	69	67	67,33
TURMALINA	49,33	70	59	58	62,33
BOM JARDIM	0,00	0	0	0	0,00
OLAVO COSTA	75,00	79	82	85	82,00
CRISTO REI	0,00	0	0	0	0,00
SANTOS REIS	67,33	59	79	87	75,00
JUSTINÓPOLIS	67,67	68	87	80	78,33
ROSANEVES	0,00	0	0	0	0,00
VENEZA	71,67	104	115	128	115,67
PALMITAL	90,33	94	119	124	112,33
VIA COLÉGIO	69,00	75	84	87	82,00
JARDIM CANAÃ	32,67	59	64	72	65,00
MORUMBI	35,67	46	59	58	54,33
MORRO ALTO	73,00	79	91	89	86,33
TOTAL	1922,33	2112	2337	2426	2291,67

Pode-se elencar dois fatores para o alcance da meta estabelecida nesse indicador. O primeiro refere-se ao número de oficinas implantadas em cada território, uma vez que quanto maior o número de oficinas, maior o número de encontros executados. O segundo fator, refere-se à diminuição de intercorrências que inviabilizam os encontros, tais como: oficina não dada e sem reposição, ausências dosicineiros por questões de saúde, locais de oficinas indisponíveis por tempo indeterminado (o que exige intervenção rápida para mudança de espaço), entre outras. A melhoria nos indicadores de saúde e a consequente estabilidade dos decretos e diretrizes que possibilitam o uso do espaço público e funcionamento dos serviços municipais podem ter influenciado na diminuição da oscilação nesse indicador, uma vez que em contexto de saúde seguro, as ações dos serviços públicos tendem à estabilidade e à continuidade das atividades previstas e planejadas.

Diante disso, no trimestre abril-maio-junho, no Fica Vivo!, houve aumento no número de oficinas e aumento no número de encontros de oficinas em cenários favoráveis à diminuição das interferências que impactam na realização dos encontros com os jovens.

As equipes que se destacaram para o alcance da meta nesse indicador foram:

Taquaril:

A UPC Taquaril possui área de abrangência que compreende três grandes bairros, a saber: Taquaril, Granja de Freitas e Alto Vera Cruz. Devido à grande extensão da área de atuação do programa Fica Vivo!, a unidade conta com a execução de 17 oficinas distribuídas pelos seus microterritórios, o que possibilita a contribuição destacada da UPC para o indicador 2.1, com a realização de 492 encontros de oficina no trimestre, sem a ocorrência de encontros de oficina não realizados sem justificativa para o período, e com o total de 37 atividades metodológicas realizadas junto ao grupo deicineiros.

Nova Contagem:

O Programa Fica Vivo! em Nova Contagem apresenta atualmente o quantitativo de 17 oficinas executadas. Através da análise da Diretoria de Proteção da Juventude e supervisão metodológica, o teto de oficinas estabelecido para o Programa no território passou de 15 para 18, aumentando assim, o número de encontros. A ampliação considerou a extensão da área de abrangência, as demandas das juventudes e estrutura organizacional da equipe que é composta por 3 analistas, o que facilita o desenvolvimento, acompanhamento das ações e capilaridade de frentes diversas de trabalho. No trimestre foram realizados 422 encontros de oficinas em Nova Contagem, contribuindo de forma substancial no indicador 2.1 do Programa.

Veneza/Alterosa:

O Programa Fica Vivo! no Veneza/Alterosa apresenta atualmente o quantitativo de 15 oficinas executadas. A extensão territorial e dinâmicas das violências e criminalidades na área de abrangência exigem ações complexas e caminhos múltiplos de atuação. A equipe do Programa Fica Vivo! nesse contexto é composta por 4 analistas e são 8 os bairros atendidos pela UPC, a saber: Veneza, Conjunto Henrique Sapor, Florença, San Genaro, Vale da Prata, Fazenda Castro, Metropolitano e Alterosa. Através da análise da Diretoria de Proteção da Juventude e supervisão metodológica, o teto de oficinas estabelecido para o Programa no território passou de 15 para 18, numa tendência a aumentar ainda mais os números de encontros de oficinas para os próximos trimestres. No trimestre abril-maio-junho foram 347 encontros, contribuindo de forma substancial no indicador 2.1 do Programa.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
5.460	4654,7
Descrição do Indicador	
As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos. Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) foram atendidos em média 4654,7 jovens nas oficinas em execução até março de 2022, sendo a meta de 5.460 jovens não atingida. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA
CABANA	149,0	152	165	169	162,0
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	114,0	142	134	132	136,0
JARDIM FELICIDADE	128,0	150	164	173	162,3
JARDIM LEBLON	122,3	119	128	113	120,0
MINAS CAIXA	0,0	0	0	0	0,0
MORRO DAS PEDRAS	231,7	254	252	266	257,3
PEDREIRA PRADO LOPES	169,7	196	222	237	218,3
PRIMEIRO DE MAIO	0,0	0	0	0	0,0
RIBEIRO DE ABREU	170,7	180	177	168	175,0
SANTA LÚCIA	122,7	143	148	160	150,3
SERRA	76,3	94	88	137	106,3
TAQUARIL	238,0	261	252	265	259,3
VILA PINHO	104,7	84	115	144	114,3
CITROLÂNDIA	180,7	174	239	230	214,3
JARDIM DAS ALTEROSAS	0,0	0	0	0	0,0
JARDIM TERESÓPOLIS	78,3	92	102	89	94,3
PTB	49,3	114	143	139	132,0
NOVA CONTAGEM	242,0	286	280	324	296,7
RESSACA	56,7	107	107	108	107,3
CARAPINA	115,0	181	203	187	190,3
TURMALINA	144,0	185	183	178	182,0
BOM JARDIM	0,0	0	0	0	0,0
OLAVO COSTA	104,0	125	134	136	131,7
CRISTO REI	0,0	0	0	0	0,0
SANTOS REIS	131,7	127	160	142	143,0

Tabela 5 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	MÉDIA
JUSTINÓPOLIS	200,7	214	211	211	212,0
ROSANEVES	0,0	0	0	0	0,0
VENEZA	137,0	185	219	248	217,3
PALMITAL	225,7	269	318	297	294,7
VIA COLÉGIO	154,0	217	199	229	215,0
JARDIM CANAÃ	80,7	117	115	135	122,3
MORUMBI	70,7	90	81	92	87,7
MORRO ALTO	124,0	142	139	177	152,7
TOTAL	3721,3	4400	4678	4886	4654,7

Apesar do aumento no número de oficinas executadas no trimestre, o que amplia a oferta de modalidades disponíveis para as juventudes nos territórios, o resultado obtido no indicador 2.2 pelo Programa Fica Vivo! ficou abaixo da meta estabelecida. Verifica-se no comparativo entre o período avaliatório anterior e o atual, a implantação de 35 novas oficinas, aumento significativo que influenciou na superação da meta nos indicadores 2.1 e 2.3.

Sobre a média mensal de jovens em oficinas, é necessário contextualizar que a implantação de uma oficina por si só não garante números elevados de jovens participantes nos primeiros meses. Quando uma oficina é implantada, requer das equipes eicineiros a elaboração de alternativas para ampla divulgação e visibilidade das ações, reavaliações constantes das demandas do público atendido e estratégias criativas, coletivas e individuais de estabelecimento de vínculos. O percurso de estruturação de uma oficina demanda trabalho coletivo, tempo e dedicação para que uma identidade grupal se fortaleça e seja inclusiva, ampliando o número de participantes no espaço ofertado. Ademais, estratégias aproximadas também devem ser utilizadas para aquelas implantadas há mais tempo e que demandam atenção, uma vez que as juventudes/territórios são dinâmicos.

A seguir, destacaremos as realidades e desafios específicos de cada equipe/território que apresentou nesse indicador quantitativos abaixo da meta:

Serra:

Na UPC Serra, o programa Fica Vivo! enfrenta, historicamente, o desafio de ampliar a média de jovens participantes em oficinas. O território conta com um número expressivo de oficinas de arte e cultura, que comumente apresentam um número menor de participantes do que aquelas de modalidades esportivas, além de desafios relacionados a local e horário de execução das atividades.

Destacam-se também as adversidades relacionadas à novas implantações de oficinas para alcance do teto estabelecido, uma vez que surgem poucos projetos apresentados.

A equipe técnica tem atuado tanto junto aosicineiros, para sensibilização e alcance do número adequado de jovens participantes naquelas oficinas que apresentam média abaixo do esperado, quanto na captação de novos projetos, sobretudo de esportes, para possibilitar o atendimento de novos jovens no território.

Jardim Teresópolis:

Atualmente, o território do Jardim Teresópolis conta com 4 oficinas. A equipe vem tentando, das mais variadas maneiras, ampliar a divulgação de vagas via chamamentos públicos, inclusive com a utilização de estratégias criativas e que contam com a participação de jovens atendidos no território. Entretanto, tem surgido poucas propostas de projetos de oficina, ou quando estas surgem, os candidatos e candidatas desistem. A equipe tem focado atualmente no diálogo com jovens que participam/participaram de oficinas, a fim de dialogar sobre o possível interesse em se candidatar para seremicineiros/icineiras.

Outra questão que também interfere no indicador 2.2 no caso desta unidade, é o fato de que algumas oficinas tiveram queda no número de jovens atendidos, em virtude de dificuldades estruturais no espaço da oficina. Um dos exemplos seria a oficina de futsal feminino, que vem tendo dificuldade em manter as jovens frequentes, pois a quadra onde a atividade acontece está com problemas de infra-estrutura, o que desestimula a participação de algumas jovens. A equipe e a gestão social têm feito diálogos junto ao poder público municipal, para verificar a possibilidade de tais problemas serem sanados, podendo proporcionar maior participação dos/das jovens nas oficinas.

Morumbi:

O Programa Fica Vivo! no Morumbi não obteve avanço nas metas dos indicadores 2.3 Número acumulado de atendimentos e 2.2 Média de jovens participantes nas oficinas, o que desvela dois cenários que se entrelaçam:

dificuldade em implantação de oficinas e dificuldade em ampliar o número de jovens participantes daquelas implantadas.

No trimestre foi possível implantar 2 novas oficinas - Comunicação e Tranças -, mas em abril houve desligamento da oficina de Games. As precariedades dos espaços disponíveis para realização de oficinas e os desafios no recebimento de novas propostas para implantações continuam sendo pontos de atenção para superação. Como exemplo deste cenário, pode-se evidenciar o microterritório Maná, em que há necessidade latente de atuação da política de prevenção devido os contextos de violências e criminalidades que assolam principalmente os adolescentes com envolvimento no tráfico e as adolescentes e jovens mulheres. O Maná é a área de atuação prioritária do Programa e consta em todos os Planejamentos desenvolvidos ao longo dos anos, mas sua precariedade em serviços e espaços públicos dificulta intervenções e acessos. Por ser área de ocupação, as parcerias fundamentais para o Programa são as cozinhas comunitárias e referências territoriais que apresentam demandas para além do que o Programa consegue ofertar, pois as situações de risco e vulnerabilidades sociais são profundas e necessitam de engajamento de toda a rede de proteção e de acesso a direitos. Ao longo de 2022 três oficinas passaram pelo Maná e não conseguiram se estruturar no microterritório por conta das precariedades dos espaços. Atualmente, temos apenas 1 oficina em execução no Maná (Comunicação), mas que acontece em espaço provisório.

Ademais, a rotatividade de jovens participantes das oficinas do Programa Fica Vivo! no Morumbi também se apresenta como realidade e desafio. Das 7 oficinas, apenas 2 se configuram como oficinas de esporte (que historicamente apresenta maior quantitativo de participantes) e enfrentam quadro de oscilação da participação do público.

Logo, diante de problemáticas estruturais sociais dos territórios e do Programa no Morumbi, as intervenções do Fica Vivo! convocam responsabilidades múltiplas que perpassam desde capacitação da equipe e dos oficinairos, diálogos entre atores estratégicos, articulações com redes locais e municipais a partir da gestão social, mobilização comunitária, chamamento público e vias de impulsionar visibilidade/divulgação do Programa nos territórios.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
27.675	30238
Descrição do Indicador	
O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa: 1) <i>Atendimentos individuais</i>: são realizados pelos Analistas Sociais à adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPC. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos. 2) <i>Atendimentos Coletivos</i>: a) <i>Projetos de Oficinas</i>: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes em todas as oficinas no período avaliatório. b) <i>Projetos Locais</i>: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das	

possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Locais no período avaliatório.

c) Projetos de Circulação: se configuram como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos de Circulação no período avaliatório.

d) Projetos Institucionais: são projetos que se configuram por ser uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Institucionais no período avaliatório.

Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! **foi de 30.238, sendo a meta de 27.675 cumprida.**

A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 6 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
CABANA	465	158	181	204	1008
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	366	163	229	152	910
JARDIM FELICIDADE	503	165	206	231	1105
JARDIM LEBLON	446	147	164	135	892
MINAS CAIXA	0	0	0	0	0
MORRO DAS PEDRAS	785	269	259	279	1592
PEDREIRA PRADO LOPES	524	206	252	336	1318
PRIMEIRO DE MAIO	0	0	0	0	0
RIBEIRO DE ABREU	533	185	182	171	1071
SANTA LÚCIA	464	149	188	175	976
SERRA	249	137	136	144	666
TAQUARIL	752	280	318	285	1635
VILA PINHO	390	108	229	182	909
CITROLÂNDIA	599	240	268	270	1377
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0	0
JARDIM TERESÓPOLIS	245	106	114	140	605
PTB	149	114	162	149	574
NOVA CONTAGEM	774	330	308	428	1840
RESSACA	290	141	219	142	792
CARAPINA	470	229	261	282	1242
TURMALINA	667	315	257	234	1473
BOM JARDIM	3	5	32	1	41
OLAVO COSTA	348	162	203	358	1071
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	515	155	200	208	1078
JUSTINÓPOLIS	611	224	232	236	1303
ROSANEVES	0	0	0	0	0
VENEZA	440	267	308	281	1296
PALMITAL	692	273	346	666	1977
VIA COLÉGIO	478	232	202	381	1293
JARDIM CANAÃ	320	141	139	164	764

Tabela 6 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
MORUMBI	233	100	88	100	521
MORRO ALTO	393	143	175	198	909
TOTAL	12704	5144	5858	6532	30238

Do total de atendimentos realizados, destaca-se o investimento das equipes em outras modalidades previstas na metodologia do programa além das oficinas, como estratégias para reaproximação entre analistas e jovens atendidos e vinculação desse público ao programa.

Total de Atendimentos	
Individuais	520
Projetos Locais	1786
Projetos de Circulação	410

Total de Projetos	
Projetos Locais	43
Projetos de Circulação	35

Destacamos, assim, um número expressivo de atendimentos individuais, que contribuem para qualificação das análises elaboradas sobre a dinâmica social das violências e da criminalidade e possibilitam, por parte das equipes, intervenções diretas nas situações de violência e/ou vulnerabilidades apresentadas pelos jovens atendidos nessa modalidade. Nos atendimentos individuais, as seguintes equipes se destacam:

UPC	Individuais			
	Abril	Maio	Junho	Total
VILA PINHO	26	25	24	75
JUSTINÓPOLIS	30	15	4	49
CARAPINA	19	19	6	44

Os projetos locais também alcançaram uma quantidade expressiva de atendimentos, e são uma estratégia interessante de intervenção em fenômenos que ocorrem no território, além de promover a visibilidade do Programa e suas formas de atendimento nos territórios onde são executados. No número de atendimentos realizados em projetos locais, destacamos as seguintes equipes:

UPC	Projetos Locais							
	Número de Projetos				Número de jovens atendidos			
	Abril	Maio	Junho	Total	Abril	Maio	Junho	Total
PALMITAL	0	1	2	3	0	21	362	383
OLAVO COSTA	1	2	2	5	19	52	206	277
VENEZA	1	1	0	2	70	81	0	151

Os projetos de circulação são importantes para a promoção do acesso à cidade por parte das juventudes atendidas, para estimular a convivência entre jovens de diferentes microterritórios e oficinas em novos espaços e para a provocação de discussões temáticas relacionadas às vivências do público atendido que são pertinentes ao Programa. Nessa modalidade de atendimento, destacamos as seguintes equipes:

UPC	Projetos de Circulação							
	Número de Projetos				Número de jovens atendidos			
	Abril	Maio	Junho	Total	Abril	Maio	Junho	Total
RESSACA	0	3	1	4	0	83	6	89
TURMALINA	1	0	0	1	37	0	0	37
CARAPINA	1	1	0	2	20	12	0	32

Além das modalidades de atendimento supracitadas, considerando também o número de atendimentos realizados em oficinas, principal forma de atendimento realizada pelo programa e importante elemento contabilizado no indicador 2.3, temos as seguintes unidades em destaque no número acumulado de atendimentos realizados pelo programa:

UPC	abr	mai	jun	total trimestre
PALMITAL	273	346	666	1285
NOVA CONTAGEM	330	308	428	1066
TAQUARIL	280	318	285	883

1) Palmital

O programa Fica Vivo! conta com 13 oficinas implantadas na área de abrangência da UPC Palmital atendendo, em média, 225 jovens por mês no trimestre abril-maio-junho, um número de atendimentos que expressa a assertividade nas implantações de oficina realizadas pelo programa no território, tornando possível o atendimento de juventudes diversas moradoras da área de abrangência.

Soma-se ao número de jovens em oficina a quantidade expressiva de atendimentos realizados pela equipe em projetos locais, com 362 atendimentos nessa modalidade. Dos projetos produzidos pela equipe no território, destacamos o Torneio de Futsal, elaborado em conjunto comicineiros e jovens, que contabilizou 327 atendimentos ao longo de sua execução, contribuindo para o fortalecimento do programa no território junto às juventudes e divulgação das oficinas e outras formas de atendimento ofertadas pelo Fica Vivo!.

2) Nova Contagem

O Programa Fica Vivo! em Nova Contagem demonstrou quantitativo expressivo de adolescentes e jovens participantes nas 17 oficinas implantadas, que, somado ao número de atendidos em Projetos Locais e de Circulação, evidenciam os investimentos da equipe em ações que contribuem para a superação das metas propostas pelos indicadores.

Ao longo do trimestre abril-maio-junho foram realizados 1066 atendimentos no geral, contemplando oficinas, atendimentos individuais, Projetos Locais e de Circulação e 921 atendimentos exclusivamente em oficinas. Vale ressaltar que em Junho foi realizado o Projeto Local “Arraiá Fica Vivo!” em parceria com a Regional municipal de Contagem e o programa de renda da Economia Solidária, sendo construído com moradores, jovens eicineiros. O Projeto aconteceu em uma praça reconhecida pelos eventos culturais e pelas violências reproduzidas sobre as juventudes diante de um cenário e esvaziamento do uso do espaço público marcado nos últimos meses por tensões, conflitos e aquecimento das dinâmicas das violências.

Segundo a equipe, o Projeto Local, que conseguiu o marco de 80 atendimentos, “contribuiu para a expansão das informações sobre o Programa à comunidade local, fortalecendo a vinculação dos jovens e as interações entre eles, ampliando o fazer como instrumento de acolhimento e mudança coletiva e individual da juventude.”

3) Taquaril

Na UPC Taquaril, enfatizamos novamente a capacidade de atendimentos em oficina realizados pelo programa no território. Foram 838 atendimentos nas 17 oficinas distribuídas na área de abrangência da unidade, alcançando, em termos absolutos, 261 diferentes jovens em abril, 252 em maio e 265 em junho. Os resultados de atendimento do

programa neste território realçam a participação das comunidades atendidas na execução desta política e a capilaridade do Programa nas três regiões atendidas pelo Fica Vivo!.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
205	277
Descrição do Indicador	
Descrição: Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS. Para fins deste indicador, são consideradas ações de Intervenção Estratégica: 1) reuniões dos Grupos Especiais de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais com os gestores sociais de Base Local e equipes técnicas, que ocorrem, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês em cada território de atuação e que possuem como pauta aquelas definidas na Resolução Conjunta SEDS-PMMG nº 160/2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta entre o GEPAR e as UPCs. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões com o GEPAR, conforme a Resolução Conjunta supra. 2) reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorridas entre a Gerência de Intervenção Estratégica, da SUPEC, e a gestão social, com o objetivo de promover o alinhamento sobre as pautas a serem apresentadas, no âmbito da proteção social, pela gestão social no espaço do GIE, além de favorecer a qualificação tanto da atuação da gestão social neste espaço, quanto o desenvolvimento das ações de proteção social. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões preparatórias para o GIE. 3) reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) com a participação dos gestores sociais de Base Local, representando a proteção social de cada um dos territórios atendidos. O GIE objetiva a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e da tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, cada ação de representatividade da proteção social realizada por meio dos gestores sociais no espaço do GIE. Desta forma, nos casos em que o gestor social estiver representando mais de 1 (uma) UPCs, serão contabilizadas tantas ações de representatividade da proteção social quantas feitas pelo referido gestor social na mesma reunião do GIE. Este indicador será calculado pelo somatório das ações de intervenções estratégicas nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) foram realizadas cumulativamente 277 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 205, foi realizado 135,0% do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 7 – Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC											
UPC	JAN A MAR	ABRIL			MAIO			JUNHO			TOTAL
	GEPAR/GIE/RP	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	
CABANA	4	1	1	0	1	1	1	1	0	0	10
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	4	1	0	0	1	0	0	1	1	1	9
JARDIM FELICIDADE	6	1	0	0	1	1	0	2	1	1	13
JARDIM LEBLON	6	0	0	0	0	1	1	0	1	0	9
MINAS CAIXA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 7 – Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC											
UPC	JAN A MAR	ABRIL			MAIO			JUNHO			TOTAL
	GEPAR/GIE/RP	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	
MORRO DAS PEDRAS	9	1	2	2	2	0	0	1	1	0	18
PEDREIRA PRADO LOPES	5	1	0	0	1	1	0	1	1	0	10
PRIMEIRO DE MAIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RIBEIRO DE ABREU	4	1	0	0	1	1	1	1	1	0	10
SANTA LÚCIA	6	1	1	0	1	1	1	1	0	0	12
SERRA	3	1	1	0	1	1	1	1	0	0	9
TAQUARIL	3	0	1	0	1	1	0	1	0	0	7
VILA PINHO	4	1	0	0	1	0	0	1	1	1	9
CITROLÂNDIA	4	1	1	1	1	0	0	0	1	1	10
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
JARDIM TERESÓPOLIS	4	0	1	1	1	0	0	0	1	1	9
PTB	4	1	1	1	1	0	0	0	1	0	9
NOVA CONTAGEM	4	1	0	0	1	1	1	1	0	0	9
RESSACA	4	1	0	0	1	1	1	0	0	0	8
CARAPINA	5	1	0	1	1	0	0	1	1	1	11
TURMALINA	5	1	0	1	1	0	0	1	1	1	11
BOM JARDIM	3	1	0	1	1	0	0	1	1	1	9
OLAVO COSTA	5	1	0	0	1	1	1	1	0	0	10
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	2	1	0	0	1	0	0	1	0	0	5
JUSTINÓPOLIS	5	1	0	0	1	1	1	0	0	0	9
ROSANEVES	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	3
VENEZA	5	1	0	0	1	1	1	1	0	0	10
PALMITAL	5	1	0	0	1	1	0	0	0	0	8
VIA COLÉGIO	8	2	0	0	2	1	0	1	0	0	14
JARDIM CANAÃ	4	0	1	1	1	0	0	0	0	0	7
MORUMBI	4	0	1	1	0	0	0	0	0	0	6
MORRO ALTO	5	1	1	1	1	0	0	1	1	1	12
TOTAL	130	24	12	11	29	16	11	20	15	9	277

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) foram realizadas cumulativamente 277 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Como se sabe, a partir da assinatura do V Aditivo ao Contrato de Gestão, a ação "Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica" passou a compor o Indicador 2.4 do Programa Fica Vivo! "Número acumulado de ações de intervenção Estratégica realizadas por meio do Programa Fica Vivo!". Essas reuniões se somam às ações "Reunião mensal com GEPAR" e "Participação da gestão social representando a proteção social nos GIEs", a partir do mês de agosto de 2021. Nos documentos elaborados a partir das Reuniões Preparatórias para o Grupo de Intervenção Estratégica, a Gerência de Intervenção Estratégica alinha as pautas que serão apresentadas pela proteção social, avaliando os principais pontos das discussões da dinâmica e as ações desenvolvidas pela Proteção Social por intermédio dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos para responder a cada uma das demandas apresentadas pela dinâmica social das violências e criminalidade de cada território. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

A reunião mensal entre a unidade de prevenção e o Gepar é uma diretriz estabelecida na Resolução conjunta nº 160 de 2013. Ela tem o objetivo de aprimorar a articulação e atuação conjunta entre a Unidade de Prevenção à Criminalidade e o Grupamento de Intervenções Estratégicas em Áreas de Risco - GEPAR. Conforme metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo, nesses espaços de articulação devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e da criminalidade, com o propósito de construção, avaliação e monitoramento de ações conjuntas na prevenção da violência e na promoção da segurança. Como desdobramentos dos encontros, espera-se o aumento da segurança na área de abrangência das unidades de prevenção e a execução de ações assertivas no território pautadas no conceito de segurança cidadã, favorecendo a interlocução entre a repressão qualificada e a proteção social.

Conforme resolução supramencionada, é orientado aos Gestores das UPCs bem como aos Tenentes do GEPAR a realização de reuniões mensais, as quais originam atas que são assinadas por ambos e são contabilizadas enquanto um dos indicadores da Política de Prevenção à Criminalidade. Contudo, em que pese os esforços de ambos os atores, identificamos que em algumas ocasiões esses encontros não acontecem, motivo pelo qual passaremos a abordar as justificativas levantadas pela gestão social.

No trimestre em análise (abril/maio/junho) foram realizadas 73 (setenta e três) reuniões entre gestão social e GEPAR enquanto foram apresentadas 16 justificativas para a não realização do encontro. Nesse contingente, podemos dizer que 82% dos encontros esperados para o período foram executados, enquanto 18% foram justificados. Quando comparado ao período avaliatório anterior, compreendido entre os meses de janeiro a março de 2022, identificamos que a média manteve-se muito próxima, pois, tivemos 80% das reuniões realizadas em detrimento de 20% justificativas apresentadas. Tivemos a continuidade do cenário positivo com a manutenção de mais de 70% de reuniões contempladas. Acreditamos que o reforço junto à gestão social tem contribuído de forma positiva, destacando a importância dessa parceria, dado o escopo de efetividade esperado nessa troca e a complexidade das pautas que devem ser contempladas nas reuniões.

Conforme mencionado anteriormente, é orientado aos Gestores das UPC's e aos Tenentes do GEPAR a realização de reuniões mensais, as quais originam atas que são assinadas por ambos e são contabilizadas enquanto um dos indicadores da Política de Prevenção à Criminalidade. Contudo, em que pese os esforços de ambos os atores, identificamos que em algumas ocasiões esses encontros não acontecem, motivo pelo qual passaremos a abordar as justificativas pela não realização da reunião, levantadas pela gestão social.

Para analisarmos os fatores e desafios que justificaram a não realização das reuniões com o GEPAR neste período avaliatório, dividimos as justificativas em três categorias, seguindo assim o mesmo padrão dos relatórios anteriores, a saber: ausência da gestão social (férias, licença médica, unidade sem gestor social); ausência do comandante do GEPAR (troca de comando, férias e licença médica); e indisponibilidade de agenda dos atores.

De modo descritivo, temos como principais justificativas nesse trimestre a "indisponibilidade de agenda dos atores", que correspondeu em 37,5% das razões apresentadas para a não realização da reunião e a "ausência do comandante do GEPAR" na mesma proporção de 37,5%. As justificativas relacionadas à "ausência da gestão social", figuraram em 25%.

Vale considerar que, diferente do período anterior, onde mais de 50% das justificativas recaíram sobre a "ausência da gestão social", temos nesse período um número maior de justificativas referentes a "indisponibilidade de agenda" por parte do Gepar e a "ausência do Tenente", representando um somatório de 75% das justificativas. Tivemos 2 (dois) casos em que a unidade se encontrava sem representante da gestão social, devido à mudança de profissionais. E, também, a inauguração da unidade de Rosaneves no município de Ribeirão das Neves, que passou a realizar a reunião com o Gepar a partir do mês de maio. Desta forma, havia a previsão de realização de 29 reuniões em abril e 30 reuniões em maio e 30 em junho. Por fim, pontuamos que neste trimestre não ocorreu nenhuma situação relacionada a dificuldade de coletar a assinatura dos participantes da reunião. Mantemos o reforço sobre a necessidade de qualificação das discussões realizadas nesses espaços enquanto parte fundamental para desenvolvimento do trabalho da política de prevenção e construção de estratégias de intervenção nos fenômenos de violência e criminalidade.

Uma vez apresentado os resultados referentes as reuniões, tratar-se-á agora dos outros dois tipos de reuniões que compõem esse indicador, as reuniões preparatórias e as do GIE.

As reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica consistem na discussão prévia realizada entre a Gerência de Intervenção Estratégica e a Gestão Social. É o momento no qual esses atores realizam o alinhamento das pautas que serão levadas para o espaço do GIE, identificando quais os principais desafios enfrentados naquele território pela proteção social, bem como a sinalização das ações desenvolvidas pelos programas da Política de Prevenção à Criminalidade enquanto resposta à dinâmica social das violências e criminalidade de cada aglomerado. Nesse sentido, as Reuniões Preparatórias tendem a ocorrer nos dias que antecedem as agendas das reuniões do GIE. Importante destacar que muitos dos encontros do GIE são bimestrais, logo, nem todos os territórios realizarão discussões prévias mensalmente. No período que compreende o 14º PA, ocorreram 28 reuniões preparatórias para os encontros dos grupos de intervenção estratégica, sendo: 11 (onze) delas em abril, 11 (onze) em maio e 9 (nove) em junho.

O grupo de intervenções estratégicas - GIE, por sua vez, é um encontro formal conduzido pelo Ministério Público e que conta com a participação de diversos atores envolvidos com a segurança pública, dentre eles: representantes das delegacias de homicídios, tenentes do GEPAR, representantes da prefeitura, gestão social e outros. Localizado no eixo "intervenção estratégica" do programa *Fica Vivo!*, o GIE tem como objetivo principal "a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas, por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações realizadas nas áreas de abrangência do Programa".

Conforme calendário anual de reuniões, a previsão de encontros prevista para os meses de abril, maio e junho, era de 21 encontros do GIE, contemplando os aglomerados de Belo Horizonte, Região Metropolitana e interior de Minas Gerais onde temos a implantação do programa *Fica Vivo!* e do grupamento da polícia militar, Gepar. Esse montante foi plenamente alcançado, mas pontuamos que: no mês de abril ocorreram 7 encontros, mas no encontro realizado no município de Ipatinga não tivemos a presença da gestão social; no mês de maio ocorreram 7 encontros, mas no

encontro realizado no município de Montes Claros não tivemos a presença da gestão social; e no mês de junho ocorreram 7 encontros, mas no encontro realizado no município de Uberlândia não tivemos a presença da gestão social.

Percebemos, por fim, que no que tange às duas ações analisadas (reuniões preparatórias e participação da gestão social no GIE), vislumbramos avanços da proteção social, com falas mais qualificadas e assertivas por parte da gestão social. Acreditamos que, em grande parte, isso se deve ao investimento da política de prevenção na implementação das reuniões preparatórias para o encontro do GIE e o acompanhamento realizado pelos supervisores da gestão.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
360	579
Descrição do Indicador	
Descrição: O Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do acompanhamento de adolescentes/jovens que concluíram, ou estão em processo de desligamento, das medidas de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo, o Programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades: 1) Modalidades no pré-desligamento: a) Atividade de apresentação individual: atendimentos realizados pelos Analistas Sociais, na sede do Programa, aos adolescentes em processo de desligamento. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga. b) Atividade de apresentação coletiva: oficinas de apresentação do Programa destinadas a todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação nas Unidades Socioeducativas com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso ao Programa Se Liga. c) Atividades Temáticas Internas: atividades com diferentes temáticas que ocorrem nas Unidades Socioeducativas destinadas aos adolescentes em processo de desligamento que remetam ao período pósdesligamento, de forma a despertar o interesse deste público específico pelo Programa Se Liga. d) Atividades Temáticas Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade. e) Atividades culturais: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção. f) Ações com familiares: ações que proporcionam espaços de fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e as famílias frente aos entraves que fragilizam os laços entre eles, como a distância entre a residência e a Unidade, por exemplo. g) Acolhimento: momento de escuta, onde é acolhida e trabalhada a escolha do egresso em participar do Programa; tem-se como objetivo, entender os pontos que levaram o adolescente/jovem à conectar-se ao Se Liga. 2. Pós-desligamento a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados aos adolescentes egressos das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade a partir de escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem após o desligamento e o estudo dos efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e objetivos. b) Oficinas: são estratégias pontuais de atividades coletivas, sempre orientadas por temáticas que tangenciam as possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, como profissionalização, trabalho e renda, por exemplo. c) Acolhimento: momento de escuta, destinado aos egressos já incluídos no Se Liga. Caracteriza-se pela presença do adolescente/jovem na sede do Programa, não necessariamente motivada pelo atendimento previamente agendado com o analista social de referência, mas para tratar de alguma demanda pontual. Em sua grande maioria, pauta-se na busca por orientações e serviços, mas também em situações de urgência e emergência. d) Visita domiciliar: instrumento técnico metodológico, de caráter pontual, e que tem por objetivo acessar o egresso após o cumprimento da medida socioeducativa, seja ele acompanhado ou não pelo Se Liga, em virtude da impossibilidade do contato telefônico, para convidá-lo a participar do Programa ou para a manutenção do próprio acompanhamento. e) Ações com familiares: forma de atendimento no qual o familiar ou a pessoa do convívio do egresso acompanhado pelo Se Liga é incluído no Programa. Portanto, as ações com a família devem ser estabelecidas de acordo com o direcionamento do caso, objetivando trazer-lhe contribuições importantes para seu acompanhamento. As ações com a família podem contemplar o encaminhamento do familiar a cursos que serão custeados pelo Programa, quando esta estratégia se constituir propícia ao caso, ou afetar diretamente o adolescente. f) Atividade de circulação: modalidade de atendimento individual e coletiva. Individual: ferramenta que visa promover a autonomia e a reinserção social, elaborada de maneira singular, com ocorrência em diferentes espaços da cidade, a partir das demandas do adolescente/jovem, considerando o seu projeto de vida no reencontro com a liberdade. Coletiva: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de	

proteção. Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima. Nas modalidades coletivas, será considerada a quantidade de participantes em cada atendimento realizado.

Unidade de medida: nº absoluto.

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados em todas as modalidades do período avaliatório e, cumulativamente, dos períodos anteriores.

Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Contextualização Geral dos Indicadores:

Observamos que com a retomada definitiva das ações presenciais as equipes têm se mobilizado em ações junto as Unidades Socioeducativas e com os adolescentes egressos. Estudos de casos, apresentações individuais e informações de desligamentos, ainda que apresentem atravessamentos em sua execução, não fazem com que as equipes deixem de provocar de maneira assertiva aos parceiros.

Pouco antes ao término do vigente período avaliatório, efetivou-se um marco do Programa Se Liga BH, por meio do Projeto “Circuito liberdade novas conexões com a cidade” via Ementa Parlamentar, sendo este, implementado no Município de Belo Horizonte. Cabe ressaltar que o Projeto nada mais é do que as ações do Programa se Liga sendo desenvolvidos com uma injeção de recursos propiciada através da Ementa Parlamentar, posto que o Se Liga se constitui como um suporte aos adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo para que consigam acessar e/ou criar novas possibilidades de conexão com a cidade. O Projeto tem como finalidade a realização de ações e circulação com os acautelados e egressos do sistema socioeducativo de 12 a 24 anos, das Unidades de Internação e Casas de Semiliberdade, de BH e RMBH.

Nessa perspectiva, o projeto Circuito Liberdade tem como objetivo agregar possibilidades de oferta a esse público, ao promover a circulação e acesso de adolescentes/ jovens (egressos das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação e aqueles que ainda se encontram em cumprimento de medida) a diferentes espaços e serviços como forma de garantir, resignificar e fortalecer esse público junto aos serviços da rede de proteção social. Objetiva-se ainda, a ampliação de alternativas distintas ao envolvimento com atos infracionais e condutas de risco; Redução da reentrada/reinserção dos adolescentes e jovens no sistema socioeducativo.

O Projeto se organiza em duas etapas: A primeira se refere as atividade de Circulação que irá abranger Atividades de Boliche, Space Kart, Escalada Indoor, Parque de Diversões, cinema, Museu do futebol e Excursão à gruta Rei do Mato. Como forma de completar a primeira etapa é proposta a realização de uma exposição fotográfica, este momento possibilitaria o encontro dos adolescentes e exporia as fotos retiradas por eles no momento das atividades de maneira que cada uma delas pudesse obter a identificação dos “fotógrafos” tornando possível o pertencimento dos adolescentes aos espaços promovidos. A segunda etapa do Projeto visa à promoção da Profissionalização, nessa perspectiva, pretende-se ofertar cursos de formação e qualificação profissional, aos adolescentes e jovens interessados em se conectar com a cidade por essa via; de duração de até um semestre e com aplicação de conhecimentos teóricos e práticos. A ação tem como objetivo, preparar o adolescente e jovem para atuar no mercado de trabalho formal, considerando sua área de interesse. Vale destacar que os cursos elencados foram sugestões dos próprios adolescentes que puderam manifestar os seus desejos nos momentos de interação com a equipe do Programa Se Liga.

Para tanto, o Projeto iniciou sua execução com as Casas de Semiliberdade de Belo Horizonte, que principiou no dia 14/06 com a Casa de Semiliberdade Ipiranga que contou com a participação de 04 (quatro) adolescentes acautelados, com a Atividade de lazer, boliche; No dia 21/06 a atividade foi o Space kart com a Casa de Semiliberdade São Luiz, que obteve a participação de 04 (quatro) adolescentes/ jovens; No dia 22/06 Casa de Semiliberdade Planalto com a participação de 05 (cinco) adolescentes/ jovens novamente com a atividade Space Kart; 28/06 Casa de Semiliberdade Venda Nova, com o Boliche da qual 05 (cinco) adolescentes/ jovens estiveram presentes; 29/06 Casa de Semiliberdade São João Batista igualmente, com 05(cinco) participantes em cumprimento de Medida Socioeducativa. Sendo assim, as atividades de Circulação até o momento, contemplaram a participação de 23(vinte três) adolescentes/ jovens em cumprimento de medida Socioeducativa de Semiliberdade.

Cabe destacar que, por se tratar de um público atravessado por inúmeras vulnerabilidades, foi contratado um serviço de transporte para cada uma das ações de circulação que faz o deslocamento de cada Unidade Socioeducativa a que

se destina a atividade até o serviço e o retorno para o mesmo local. Além do serviço de transporte, tem sido ofertado um lanche para o público em cada uma das ações, tendo em vista a perspectiva de duração de, em torno, 3 horas e 30 min.

A presente proposta considera o termo “circulação” em seu aspecto amplo, possibilitando também, que o adolescente/jovem desenvolva o sentimento de pertencimento em relação à cidade onde vive ao ser incluído em novas oportunidades, incentivando desta maneira o interesse para novas possibilidades, especialmente às que se configurem em sua emancipação, como por exemplo, as ações de formação e qualificação profissional. Estar em atividades de circulação com os jovens acautelados e egressos nada mais é que possibilitar a eles a oportunidade de se vincularem a outros espaços para além da criminalidade, fazendo assim com que acessem a cidade e se sintam pertencentes a ela.

Espera-se ainda que o Projeto “Circuito Liberdade, conexões com a cidade” possibilite a vinculação dos adolescentes aos analistas de referência do programa Se Liga, além de possibilitarem aos mesmos o acesso a maiores informações sobre o Programa. Almeja-se, além disso, que o Projeto aproxime as equipes das Unidades Socioeducativas às equipes do Programa Se Liga propiciando melhorias na execução do método.

No que se refere ao contexto da Zona da Mata, ocorreu a Inauguração do Programa Se Liga em Juiz de Fora no dia 07/06/22, com a presença de parceiros da Política estadual e Prevenção Social a Criminalidade. Zona da Mata ganha destaque ainda no Programa MGTV 1ª Edição, momento este em que as equipes têm a oportunidade de divulgarem sobre o trabalho desenvolvido na Unidade de Prevenção. Na reportagem que foi transmitida na Rede Globo de TV no dia 22/06/22, as Analistas percorrem sobre os trabalhos desenvolvidos com as Unidades Socioeducativas e adolescentes/ jovens além da exibição do Espaço físico ao qual esta localizada o Se Liga. A gestora do Programa ganha destaque também elencando brevemente a importância desse espaço. Com isso entende-se que o Programa, localizado aonde esta, vem ganhando força e destaque ao longo de sua caminhada, para que possa com o tempo desmistificar a leitura que muitos moradores e Rede de Proteção Social têm acerca do território em si.

Posto o descrito acima, apesar dos impasses vivenciados pelas duas equipes, acredita-se que o Programa tende a ganhar maior visibilidade desencadeando na máxima procura e busca pelo público foco, possibilitando também que a rede de Proteção Social, identifique ainda mais a importância desta parceria e articulações. Com isto, de forma geral identificamos que obtivemos o cumprimento de todas as metas mesmo que algumas equipes tenham apresentado números menos elevados, ambos não têm medido esforços para a melhor efetivação da aplicação da Metodologia.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) foram realizados cumulativamente 579 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 360, atingiu-se 160% do estabelecido.

Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

Tabela 8 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Atendimentos Acautelados e Pré Inclusão	
<i>Tipos de atendimentos</i>	Nº
Atividade de Apresentação Coletiva	199
Atendimento Individual	71
Oficinas Temáticas INTERNAS à Unidade	11
Oficinas Temáticas EXTERNAS à Unidade	33
Atividade Cultural	3
Atividade com Familiares	3
Total	320
Atendimentos Egressos Incluídos no Se Liga	
Atendimento Individual	187
Atendimento em Oficina	3
Total	190
Total Geral	510

Com o intuito de melhor qualificar os resultados, serão abordados os resultados desse indicador discriminando pela Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

REGIONAL BH/REGIÃO METROPOLITADA DE BH E CENTRAL MINEIRA

O início do vigente período avaliatório foi marcado pelo maior acionamento das equipes técnicas das unidades Socioeducativas ao Se Liga para realização de atividades metodológicas, concernente ao fluxo pactuado. Os acionamentos para estudos de casos e apresentações individuais foram significativos. Outro fator diz da participação das equipes em estudos de casos com a rede de proteção ampliada, estar nestes espaços proporcionou a aproximação das equipes técnicas das Unidades com os analistas do Programa, propiciando assim a articulação de apresentações individuais e coletivas aos adolescentes aptos ao desligamento. As Unidades Socioeducativas tanto de Internações quanto Semiliberdade têm passado por um esvaziamento em virtude ao contexto da pandemia, evasões relatadas pelas equipes técnicas e o fato de parte dos adolescentes/ jovens estarem ainda em cumprimento de medida na modalidade RDAD, o que dificulta e impacta no comparecimento dos mesmos ao Programa Se Liga. Porém, apesar dos adolescentes acautelados não estarem acessando o Programa Se Liga como o esperado, o aumento no atendimento de egressos por demanda espontânea, se torna significativo. Em sua maioria, são jovens desligados das medidas socioeducativas que, em um primeiro momento, não aderiram ao Programa. A procura destes adolescentes/ jovens pelo Programa Se Liga se dá pela busca incessante a empregabilidade, muitos deles querem se inserir formalmente no mercado de trabalho. Com isto, devido à demanda espontânea tem-se um aumento no número de atendimentos realizados no Programa, elevando o mesmo acima do previsto.

ZONA DA MATA

Percebe-se que, mesmo com todos os atravessamentos vivenciados pela equipe no que tange a localidade da UPC Se Liga e todos os entraves no que se refere aos atendimentos individuais de egressos e pré-egresso, a unidade tem criado artifícios e manejos como forma de não perder este adolescente de vista. Dado a região de conflito em que se esta localizada a UPC e as restrições de circulação, como, por exemplo, o fato de algumas unidades sinalizarem a não autorização de alguns adolescentes em realizarem atendimento no Se Liga, a equipe não se limita a paralisação das ações, ao contrário, as mesmas pensaram em estratégias para que ainda assim estes adolescentes/ jovens sejam devidamente acompanhados. Com isso, realizando articulação de rede para que haja a possibilidade de concretizar os atendimentos dos jovens no CREAS Norte I. Entretanto, dada uma leitura geral no tocante a este indicador, mesmo considerando os desafios e especificidades da Regional Zona da Mata, observa-se o alcance da meta, o que traduz o esforço das equipes, empenho e dedicação mesmo diante dos atravessamentos que perpassam o trabalho.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.2. Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
90	410
Descrição do Indicador	
Descrição: O Programa Se Liga, de forma integrada, busca o desenvolvimento de uma ampla rede de atendimento, promovendo o fomento à atuação de uma rede de proteção social mista, que abarca tanto a rede institucional quanto a sociocomunitária, a partir do que cada adolescente/jovem endereça ao Programa. Por meio deste fortalecimento da rede de proteção é possível construir alternativas que visem romper a trajetória infracional de adolescentes e jovens, conciliando a responsabilização com a garantia de direitos. Para fins deste indicador deverão ser contabilizadas: 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à juventude e socioeducação; 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3) Discussão de casos dos pré egressos e egressos acompanhados pelo Programa com a rede de proteção social; 4) Encaminhamentos das demandas dos casos acompanhados pelo Programa à rede parceira, para orientação, acesso a direitos e à cidade;	

5) Número de visitas que visem estabelecer parcerias estratégicas para o Programa Se Liga e para a execução da política pública na área de abrangência da regional, de forma a garantir atuação articulada do Programa e encaminhamento do público atendido, bem como respostas mais eficientes ao fenômeno da criminalidade e violências;

6) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa.

Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de atividades de ações estratégicas junto à rede de proteção social nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.

Unidade de medida: nº absoluto.

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados em todas as modalidades do período avaliatório e, cumulativamente, dos períodos anteriores.

Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório (abril a junho) o Programa realizou 410 ações estratégicas com a rede de proteção social. Considerando que a meta para o período foi de 90 ações, o programa executou 455% do total pactuado.

Número acumulado de ações estratégica junto à rede de proteção social	
Modalidades	Nº
Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede	19
Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas	78
Discussão de casos dos pré egressos e egressos com a rede	63
Encaminhamentos das demandas dos casos acompanhados pelo Programa à rede	55
Número de visitas que visem estabelecer parcerias estratégicas para o Programa	28
Número de entidades que participaram dos encontros de rede	167
Visitas domiciliares realizadas no mês	0
Atendimento individual de Pré Egressos/Acautelados na UPC do SL	194
Atividades de apresentação do SL nas Unidades Socioeducativas	0
Total	604

Para qualificar os resultados, os resultados desse indicador serão descritos considerando a Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

REGIONAL BH/REGIÃO METROPOLITADA DE BH E CENTRAL MINEIRA

Como destacado no indicador 3.1, podemos observar que a demanda por empregabilidade/ renda por parte dos egressos atendidos tem elevado o número de encaminhamentos para a emissão/regularização de documentos e desencadeando a conscientização sobre a importância da retomada dos estudos.

Esse contexto tem demandado a construção de estratégias que fomentem qualificação da leitura acerca desse aspecto e possibilitem a elaboração de intervenções mais efetivas no que se refere à escolarização, haja vista que os adolescentes/ jovens inseridos no Programa não trazem pautas acerca da demanda escolar, sendo a evasão escolar marca muito presente nos relatos dos atendidos. É observado ainda que muitos desses adolescentes que buscam pela inserção no mercado formal, o fazem pelo fato de estarem vivenciando a paternidade, levando-os a um processo de responsabilização.

Cabe destacar ainda a execução das ações referente ao Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - Operação Parador 27, realizadas em Maio/22. Foram dezessete dias (2 a 18 de maio) de concentração de esforços para o desenvolvimento de ações de inteligência policial, preventivas e repressivas. A mobilização teve como objetivo máximo o combate à exploração sexual de crianças e de adolescentes em todo país e contou com a participação dos órgãos de segurança pública de Minas Gerais.

Com isso, a Supervisão Metodológica realizou reunião com a equipe acordando ações que as mesmas desenvolveriam, sendo estas: Participação das equipes em Seminários, Webnários e eventos similares; Atendimento individuais voltados à temática; Exibição de documentário acerca do tema proposto seguido de roda de conversas; Atividade em Rede com o Centro POP Miguilin; Divulgação e distribuição de materiais acerca do enfrentamento à exploração Sexual infantil; Oficina sobre gênero, sexualidade e orientação sexual atrelado à exploração sexual de crianças e adolescentes, para os (as) adolescentes/ jovens em cumprimento de medida. A equipe de BH se mobilizou incessantemente nas estratégias com a Rede e possibilitou também maior aproximação e diálogo com o Centro POP Miguilin.

ZONA DA MATA

Conforme destacado no indicador 3.1, a equipe tem buscado inúmeras ações com a rede de Proteção, visando atender aos adolescentes/ jovens que por motivos particulares atribuídos a cada um não possam circular no território Olavo Costa. Com isso, as articulações de Rede como CREAS Norte I tem sido frequentes com o intuito ampliar as possibilidade sem deixar de acessar o jovem. Mesmo que esta opção acarrete em perdas, como, por exemplo, o fato dos adolescentes/ jovens não se sentirem pertencentes ao espaço onde se encontra o Programa Se Liga, afetando também na demanda espontânea, entendemos que para o momento vivenciado hoje esta é a alternativa apropriada.

Iniciando o término do vigente período do referido relatório, como já destacado, a Inauguração do Programa Se Liga em Juiz de Fora, no dia 07/06/22, contou com a presença das equipes do Programa Se Liga e Rede de Proteção. A equipe – Zona da Mata convidaram as Unidades Socioeducativas para que estivessem presentes, além de estenderem o convite também aos adolescentes egressos. Ademais, a equipe se mobilizou também para realizarem oficina de desenho e pintura que aconteceu no Espaço do Programa Se Liga com a participação dos adolescentes do Centro Socioeducativo de Juiz de Fora.

No dia da inauguração foram expostos desenhos que os adolescentes fizeram a partir de uma proposta da equipe do Se Liga, onde desenhariam o que é remetido a eles quando se fala de Liberdade. Um dos adolescentes da Casa de Semiliberdade Bethânia fez um artesanato para que a equipe pudesse expor no dia da inauguração. Com isso vemos que a inauguração do Programa não se limitou apenas ao Se Liga, mais possibilitou a inclusão/ participação de todos os envolvidos.

Cabe destacar ainda que com a exibição do Se Liga no Programa MGTV 1ª Edição, proliferou repercussão no território e pontuais acessos desencadeados pela Rede.



Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/10692305/>

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
360	632
Descrição do Indicador	
Descrição: As articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada a estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos. O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados. Para fins deste indicador, são consideradas ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas: 1) Estudos de casos realizados pela equipe técnica junto à Unidade Socioeducativa antes do desligamento dos adolescentes. 2) Articulações entre a equipe e as Unidades Socioeducativas para a construção dos atendimentos a serem realizados na Unidade em qualquer modalidade. Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa. Unidade de medida: nº absoluto. Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC. Fórmula de Cálculo: somatório do número de ações estratégicas dentro das Unidades Socioeducativas de semiliberdade e internação realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) foram realizadas cumulativamente 632 ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 360, o programa superou em muito o estabelecido.

Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

Tabela 9 - Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas	
Tipos de ações	Nº
Articulações entre a Equipe e as Unidades Socioeducativas	548
Estudo de caso	84
Total	632

Assim como nos indicadores anteriores, a qualificação dos resultados será feita considerando as duas regionais.

REGIONAL BH/REGIÃO METROPOLITADA DE BH E CENTRAL MINEIRA

No que tange a parceria com as unidades Socioeducativas, no período vigente foi notável a redução no acionamento por parte das equipes técnicas ao Programa para estudos de casos e apresentações. Em hipótese, um fator que possa propiciar esta redução seria o fato das Unidades Socioeducativas elegerem uma (um) Analista de referência para os acionamentos voltados ao Programa Se Liga, porém com a ausência deste profissional esta comunicação acaba se

perdendo e fragilizando os contatos com o Programa. Cabe ressaltar que, apesar da insuficiência no acionamento das unidades Socioeducativas ao Programa, a equipe de analistas buscou proximidade e diálogo para a construção e realização das ações metodológicas.

O Programa Se Liga tem se mobilizado ainda na realização de ações que aproximem o Programa do Centro Socioeducativo de Sete Lagoas. Sendo assim, foi realizada reunião com o promotor de justiça de Sete Lagoas responsável pelo acompanhamento das medidas socioeducativas no município. A reunião teve como objetivo a apresentação do Programa, bem como compreender melhor a atuação do judiciário e MP (Ministério Público) acerca do atendimento socioeducativo em Sete Lagoas. Segundo o promotor, a Unidade Socioeducativa recebe jovens que já passaram por outras Unidades, em sua grande maioria, jovens que completaram ou estão prestes há completar 18 anos. Foi destacado ainda que 80% dos jovens do centro de internação residem em outros municípios. Outro fator que chama atenção seria o tempo mínimo de cumprimento, um ano e seis meses. Quando se aproxima o final da medida a maior parte dos jovens não são desligados, mas progredidos para cumprimento de medida em meio aberto LA (Liberdade Assistida) ou PSC (Prestação de Serviço à Comunidade). De acordo com o promotor, a progressão visa dar continuidade ao progresso atingido pelo jovem durante a medida de internação, seria como uma forma deste adolescente se manter “assistido”.

Diante do exposto pelo promotor, foi possível enfatizar a importância do Programa Se Liga, destrinchar assertivamente sobre o Programa para que estes adolescentes possam ser desligados e se vincularem, caso desejarem. Almeja-se que esta ação estratégica junto a Rede e consequentemente a Unidade Socioeducativa possa aproximar as partes e propiciar na vinculação dos adolescentes/ jovens. Além de todas as ações desenvolvidas com as Unidades observa-se que esta ação com a Unidade Socioeducativa de Sete Lagoas é um avanço significativo a ser destacado neste indicador.

ZONA DA MATA

No que tange a relação com as Unidades Socioeducativas de Semiliberdade de Muriaé e Bethânia e o Centro Socioeducativo de Internação de Juiz de Fora/ Centro Socioeducativo Santa Lucia a relação tem se estreitado apesar dos atravessamentos vivenciados por cada Unidade. As equipes fazem contatos frequentemente na tentativa de manterem o fluxo sobre informações de desligamento e atividade de apresentação individual, mesmo que algumas unidades não demandem a equipe se mantem provocando e enfatizando a importância da execução do método que quando seguido devidamente às etapas, tendem a incluir o maior número de adolescentes no Programa Se Liga. No que tange a Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus a relação com a equipe da Unidade tem sido mais distanciada, tendo em vista a resistência por parte de alguns profissionais. Contudo, os adolescentes têm se mostrado muito receptivos a entrada do Programa Se Liga nos momentos das apresentações coletivas.

Agregando ao cenário apontado no indicador 3.2 a equipe realiza articulações com as unidades Socieducativas previamente ao momento em que se inaugura o espaço, algo que possibilita também maior aproximação dos parceiros.

Sendo assim, a equipe vem mantendo contato com todas as unidades socioeducativas, realizando atividades coletivas de apresentação do Programa, atendimentos individuais e estudos de caso, quando possível. Outro fator importante a se destacar, seria as dificuldades apresentadas em algumas unidades para a realização das atividades com o Programa, devido à preparação para às audiências concentradas ocorridas em Maio/22. Identificam-se ainda os atrasos nas informações de desligamento. Outro ponto a destacar que impacta diretamente seria o retorno da disponibilidade do carro para a realização das atividades, este foi fundamental, haja vista a distancia em que as Unidades se localizam. Percebe-se que mesmo com os atravessamentos a equipe tem obtido um bom desenvolvimento no indicador destacado.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
25.980	26944
Descrição do Indicador	
Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Para fins deste indicador serão contabilizados: 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais; 2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores; 3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença; 4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença. 5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Com o ensejo de contextualizar o desempenho do Programa CEAPA no 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, é pertinente preceder as análises sobre os indicadores com uma breve menção ao cenário em que ocorreu a concretização do trabalho realizado pelos municípios.

De início, é basilar informar que esse período avaliatório compreendeu os meses de abril, maio e junho de 2022. Nesses se observou a execução em plenitude dos eixos do Programa no caráter presencial, em especial, dos atendimentos na modalidade grupal e nas ações pertinentes à rede parceira. As equipes encontraram maior possibilidade de atuação junto à rede, mediante os equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em pleno progresso de suas atividades, o que reverberou em encaminhamentos para cumprimento de PSC e atuação mais frequente e assertiva junto a proteção social e os órgãos de justiça criminal. Acrescido a isso, o público em cumprimento também se apresentou com maior robustez para o acompanhamento proporcionado pelo Programa.

Isto posto, convém adiantar que o presente relatório visa promover um mergulho nos elementos e fatores centrais que culminaram no alcance total dos indicadores referentes ao número acumulado de atendimentos (4.1) e número acumulado de ações junto a rede parceira (4.3), e no quase alcance do indicador 4.2 que diz do percentual de alternativas penais cumpridas. Entretanto, conforme será destrinchado em campo específico nesse documento, o indicador 4.2 apresentou menos de 1% para seu alcance. E isso, somada à leitura dos demais indicadores, permite vislumbrar o esforço consistente e progressivo no que tange à organização e efetivação das diretrizes de atuação para o trabalho nas Centrais e no âmbito das alternativas penais em Minas Gerais.

Seguindo essa perspectiva introdutória, é pertinente proclamar o papel da supervisão metodológica em sua sistematizada atuação in loco junto às equipes de BH e RMBH, bem como no interior, por meio de vídeo chamadas, mas também com viagens as unidades para dedicação exclusiva no acompanhamento e desenvolvimento integral dessas equipes. Adicionado a isso, há que destacar a elaboração e execução de um espaço de capacitação conjunta realizado no trimestre e que contemplou todos os analistas do Programa (aberto também para a participação dos gestores sociais). Ainda no espectro dessa atuação, urge evidenciar o investimento em capacitações introdutórias com os analistas recém contratados para as recomposições das equipes.

Aqui, mesmo que breve, se considera apropriado citar o trabalho desenvolvido para a implantação, inauguração e capacitação da equipe do município de Curvelo dentro do escopo do “Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência”. Projeto esse feito em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais e com previsão de mais duas unidades para o próximo trimestre. Na mesma

lógica da inauguração, cita-se ainda a nova sede da unidade de Divinópolis, que desde 15 de junho voltou a sua capacidade integral de atuação presencial.

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) foram realizados cumulativamente 26944 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. **Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 25.980, atingiu-se o objetivo estabelecido.** Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
ARAGUARI	0	1008	1373	1507	0
BELO HORIZONTE	2905	297	460	462	6793
BETIM	924	339	470	367	2143
CONTAGEM	857	130	170	173	2033
DIVINOPOLIS	436	220	236	258	909
GOVERNADOR VALADARES	611	156	207	202	1325
IBIRITE	590	368	433	385	1155
IPATINGA	928	314	414	357	2114
JUIZ DE FORA	1014	299	361	250	2099
MONTES CLAROS	682	246	337	270	1592
R. DAS NEVES	836	144	258	199	1689
SANTA LUZIA	478	201	219	196	1079
SETE LAGOAS	506	245	323	306	1122
UBERABA	682	128	196	178	1556
UBERLÂNDIA	572	-	-	-	1074
VARGINHA	0	29	63	104	0
VESPASIANO	65	1008	1373	1507	261
TOTAL	12086	4124	5520	5214	26944

Inicialmente, para fins de alinhamento, insta ressaltar que esse indicador se refere à somatória das seguintes modalidades de atendimento: atendimentos de inscrição, atendimentos de acompanhamento, atendimentos grupais de PSC, atendimentos grupais de PEAP e atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa.

Para esse indicador considera-se os atendimentos citados de forma cumulativa, ou seja, o auferido no primeiro trimestre (janeiro a março) é somado aos valores do abril a junho. No entanto, para fins de análise específica dos resultados obtidos nos três meses do presente trimestre avaliatório (abril a junho), consideraremos o valor de 14858 atendimentos que é a diferença entre o valor obtido ao final do 2º trimestre menos o obtido no 1º trimestre de 2022.

Considerações feitas, para o atual período, o valor esperado era de 13230 atendimentos. Desse modo, mediante a realização de 14858 entre abril e junho de 2022, conclui-se, irrefutavelmente, a promoção integral do valor esperado. Inclusive, com a superação em 12,3%.

Para fins de entendimento detalhado acerca dos números gerados no indicador dentro do trimestre, se faz importante destacar que nos meses de maio e junho foram observados aumentos significativos em todas as modalidades de atendimento desenvolvidas pelo Programa. Contudo, em um olhar mais minucioso, se tem a constatação de que, apesar do aumento nas modalidades de atendimentos individuais de acompanhamento (9,77%), de atendimentos individuais de inscrição (67,0%) de atendimentos grupais de PSC (43,5%), o destaque na oscilação, em termos quantitativos, se apresenta na modalidade de atendimentos grupais de PEAP's e atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa. Esse tipo de atendimento vem ganhando maior robustez a partir da qualificação técnica da equipe em aspectos metodológicos e técnicas para o desenvolvimento dos espaços grupais, com maior destaque para a atuação nas Ações de Responsabilização com Homens autores de violência doméstica.

A ampliação do recebimento de casos para cumprimento de alternativas penais na esfera grupal, somada à leitura das vulnerabilidades e riscos e outras demandas do público, fazem com que as equipes invistam cada vez mais nessa frente de trabalho e na qualificação das intervenções. Ressalta-se que o aumento de 33% dessa forma de atendimento se comparado ao período avaliatório anterior, o que representa 19,79% do total desse indicador, está intrinsecamente associada a retomada total de todas as equipes com a execução dos grupos, o que garante maior número de participantes e expansão do repertório interventivo.

Neste trimestre destaca-se a execução de grupos em três temáticas, se comparado ao período anterior: Trânsito (24,9%), Pessoas em Situação de Conflito (92,16%) e Ações de Responsabilização no âmbito da Lei Maria da Penha

(43,8%). O número de grupos executados está relacionado à demanda de cada município para determinado tema e está diretamente ligado a inscrição desses casos no programa mediante os fluxos de encaminhamento junto ao poder judiciário.

Há também que entender o importante aumento na modalidade de atendimentos de inscrição. Essa modalidade se refere aos atendimentos de novas alternativas penais encaminhadas ao CEAPA e sofre influência direta das articulações junto ao poder judiciário, e, no período em questão, foi desenvolvida repactuação e fortalecimento dos fluxos e construção de direcionamentos para a retomada da entrada de novos casos. Há também que pontuar o impacto dessa modalidade nas demais, vez que as equipes partem da inscrição para a condução das demais possibilidades de atendimento.

Outra modalidade de atendimento em que se observou 43,5% de aumento no trimestre, em relação ao anterior, se refere aos atendimentos grupais de PSC, conforme afirmado acima. As equipes, por meio da supervisão metodológica, são continuamente provocadas e orientadas no intuito de desenvolverem esses recursos, a fim de possibilitar espaços interventivos assertivos e eficientes com o público ao lançar mão das infinitas possibilidades advindas do formato grupal.

Em relação aos atendimentos grupais em Práticas Restaurativas, ainda que essa modalidade de atendimento represente apenas 1,49% do total de atendimentos do período, é importante destacar que houve considerável aumento de 28,3% dessa prática no Programa, se comparado ao período avaliatório anterior. Atribui-se tal desenvolvimento a maior execução dos grupos reflexivos, uma vez que as práticas restaurativas são fomentadas dentro dessa alternativa penal.

Ainda na dinâmica desse indicador, é imprescindível declarar que, diferente do esperado para o trimestre, as unidades de Araguari e Varginha, devido a imprevistos no processo de implantação, não foram inauguradas. Todavia, a meta prevista para essas unidades está representada no acumulativo do indicador, que foi alcançado em sua plenitude, conforme estudado no presente documento.

Por fim, oportunizado por essa leitura geral, se identifica que alguns municípios contribuíram de maneira significativa para a ampliação do número acumulado de atendimentos. Abaixo, segue uma discussão para cada um deles.

Belo Horizonte: No referido trimestre verifica-se o alcance da meta com crescimento de 33,8% dos atendimentos realizados no município, se comparado ao período anterior, especialmente a partir do mês de maio no qual se observa o alcance da meta esperada, o que também se constata em junho. Dentre as modalidades de execução, nota-se o aumento expressivo de 70,9% nos atendimentos de inscrição, a partir da ampliação da porta de entrada das Centrais de acordo com orientação da DAL/SUPEC à gestão social para impulsionar e fortalecer o fluxo de encaminhamentos das alternativas penais para acompanhamento do Programa - em consequência disso, as demais modalidades de atendimento também tiveram seu quantitativo ampliado. Ainda nesse sentido é preciso destacar que o encaminhamento de Medidas Cautelares contribuiu fortemente para a elevação em 27% dos atendimentos de acompanhamento, já que houve um aumento de 50,6% dos casos encaminhados dessa alternativa penal em relação ao primeiro trimestre do ano.

Betim: Este município também se destacou no trimestre anterior pelo excedente na execução da meta. No atual período avaliatório ultrapassou o indicador em expressivos 72,18%. Como contexto para tal valor, temos como principal elemento o aumento gradativo de pessoas direcionadas para iniciarem o cumprimento do serviço comunitário, o que por sua vez leva aos atendimentos individuais de acompanhamento mediante a entrega da folha de ponto e para intervenção junto aos que estão irregulares em sua pena. Para melhor entendimento, se faz importante sinalizar que a modalidade de atendimento individual de acompanhamento sofreu aumento neste trimestre de 16,58% e atingiu um valor que se fosse considerada somente a modalidade, já seria possível afirmar que a equipe superou a meta prevista para o indicador. Também se deve considerar o aumento de atendimentos de inscrição de casos para cumprimento na modalidade grupal, o que por sua vez gerou maiores números desse tipo de atendimento com a abertura de grupos. Nesse sentido, se observa aumento de 66,67% na execução de atendimentos na modalidade de PEAP dentro do trimestre, revelando a organização do município para atuação com o público nessa perspectiva, conforme encaminhamento do sistema de justiça criminal.

Outra modalidade de atendimento que apresentou aumento significativo nesse município foi a de atendimentos grupais na PSC. Aqui, o aumento foi de 645,5% e mostra a condução da equipe para resposta ao orientador metodológico de construção e execução de intervenções coletivizadas no âmbito do serviço comunitário a fim de atuar em riscos e vulnerabilidades percebidas como recorrentes no público.

Contudo, apesar da oscilação expressiva nesse indicador, a equipe de Betim ainda sofre com alterações em sua composição e a consequente necessidade de tempo visando adequação e autonomia de novos profissionais. Isso, em seu modo, demanda por vezes organização da unidade para assegurar os atendimentos dos casos que se apresentam na Central e reposicionamento de outras frentes de trabalho. Acrescido a esse ponto, a supervisão trata de modo

intensivo pautas sobre qualificação do atendimento e intervenção com os atendidos, como meio de não favorecer que o quantitativo sobreponha o que é capital para tratativa junto às pessoas.

Montes Claros: De maneira consecutiva, esse município segue apresentando destaque no indicador do número acumulado de atendimentos pela expressiva execução acima da meta prevista. Assim, a título de exemplificação, temos o desempenho de 71,37% superior ao esperado para o trimestre. No campo dos atendimentos individuais de acompanhamento, cabe jogar luz à continuidade no número de pessoas no processo de cumprimento do serviço comunitário, no qual observa-se o aumento em 76% de encaminhamentos para PSC, bem como o alto índice de casos regulares com a determinação judicial. Tal contexto é construído diante da organização sistematizada e concisa da equipe para monitoramento e consequente atendimentos de intervenção com o público. Esse, por sua vez, vem demonstrando adesão às intervenções e mantendo regularidade no cumprimento de horas e nos agendamentos propostos pela equipe.

Há também que citar o aumento no número de atendimentos individuais de inscrição. Esse dado sofre aumento de 26,9% em relação ao período anterior e, como já citado nesse relatório, esse é um número que influencia nas demais modalidades do indicador, visto que novos casos culminam em outros atendimentos.

Em continuidade na pauta das modalidades de atendimentos, também se observa a permanência do desenvolvimento significativo de Atendimentos grupais de Projetos de Execução de Alternativa Penal na temática de Trânsito, que de 85 atendimentos no trimestre, saltou para 155 no segundo. E no escopo das Ações de Responsabilização com Homens autuados na Lei Maria da Penha, o aumento foi de 38 atendimentos para 72. Insta pautar que a equipe ainda segue na utilização de espaços cedidos pela rede parceira para realização de grupos, resguardando a segurança sanitária e garantindo a inclusão de mais pessoas para o cumprimento.

Em última análise é importante contextualizar um dos municípios em que o desenvolvimento do indicador ficou abaixo do esperado:

Vespasiano: O desempenho deste município está diretamente associado à recente retomada das atividades da Central, no final do ano de 2021. Desde a ocasião da reimplantação, articulações com o Poder Judiciário vêm sendo desenvolvidas para impulsionar os encaminhamentos ao Programa - e possibilitar maior quantitativo de pessoas atendidas. Como efeito disso, ainda que os atendimentos se expressem de maneira incipiente, percebe-se progressão dos números que compõem o indicador. Novas alternativas penais vêm sendo inseridas de maneira gradual e permitindo maior quantitativo e diversidade de atendimentos – como se percebe em quatro das cinco modalidades. Lança-se destaque aos atendimentos de PEAP que, no mês de junho tiveram seu ápice através da execução das Ações de Responsabilização com homens autores de violência contra as mulheres. Por fim, ainda que a Central tenha executado apenas 55% da meta estipulada para o trimestre, há que se registrar o constante envolvimento do Programa para ampliar o indicador, ainda que a recente implantação siga gerando reflexos nas metas.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
74%	73,2%
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 73,2%. Considerando que a meta estabelecida foi de 74%, o programa não ultrapassou o estabelecido para o indicador. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 11 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial			
	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	0	0	0,0%
BELO HORIZONTE	301	380	79,2%
BETIM	71	90	78,9%
CONTAGEM	160	185	86,5%
DIVINOPOLIS	14	23	60,9%
GOVERNADOR VALADARES	58	80	72,5%
IBIRITE	75	108	69,4%
IPATINGA	51	122	41,8%
JUIZ DE FORA	21	40	52,5%
MONTES CLAROS	79	100	79,0%
R. DAS NEVES	75	113	66,4%
SANTA LUZIA	51	81	63,0%
SETE LAGOAS	30	42	71,4%
UBERABA	62	78	79,5%
UBERLÂNDIA	66	84	78,6%
VARGINHA	0	0	0,0%
VESPASIANO	10	10	100,0%
TOTAL	1124	1536	73,2%

Neste indicador, é esperado que o percentual de cumprimento das Alternativas Penais acompanhadas seja, no mínimo, de 74%. De antemão, cumpre destacar que, ainda que não atingido o quantitativo esperado, o desempenho do Programa CEAPA esteve muito próximo à meta, já que no período avaliatório em análise, 73,2% das Alternativas Penais foram baixadas conforme a determinação judicial.

Posta assim a questão, quando comparado ao período avaliatório anterior, percebe-se progressão no desempenho que, levando em conta fatores diversos, pode ser considerado à luz das diversas intervenções e alinhamentos realizados quanto à execução do Programa. Por isso, é importante considerar a complexidade de ações que estão em desenvolvimento - por atores diversos - e que interferiram no indicador.

A primeira delas e que carece de maior destaque é o monitoramento regular e tempestivo das Alternativas penais acompanhadas. As equipes técnicas se empenham no procedimento para que as intervenções – de responsabilização com o cumprimento e em incidentes da execução penal - sejam construídas em momento oportuno e levando em consideração a especificidade de cada caso acompanhado. Entretanto, mesmo diante dos esforços constantes sobre esta frente de trabalho, ainda é um desafio a manutenção da regularidade mensal do procedimento. Neste sentido, os analistas sociais, gestão social e a Supervisão Metodológica vêm construindo estratégias de organização e lançando mão de diferentes recursos metodológicos para impulsionar o procedimento – e, por consequência, interferir positivamente neste e nos demais indicadores.

Dentre os recursos metodológicos usados, destaca-se o investimento em intervenções grupais para o público que cumpre a Prestação de Serviços à Comunidade. Sendo esta uma alternativa penal acompanhada em larga escala, a retomada com maior vigor dos atendimentos coletivos qualifica as intervenções das equipes na medida em que promove a construção de sentido, o acompanhamento e a responsabilização do público de maneira efetiva e mais ágil – ações que, portanto, tendem a promover maiores índices de cumprimento.

Ainda neste diapasão, há que se considerar que o investimento nos atendimentos não se restringe à modalidade coletiva. A CEAPA busca, constantemente, o aprimoramento técnico-metodológico dos espaços individuais, investe no protagonismo e autonomia do público atendido e executa ações integradas que tendem a provocar o efetivo cumprimento das Alternativas Penais – e gerar efeitos em todas as metas.

É por este motivo que, neste ponto, somado aos elementos supracitados, há que se registrar a intensidade de ações de qualificação da rede parceira. Ainda que serão analisadas de maneira pormenorizada no âmbito de outra meta as intervenções realizadas com os atores envolvidos na execução das Alternativas Penais para o aprimoramento das atividades do cumprimento; o acolhimento do público nos espaços; o acompanhamento sistemático e conjunto; a atenuação de fatores de risco; e outros elementos que interferem na regularização das penas, geram efeitos diretos

no percentual de cumprimento e são frentes de trabalho que vem sendo priorizadas pelas equipes – como comprova a performance no indicador III.

Expor os elementos que contribuíram positivamente para o desempenho do Programa, reflete a complexidade que envolve o indicador e demonstra o progresso das frentes de trabalho. Contudo, percebe-se que o investimento gera efeitos de maneira gradual e ainda há caminho a ser percorrido para impulsionar os índices, visto que os elementos já citados em outros relatórios ainda desfavorecem a eficiência do programa no indicador.

De maneira geral, os maiores índices de alternativas penais baixadas pelo descumprimento se expressam no âmbito de duas penas restritivas de direito - que, por vezes, são aplicadas de maneira cumulativa: Penas Pecuniárias e Prestação de Serviços à Comunidade.

A primeira sofre grande influência da vulnerabilidade social e econômica que recai sobre o público atendido e acaba impactando no pagamento regular das pecúnias. Ainda que considerando tais elementos, diante do esgotamento das possibilidades de intervenção, não resta outra possibilidade para as equipes técnicas senão o informe de descumprimento ao Poder Judiciário – procedimento que foi executado de maneira constante durante todo o trimestre, mas teve auge no mês de junho.

Por sua vez, a Prestação de Serviços à Comunidade é a alternativa penal que sofre impactos diretos de fatores associados ao público, ao Programa e à rede. Neste ponto, cumpre evocar os elementos supracitados que estão em desenvolvimento pela CEAPA no que tange ao investimento nos parceiros e na qualificação das intervenções com o público. Ainda que não executados de maneira plena e constante para apresentarem todos os seus efeitos ou atingirem patamares exigidos, todos os fatores citados devem ser considerados para a expressão da Alternativa Penal no indicador – principalmente o monitoramento mensal.

Em virtude destas considerações, há maior expressão negativa dos níveis de cumprimento nos municípios:

Divinópolis: O desempenho insatisfatório da meta esperada para o período está relacionado ao encerramento do acompanhamento de casos que não retornaram à Central mesmo após diversas tentativas de contato via telefone e/ou notificações por carta. Todos os casos baixados por descumprimento deveriam executar prestação de serviços à comunidade, o que aponta para a necessidade de investimento técnico nas seguintes frentes de trabalho: 1) intensificar e qualificar as ações de rede no município nas suas diversas modalidades para que, juntamente com o Programa, sejam construídas intervenções para regularização do cumprimento em tempo hábil; 2) intensificar e qualificar as intervenções com o público, que ainda apresenta vulnerabilidades sociais que impactam no cumprimento da alternativa penal, dentre outros fatores específicos de cada caso. Nesse sentido, a equipe técnica já investe nos grupos de inicialização, grupos de acompanhamento e grupos introdutórios para que a vinculação com o Programa seja aprimorada e os elementos que atravessam o cumprimento sejam trabalhados junto aos cumpridores. Por fim, é importante ressaltar que no mês de junho já se observou o alcance da meta com 75% de alternativas penais cumpridas.

Ipatinga: Como já registrado em relatórios anteriores, o município permaneceu durante longo período com a obrigatoriedade de cumprimento das alternativas penais suspensa. Com o esgotamento da condição, a Central enfrentou intensa dificuldade de vinculação e contato com as pessoas atendidas. Atualmente, ainda que esteja mais acessível, a responsabilização do público com o cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade é um grande desafio para a equipe técnica – e impacta severamente o desempenho no indicador.

Ao se debruçar sobre fatores que podem influir no cenário, percebem-se elementos que envolvem frentes de trabalho diversas e, por isso, a Central vem agindo com vigor, com os múltiplos agentes que estão envolvidos na execução das alternativas penais. Visando garantir a progressão e estabilidade dos níveis de cumprimento, a CEAPA investe severamente na qualificação dos encaminhamentos; consolida articulações com a rede parceira para aprimorar a execução e acompanhamento dos serviços comunitários; e avança, significativamente, na organização para o monitoramento e apropriação dos atendimentos de acompanhamento – coletivos e individuais - do público atendido. Como já exposto em outro trecho, tais ações tendem a gerar efeitos positivos de maneira gradual e, por isso, seguirão sendo implementadas. Ainda assim, o processo de responsabilização do público e cumprimento das penas ainda se mostra prejudicado, o que acaba levando a baixa de casos por descumprimento e dá destaque negativo ao município - como ocorrido no período em análise.

Juiz de Fora: O desempenho insatisfatório da meta esperada para o período está relacionado ao encerramento do acompanhamento de casos que não retornaram à Central mesmo após diversas tentativas de contato via telefone e/ou notificações por carta. Todos os casos baixados por descumprimento deveriam executar prestação de serviços à comunidade, o que aponta para a necessidade de investimento técnico nas seguintes frentes de trabalho: 1) intensificar e qualificar as ações de rede no município nas suas diversas modalidades para que, juntamente com o Programa, sejam construídas intervenções para regularização do cumprimento em tempo hábil; 2) intensificar e qualificar as intervenções com o público, que ainda apresenta vulnerabilidades sociais que impactam no cumprimento

da alternativa penal, dentre outros fatores específicos de cada caso. Nesse sentido, a equipe técnica já investe nos grupos de inicialização e grupos de acompanhamento para que a vinculação com o Programa seja aprimorada e os elementos que atravessam o cumprimento sejam trabalhados junto aos cumpridores. Além disso, o monitoramento contínuo de todas as alternativas penais acompanhadas evoluiu significativamente e já se observa a consolidação da lógica mensal para todos os casos.

Por outro lado, visando análise íntegra do Indicador, há que se destacar o município de Vespasiano que, devido à recente retomada das atividades e a ainda incipiente inscrição de novas alternativas penais, não registrou baixas por descumprimento. Todas as medidas baixadas no período foram por cumprimento integral de Prestação de Serviços à Comunidade e tinham tempo máximo de 30 horas. Por isso, na análise do desempenho do município, há que se considerar o tempo e as possibilidades de intervenção do Programa com os casos acompanhados que, podem gerar baixas por descumprimento nos próximos períodos e, desta forma, não manter os níveis no mesmo patamar observados neste trimestre.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2010	1895
Descrição do Indicador	
O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais. Este indicador objetiva mensurar as ações da CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõem essa rede. Para fins deste indicador, deverão ser contabilizados: 1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais; 2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade; 3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais; 4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais; 5) Visitas de captação de novos parceiros; 6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social; 7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) foram realizadas cumulativamente 1895 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 2010, o objetivo não foi alcançado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 12 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL

ARAGUARI	0	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	113	32	49	94	288
BETIM	13	8	29	14	64
CONTAGEM	98	31	42	22	193
DIVINOPOLIS	40	13	14	15	82
GOVAL	53	12	18	15	98
IBIRITE	84	15	21	17	137
IPATINGA	63	28	28	25	144
JUIZ DE FORA	88	46	43	25	202
MONTES CLAROS	37	9	13	22	81
RIBEIRÃO DAS NEVES	50	22	26	17	115
SANTA LUZIA	46	12	31	24	113
SETE LAGOAS	93	16	20	18	147
UBERABA	24	16	17	2	59
UBERLÂNDIA	44	11	15	13	83
VARGINHA	0	-	-	-	0
VESPASIANO	49	15	13	12	89
TOTAL	895	286	379	335	1895

A meta de ações do programa junto às redes de apoio foi atingida e superou a expectativa para o período, já que foram realizadas 1000 articulações diante de 945 esperadas.

É fundamental registrar que o alcance desse quantitativo ocorreu pelo investimento de múltiplos atores na organização e priorização das construções em rede, visando extrapolar a relação com os parceiros para além da inclusão do público na prestação de serviços à comunidade, bem como desenvolver ações mais qualificadas e profundas com as instituições.

Cabe destacar que dentre as modalidades executadas observou-se o aumento dos encontros de rede, que registraram maior presença das instituições se comparados aos espaços construídos em períodos anteriores, com temáticas atinentes ao cumprimento das alternativas penais e discussões sobre seletividade penal, encarceramento em massa e estigmatização do público.

Somado a isso, também houve intensificação nas articulações com o Poder Judiciário – especialmente para construção de fluxos atinentes à porta de entrada do Programa, conforme pontuado acima – e poder público municipal, diante das múltiplas vulnerabilidades apresentadas pelo público. Também é importante registrar a aproximação das entidades da rede parceira que desenvolvem Projetos de Execução de Alternativas Penais, a fim de alinhar a condução dos grupos desenvolvidos e construir intervenções mais assertivas para o público. Além disso, houve acréscimo nas visitas dos parceiros às Unidades de Prevenção, o que demonstrou ampliação nas frentes possíveis dentro das ações de fortalecimento da rede, a partir da necessidade de cada entidade e contexto.

Por fim, novamente registra-se que os municípios de Araguari e Varginha não iniciaram as suas atividades, ainda que possuíam metas para o período, fato que não impediu o alcance do indicador.

Em vista dos argumentos apresentados e visando detalhar as análises supracitadas no que toca o alcance da meta, destaca-se os seguintes municípios:

Juiz de Fora: o desempenho do município nesse indicador superou a expectativa em 60%. É notório o investimento nos encontros de rede, que só neste trimestre foram retomados e se mostraram fundamentais para a ampliação de vagas e demais alinhamentos no acompanhamento dos cumpridores durante a prestação de serviços à comunidade. Além disso, as ações junto aos atores da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, instalada no município em abril, para construção do fluxo de recebimento de homens em cumprimento de Medidas Protetivas de Urgência, bem como outras articulações junto à rede de enfrentamento a essas violências, foram fundamentais para a performance do município no indicador. Já é possível observar desdobramentos e repercussões positivas diante da intensificação das ações com os parceiros, que se mostraram mais disponíveis ao recebimento do público nas instituições, estreitaram vínculos com a equipe e aprofundaram as discussões com o Programa no que toca aos fenômenos de violência e criminalidade.

Santa Luzia: Para compreender os dados apresentados por esse município no 14º período avaliatório e no que se refere ao aumento das ações junto a rede parceira, se faz pertinente explicitar que esse trimestre foi oportunizado por uma consolidação da equipe de analistas. Com a composição estável, a atuação seguindo a lógica da regionalização e interligada a uma leitura de contextos, pôde enfim ser materializada. A equipe, mediante o aprofundamento sobre os territórios e equipamentos, elaborou e construiu, com suporte da supervisão, desenho e cronograma prático para a tratativa deste eixo de trabalho. Desse plano, se concretizou a realização de encontro de rede e efetivação de cronograma regionalizado de visitas de monitoramento a entidades que recebem PSC.

Para além da atuação dos profissionais junto a rede de PSC, o trimestre demandou atenção aos recortes e fluxos da porta de entrada. Nessa perspectiva, e ao visar a expansão das inscrições de Medidas Protetivas de Urgência e Medidas Cautelares, teve-se atuação robusta com os órgãos do poder judiciário para compreensão da aplicabilidade dessas alternativas e o fortalecimento do direcionamento desse público para acompanhamento pela metodologia da CEAPA.

Vespasiano: O desempenho da Central neste indicador deve ser interpretado levando em consideração a recente retomada das atividades no município. Na medida em que a Central foi reimplantada, ações de construção e fortalecimento da rede parceira tiveram grande relevância e, assim, a equipe técnica lança mão de todo o aporte metodológico para a efetivação de procedimentos que permitam o cumprimento das Alternativas Penais de Prestação de Serviços à Comunidade. Nesta feita, as visitas para captação de parcerias em regiões estratégicas do município e o acompanhamento daquelas que já haviam sido efetivadas em outros períodos, impulsionaram o indicador e deram destaque ao município. Cumpre registrar que a frente de trabalho tende a ser priorizada pela equipe técnica ainda nos próximos períodos já que, dado o cenário, a necessidade de captação e fortalecimento das parcerias é uma constante.

Por fim, mesmo com o alcance da meta geral estipulada para o período, cabe analisar o desempenho do município de Belo Horizonte no referido indicador:

Belo Horizonte: Neste trimestre observou-se o desempenho de 61% da meta esperada que, em comparação ao trimestre anterior no qual realizou-se 39,6%, demonstrou a progressão das ações junto à rede - possibilitado pela construção de estratégias de organização das frentes de trabalho da equipe para investimento e priorização dessas ações. Verificou-se o aumento dos quantitativos em todas as modalidades que compõem esse indicador, mas é preciso enfatizar a elevação do número de visitas de monitoramento às entidades de rede parceiras para recebimento de prestação de serviços à comunidade realizadas no período, bem como a execução de encontros de rede; ambas visando a qualificação das parcerias e da atenção ao público no acompanhamento do cumprimento. Por fim, convém citar que no mês de junho foram realizadas 94 ações das 95 esperadas para o município, e que outras estratégias estão sendo construídas para sustentação dessa execução conforme a meta esperada, tais como: construção de cronograma de encontros de rede abarcando todas as nove regionais de Belo Horizonte e organização de agendas por regional para visitas *in loco*.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
11.592	10487
Descrição do Indicador	
O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social. Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional. Para fins deste indicador serão contabilizados: 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos; 2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento; 3) Atendimentos individuais com familiares de egressos; 4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar; 5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença; 6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença. 7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença. 8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) foram realizados cumulativamente 10.487 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 11.592, não foi possível alcançar o objetivo. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 13 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
ARAGUARI	0	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	822	301	329	308	1.760
BETIM	333	119	159	138	749
CONTAGEM	383	183	117	105	788
DIVINÓPOLIS	55	59	41	37	192
GOVERNADOR VALADARES	303	86	103	38	530
IBIRITÉ	79	55	43	31	208
IPATINGA	382	120	194	151	847
JUIZ DE FORA	374	146	200	161	881
MONTES CLAROS	507	167	225	200	1.099
RIBEIRÃO DAS NEVES	427	86	145	226	884
SANTA LUZIA	221	83	117	94	515
SETE LAGOAS	139	50	71	67	327
UBERABA	262	61	96	82	501
UBERLÂNDIA	559	160	178	152	1.049
VESPASIANO	38	44	45	30	157
TOTAL	4.884	1.720	2.063	1.820	10.487

Neste período avaliatório observou-se um aumento expressivo do indicador de Atendimentos se comparado ao trimestre anterior, atingindo 97% da meta estipulada. Desse modo, a fim de compor uma leitura sobre os elementos que incidiram na elevação do indicador, é possível estabelecer alguns fatores que se apresentaram no contexto de trabalho das 15 equipes PrEsp neste trimestre.

Neste trimestre, foi evidente o impacto das atividades coletivas no panorama dos indicadores, sobretudo de atendimento. As equipes investiram na realização de atividades coletivas (ações coletivas de apresentação, grupos reflexivos pontuais e contínuos) junto ao público, em acordo com as diretrizes metodológicas, e para diversos fins, como apresentação do Programa, temáticos e/ou acompanhamento.

As atividades coletivas são particularmente importantes ao Programa por favorecer espaços de compartilhamento e trocas entre o público e as equipes, potencializando o vínculo e as intervenções. Além de que o próprio processo de mobilização para tais ações favorece a proximidade e o retorno do público ao Programa.

Entre as atividades coletivas, destacou-se o projeto Conectados com Amanhã (JAMG), que visa a formação e discussão sobre mercado de trabalho a partir de norteadores como empregabilidade, empreendedorismo, processos seletivos etc. Após as equipes serem capacitadas pela organização JAMG na metodologia supracitada, essas desenvolveram grupos reflexivos com o público desenvolvendo a metodologia Conectados com Amanhã junto a pré-egressos, egressos e familiares em formato de grupos reflexivos.

A retomada das atividades coletivas com pré-egressos em unidades prisionais também se configurou como um aspecto de evidência em quase todas as equipes. Isso porque estas são estratégicas à medida que favorecem a construção de vínculos ou, minimamente, possibilitam acesso às informações sobre o Programa, anteriormente a saída do sistema prisional.

Nesse sentido, a relação do Programa com as unidades prisionais nesse trimestre foi marcada, em alguns momentos, por “abertura” para o desenvolvimento das ações em alguns municípios e, em outros, manteve-se a impossibilidade observada no trimestre anterior em outros. Este último tem justificativa na greve das forças de segurança, movimento de “estrita legalidade” promovido pelos policiais penais e, ainda, na elevação de transmissão da COVID-19.

Em Belo Horizonte, evidencia-se a elevação dos atendimentos neste período avaliatório mesmo a equipe não tendo alcançado a meta esperada para o indicador. Destacou-se, para tanto, a retomada de atividades coletivas com pré-egressos em duas de três unidades prisionais com as quais possui parceria.

Além do mais, foi possível notar maior circulação de público na UPC a partir de grupos reflexivos com acompanhados e ações coletivas de apresentação realizadas na rede parceira para a chegada dos egressos ao programa, o que fez aumentar o número de inscrições e de novas pessoas em acompanhamento.

Concomitantemente, percebeu-se que, em Betim, o indicador de atendimento também apresentou progressiva recuperação quando comparado ao trimestre anterior. Entretanto, ainda não foi possível a retomada de grupos em unidades prisionais, devido ao contexto de restrições de atividades nas mesmas, permanecendo esse aumento atrelado sobretudo aos atendimentos individuais, com a constante qualificação pela equipe, supervisão e gestão de referência.

A UPC de Santa Luzia também apresentou elevação progressiva do indicador, atingindo 93% da meta estipulada para essa equipe e a superando nos dois últimos meses desse período avaliatório. A equipe avançou nas frentes de acompanhamento aos egressos inscritos, investindo na construção de Planos de Acompanhamento e em estímulo ao retorno dessas pessoas ao programa a partir dos objetivos propostos para os acompanhamentos.

Ao final do trimestre, a equipe iniciou as atividades coletivas com pré-egresso na única unidade prisional do município, a saber APAC Santa Luzia, onde identificamos o público. Essa articulação esteve suspensa devido a questões internas desta unidade, como frequentes alterações no quadro de pessoal e mesmo no público que se encontrava em cumprimento de regime nessa. A expectativa é que essas atividades coletivas junto a APAC Santa Luzia tenham continuidade ao longo dos próximos meses.

A realização de atividades coletivas se destacou nesse período também em Contagem, que intensificou a realização de atividades coletivas no espaço da rede, como a Casa de Passagem, para apresentação do PrEsp. A partir dessa ação houve um movimento significativo de egressos indo à UPC, se inscrevendo e se vinculando. E ainda, a equipe tem desenvolvido atividades coletivas mensais no espaço para construção de vínculo com temáticas pertinentes às vulnerabilidades e acesso à direitos desses egressos em situação de rua.

Cabe ainda salientar o cenário de Contagem no que toca aos aspectos relacionados às condicionalidades impostas pelo judiciário que repercutem significativamente sobre a dinâmica de acompanhamento a egressos. Percebeu-se que neste município existe um volume significativo de novos egressos que chegam à UPC a partir de determinação do Sistema de Justiça.

Quanto ao público que acessa o Programa, este apresentou demanda e/ou vulnerabilidade e aqueles que saíram recentemente têm tido boa adesão ao acompanhamento proposto. Porém, percebeu-se neste período avaliatório que algumas dessas pessoas que chegaram pela primeira vez ao PrEsp, após audiência admonitória na Vara de Execução Penal do município, não foram liberados da Unidade Prisional recentemente.

Uma grande parcela saiu das UPs no período inicial da pandemia após determinação judicial, que teve como objetivo a diminuição de pessoas encarceradas para a tentativa de não propagação de COVID-19 nas unidades prisionais, o que ficou conhecido como “saídas covid”. Tais pessoas à época não se caracterizavam como público do Programa, portanto não eram direcionadas ao PrEsp.

Entretanto, ao alcançarem o regime aberto de fato, são encaminhados ao PrEsp após passarem por audiência admonitória na VEP conforme pactuação no município. Observou-se que essas pessoas, ao chegarem no Programa, já estão minimamente organizadas e, por isso, não direcionam demandas e vulnerabilidades que são passíveis de serem acompanhadas inicialmente pelo programa. Esse é um desafio, posto que avaliamos ser possível de contornar a médio prazo, uma vez que a normalidade das liberações já foi retomada no município.

Outro fator que cabe destaque é a baixa procura dos egressos já inscritos no Programa para retorno e continuidade no acompanhamento. Temos como leitura alguns fatores, sendo eles: dificuldade financeira; restrição de circulação diante envolvimento criminal que dificultam o retorno à UPC; organização do vínculo empregatício que limita o comparecimento à UPC em horário comercial; e a rotatividade na troca de número de telefone dos egressos que dificulta o contato da equipe na convocação para retornar ao PrEsp.

Diante o exposto, a supervisão metodológica, gestão social e analistas sociais, não medem esforços para a construção de ações que possam facilitar a vinculação desses egressos ao Programa. São realizadas ações em equipamentos na rede para facilitar o deslocamento para que assim o egresso não tenha de se deslocar do território; a concessão de vales-sociais fornecidos pelo Programa para que o egresso venha à UPC; realização de ações coletivas contínuas em serviços de acolhimento institucionais a população de rua; acionamento via telefone e cartas para mobilização do público inscrito; e ainda a qualificação da equipe de analistas no acolhimento desses egressos para maior proximidade e adesão ao Programa.

No que toca à disponibilidade de equipe para atendimentos nas UPCs, não foi possível notar grandes repercussões com o afastamento de analistas por atestado ou suspeita de contaminação por COVID-19 como nos períodos avaliatórios anteriores. Todavia, ainda se destacaram circunstâncias que se referiam à indisponibilidade de analistas e que, consequentemente, incidiram na redução do indicador de atendimento apresentado por algumas equipes, como em Governador Valadares que vivenciou uma situação atípica e isolada, que impactou significativamente na disponibilidade da equipe. Nesse município, em 19 de abril, durante o período de coleta das assinaturas na UPC, houve uma tentativa de homicídio dentro da Unidade onde foram disparados tiros entre egressos rivais que estavam ali aguardando atendimento.

A partir daí, observou-se que um dos analistas vivenciou o fato de maneira diferente dos demais, apresentando comportamentos que sinalizam estresse e pânico, sendo necessário o adiantamento emergencial de suas férias. Assim, no mês de junho houve o acúmulo de profissionais de férias no PrEsp de Governador Valadares - os dois analistas e gestão social, e, ainda, atestado médico por adoecimento, o que impactou diretamente em todos os indicadores do programa.

Tal incidente foi acompanhado de perto por atores da política de prevenção, acolhendo essa equipe, e construindo estratégias a partir do trauma vivenciado pelos demais profissionais desta UPC. Foi pactuado conjuntamente à SUPEC a suspensão das atividades coletivas previstas e, com muita cautela, a dispersão de aglomeração de egressos, visando um ambiente minimamente controlado para facilitar a percepção de situações de confronto que pudessem ocorrer novamente.

Com isso, essa equipe não intensificou como de costume a mobilização do público para acompanhamento, deixando que os egressos comparecessem à UPC de forma espontânea, realizando todos os atendimentos que nos eram demandados.

Aspectos relacionados à disponibilidade de equipe foi notável também no município de Uberaba, uma vez que a equipe do PrEsp foi inteiramente trocada neste período avaliatório, e, no mês de abril, a equipe contou apenas com uma analista ainda em período de assimilação dos processos de trabalho e metodologia do programa.

Em maio e junho a equipe foi recomposta e, mesmo com pouca experiência, apresentou resultados satisfatórios, com oscilações relacionadas ao processo de apropriação e retomada das frentes de trabalho, considerando-se um município que não conta com a estratégia das assinaturas para promover o acesso do público.

Entende-se que este indicador será mais impactado por trocas de analistas, momento em que o vínculo dos acompanhados com a equipe está fragilizado, demandando amplo trabalho de fortalecimento de tal relação.

Ressaltou-se, porém, o número considerável de novas inscrições que sinaliza para “portas de entrada” bem constituídas e para uma estabilização dos números de tal indicador em futuro próximo.

Apesar do não alcance do indicador de Atendimento por algumas equipes, observou-se que a superação da meta em outros municípios também contribuiu para o aumento do indicador de forma geral, visto que o indicador de atendimento foi superado de modo considerável nesses municípios. É o caso de Juiz de Fora, que vem apresentando um aumento progressivo e significativamente superior à meta estabelecida para esse município. Isso figura como resultado do investimento da equipe em promover o acompanhamento a partir do retorno dos egressos para acompanhamento e atualização de casos antigos no programa.

Simultaneamente a esse contexto, em meados do trimestre, foram retomadas as atividades coletivas em unidades prisionais, assim essa equipe tem realizado quinzenalmente grupos reflexivos com mulheres e homens pré-egressos. Essa entrada em unidades prisionais repercutiu significativamente no indicador desta equipe, visto que elevou ainda mais um quantitativo que já se apresentava de forma expressiva.

Já Montes Claros retomou as atividades coletivas em unidades prisionais neste período avaliatório, além da realização de grupo reflexivo com a temática Conectados com Amanhã junto aos egressos acompanhados. Além disso, houve mobilização para a oferta de cursos do PrEsp a partir de recurso do DEPEN Federal. Estes são fatores que contribuirão para a elevação do número de atendimentos apresentado por essa equipe, e consequentemente a superação do indicador que vem alcançando a média estipulada.

A Equipe de Ribeirão das Neves, apresentou bom desempenho neste indicador, tendo apresentado número aquém da meta apenas no mês de abril, quando foi impactada diretamente pela redução de dias úteis em decorrência dos feriados prolongados, e pela redução do número de assinaturas na unidade o que reduziu a circulação de público na unidade de prevenção, obstaculizando a realização de atendimentos.

Visando tratar dessa oscilação, a supervisão vem trabalhando com a equipe estratégias de vinculação e acompanhamento do público e maneira a progressivamente promover a desassociação do acompanhamento ao procedimento de assinatura na UPC. Para tanto, a gestão social obteve êxito na articulação junto ao judiciário para estabelecer a trimestralidade do período de assinatura o que, acreditamos, favorece tal desassociação, permitindo ainda à equipe desenvolver outros projetos temáticos para acompanhamento do público atendido.

Outro fator que contribuiu para a elevação do indicador de atendimentos nesse período avaliatório referiu-se ao aumento do número de atendimentos nos quatro municípios de implantação, considerando o resultado de articulações junto a rede para ampliação de “portas de entradas”, maior entrada em unidades prisionais para realização de atividades com pré-egressos e a inauguração do programa em todos os municípios de implantação.

Em Divinópolis temos como destaque, e com maior volume, os atendimentos realizados com o público de forma coletiva. Neste trimestre foram 14 ações coletivas realizadas com egressos, familiares de egressos e pré-egressos representando 72% do indicador de atendimento desta equipe.

Foi necessário tal investimento devido a fatores como: circulação na rede para alcance do público; possibilidade de ampliação de portas de entrada ao programa para chegada de novos egressos à UPC; e ainda, devido a reforma da UPC que só foi concluída no último mês deste período avaliatório (junho-22) quando foi possível a circulação total de egressos para atendimentos presenciais na Unidade.

Outro destaque neste período avaliatório foi a elevação significativa de atendimentos nos meses de abril e maio resultado de ações realizadas no município pela equipe e gestão. A chegada do público via ata de audiência admonitória, representando o fortalecimento e diálogo com o sistema de justiça, e o recebimento de 50 cestas básicas pela rede socioassistencial do município para a distribuição ao público possibilitaram maior circulação do público na UPC elevando o número de inscritos e nos atendimentos de retorno.

A equipe investiu ainda em ações coletivas de apresentação na rede em comunidades terapêuticas e em equipamentos da assistência social, em grupo com pré-egressos na Unidade Prisional do município, e na realização do grupo com a temática “JA Conectados com o amanhã” com os egressos em acompanhamento inscritos no PrEsp para trabalhar questões afetas a empregabilidade e mundo do trabalho.

Neste período avaliatório, a equipe de Vespasiano apresentou um importante incremento nos números deste indicador, muito em decorrência da consolidação dos grupos com pré-egressos realizados em três unidades prisionais. Não obstante, esta equipe ainda enfrenta desafios para alcançar a meta prevista, a supervisão entende que estes desafios decorrem de um contexto complexo e multicausal, que inclui o próprio processo de implantação e características geográficas e políticas do município.

Estes elementos vêm sendo objeto de trabalho com a constante criação de estratégias para minimizar os atravessamentos e favorecer a consolidação do programa e da política no município. Ressaltou-se, a título de

exemplo, o planejamento do desenvolvimento de atividades do programa em pontos estratégicos da rede no município, como CRAS, UPC de Base Local, Equipamento de atenção à população em Situação de Rua e Fórum.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRES P por período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
78%	85,4%
Descrição do Indicador	
O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PrEsp, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRES P foi 85,4%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 78%, a meta foi alcançada. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 14 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRES P por período avaliatório			
UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
ARAGUARI	0	0	0,0%
BELO HORIZONTE	600	708	84,7%
BETIM	357	398	89,7%
CONTAGEM	236	271	87,1%
DIVINOPOLIS	23	45	51,1%
GOVAL	110	134	82,1%
IBIRITE	47	64	73,4%
IPATINGA	218	292	74,7%
JUIZ DE FORA	381	410	92,9%
MONTES CLAROS	339	381	89,0%
RIBEIRÃO DAS NEVES	204	222	91,9%
SANTA LUZIA	191	230	83,0%
SETE LAGOAS	19	29	65,5%
UBERABA	156	185	84,3%
UBERLÂNDIA	192	224	85,7%
VESPASIANO	12	19	63,2%
TOTAL	3085	3612	85,4%

Nesse período avaliatório atingiu-se 109% do indicador previsto para adesão, demonstrando uma ligeira queda se comparado ao anterior, mas ainda superando o que é previsto para tal indicador. Essa queda pode ser resultado de um aumento nas inscrições, observado sobretudo em equipes de implantação e maior entrada em unidades prisionais para realização de atividades coletivas com pré-egressos a partir da redução dos impactos do movimento de “estrutural legalidade” promovido pelos policiais penais observados no primeiro trimestre em unidades prisionais.

Nesse trimestre destacamos as ações de empregabilidade enquanto estratégias importantes para favorecer o vínculo e o retorno dos atendidos ao Programa, caracterizando assim verdadeiro acompanhamento. Ao longo do desenvolvimento do Programa é notável que uma das demandas mais recorrentes é a obtenção de emprego, os egressos solicitam expressamente auxílio para obtenção de atividade remunerada lícita, seus familiares apresentam os mesmos anseios, e a própria sociedade em geral enxerga este como sendo um dos principais fatores de proteção para os egressos do sistema prisional. Atentos a esses anseios, PrEsp vem se desdobrando para promover ações com foco na empregabilidade, favorecendo assim o acesso do público ao programa e sua adesão ao acompanhamento proposto. Neste sentido, destacamos a realização dos grupos com foco na metodologia “Conectados com o Amanhã”, desenvolvido pela parceria com JAMG.

Após a capacitação de todos os analistas do PrEsp realizada pela supervisão metodológica e JAMG no trimestre anterior, neste 14º PA a maior parte das equipes executou a metodologia com o público do Programa realizando mobilização para a criação de turmas de formação e certificação dos participantes. Ressaltamos o desafio em mobilizar o público devido a fatores como limitações de mobilidade, busca por atividades que deem um retorno financeiro mais imediato decorrente da extrema vulnerabilidade que o público egresso do sistema prisional apresenta nesse cenário de crise financeira. Ainda assim, boa parte das equipes conseguiu executar o curso obtendo bons retornos qualitativos do público.

Considerando as especificidades das Unidades de implantações em relação a chegada do público acompanhado, que ainda é menor, optou-se, prioritariamente, pelo desenvolvimento junto ao público de pré-egressos. No entanto, mesmo diante desse primeiro cenário, incentivou-se que essas equipes também realizassem essa ação com o público inscrito, mesmo que não fosse esperado um resultado tão significativo dado ao número de inscritos que ainda é pequeno.

Foi o que observamos em Ibirité, Sete Lagoas e Vespasiano onde o “Conectados com o Amanhã” foi realizado tão somente em unidades prisionais. Houve tentativas de promoção de atividades coletivas com os egressos inscritos a partir de tal metodologia, entretanto, não houve adesão à proposta pelo público acompanhado. Todavia, entendendo a realização de atividades coletivas com egressos inscritos enquanto frente de trabalho importante para o Programa, tais municípios têm buscado diagnosticar os fatores que contribuíram para a não adesão às propostas, visando subsidiar novas estratégias de mobilização do público e apresentar novos projetos de atividades coletivas junto ao público acompanhado.

Ainda dentro da temática ações de empregabilidade, destaca-se o município de Governador Valadares. A equipe tem realizado ações estratégicas na UPC e com parceiros do município propiciando discussões acerca do mundo do trabalho. Tais grupos têm tido boa adesão no público do Programa, o que tem gerado a elevação da vinculação e dos números de atendimentos.

A equipe construiu um canal de comunicação com os egressos acompanhados através de um grupo no WhatsApp onde tem sido efetiva a comunicação, mobilização e vinculação ao PrEsp. No grupo circulam informações pertinentes àquela temática que os egressos demandam do Programa. Neste grupo, por exemplo, temos o grupo de empregabilidade. São inseridos egressos que têm interesse em realizar cursos, grupo de discussão sobre o mundo do trabalho e ofertas de encaminhamento para entrevistas quando disponíveis por algum parceiro. O grupo é potente, participativo e inclusivo. São realizadas mobilizações para comparecimento individual e coletivo no PrEsp, sugestões de parcerias pelos próprios egressos, a saída de egresso do grupo virtual, quando este é recolocado no mercado de trabalho, e a inclusão de novos egressos com interesse na demanda de empregabilidade a partir da inscrição no Programa.

Em contrapartida, em Divinópolis é notável a queda do percentual de adesão da equipe diante da investida da mesma na execução de ações coletivas com o público do Programa ainda não escrito no PrEsp, mas que circula e está presente na rede. Tal intervenção é necessária entendendo a recém-chegada do Programa no município. Mas destacamos ainda a realização, mesmo que em menor quantidade, de atendimentos de retorno individuais e coletivos com egressos inscritos em Divinópolis. Feito este que foi percebido na ação coletiva com a temática de empregabilidade e mundo do trabalho que a equipe desenvolveu no mês de junho com egressos inscritos. Tal ação apresentada e construída com a supervisão metodológica do PrEsp teve por objetivo ampliar o repertório da equipe no desenvolvimento de ações e temáticas afetas aos egressos gerando assim intervenções assertivas e maior possibilidade de vinculação com o público.

Como já dito anteriormente, realizar ações que guardem relação estreita com os interesses e demandas do público favorece o retorno ao programa, caracteriza a adesão, evidencia o vínculo e permite o acompanhamento. Destacam-se com ações potentes, neste sentido, os municípios da RM BH. Destaque para as convocações do público através da planilha do Programa. Isso tem feito com que a equipe circule mais o acompanhamento provocando retornos e realizando o arquivamento de outro quando é o caso. Isso propicia maior rotatividade de egressos na UPC.

Ainda em Belo Horizonte, outra ação que cabe destaque são as atividades coletivas Vivências realizadas com egressos inscritos. Neste trimestre a equipe retoma as ações Vivência Diversidade, o Vivência Empregabilidade e o Vivência Circulando a cidade para além da quebrada. Tais ações propiciam vínculo ao Programa, pois se pensa a partir da particularidade do público acompanhando de acordo com as vulnerabilidades percebidas no acompanhamento.

A UPC de Juiz de Fora neste trimestre também apresentou elevação no indicador de adesão atingindo o maior percentual entre as equipes, superando o indicador em 119%. Esse resultado é reflexo do investimento da equipe e promover o acompanhamento aos egressos inscritos, a partir do fortalecimento de vínculos. Neste trimestre a equipe também realizou mensalmente atividades coletivas com caráter reflexivo junto ao público acompanhado, abordando temáticas que perpassam o cotidiano do egresso do sistema prisional como Empregabilidade, Abordagem Policial etc.. Ressalta-se que as atividades coletivas são extremamente relevantes para o contexto do acompanhamento aos egressos inscritos no Programa, visto que potencializam o fortalecimento de vínculos com o público e as intervenções.

Em Montes Claros o indicador de adesão superou o indicador em 114% nesse trimestre, resultado do investimento da equipe em provocar retornos e o acompanhamento aos egressos inscritos, sobretudo a partir da atualização dos casos em acompanhamento no Programa. Nesse sentido, cabe destacar que além das inscrições terem mantido a estabilidade, 73% delas referem-se a encaminhamentos que chegaram no PrEsp pela rede ou acessos espontâneos do próprio egresso. Assim, destacamos algumas frentes que contribuíram para esse resultado.

A equipe tem veiculado em uma rádio comunitária do município uma vinheta que apresenta o Programa durante o comercial da programação desta rádio. Foi possível perceber que o público, sobretudo os que ainda se encontram no sistema prisional, mencionam essa vinheta quando a equipe está dentro da UP desenvolvendo atividades coletivas. A ação foi construída em parceria com a rádio e teve como objetivo atingir sobretudo o público que ainda se encontra em unidades prisionais do município, pois em escuta realizada nos atendimentos notou-se que, ainda preso, o público acessa esse meio de comunicação com maior frequência.

Outra ação de importante destaque são os Encontros Conexão, ação promovida trimestralmente pela equipe PrEsp Montes Claros com o viés de discutir pautas pertinentes ao público egresso do sistema prisional e favorecer a ampliação das “portas de entrada” do Programa junto aos serviços da rede do município. Tal ação também tem exercido uma importante contribuição para o aumento das inscrições originadas a partir de encaminhamentos pela rede parceira do município.

Avaliamos ainda que um outro fator que pode ter contribuído para essa ampliação das formas de chegada de egressos ao Programa em Montes Claros são ações coletivas de apresentação junto aos egressos e familiares que acessam a UPC em função da “coleta de assinatura”. Nesse sentido, notou-se um aumento significativo de participações de egressos e familiares nesse espaço, como muitos não apresentam interesse ou demanda imediata, retornam em outros momentos para inscrição. Tal cenário associa-se também aos egressos atendidos que tem cada vez mais divulgado o Programa para outros egressos que ainda não são inscritos.

As equipes de Ribeirão das Neves, Uberlândia, Uberaba oscilam neste indicador, mas sempre dentro da meta, num movimento inversamente proporcional à chegada de novos egressos inscritos no Programa, como era de se esperar. Além desses, Contagem vem numa constância de alcance deste indicador, o que no passado para o município era um desafio constante. O resultado da mobilização para convite a retorno à UPC para atendimento do público inscrito tem sustentado o percentual esperado para essa equipe. Tal acompanhamento tem sido possível no formato individual, trabalhando demandas pertinentes ao caso e no formato coletivo com intervenções em sua maioria atrelada à empregabilidade.

Outro fator que propiciou a vinculação do público ao Programa é a oferta de cursos profissionalizantes. Foi possível o encaminhamento de egressos a cursos ofertados a partir da emenda parlamentar da deputada estadual Laura Serrano, e, mais recente, da oferta de cursos executados pelo PrEsp a partir do convênio com o DEPEN Federal. Uma vez que o público apresenta como desejo e interesse da retomada dos estudos e a qualificação profissional, eles são mobilizados a participar dos cursos conforme o quantitativo de vagas, e com isso, aderem ao Programa retornando e percebendo no PrEsp um local de oportunidade e acesso a serviços e direitos.

Em contraponto, temos a equipe de Ipatinga que apresentou uma queda no indicador de adesão neste trimestre, sendo possível observar alguns fatores no decorrer do período que podem ter contribuído para esse resultado. O número de inscrições aumentou de forma significativa se comparado ao trimestre anterior, resultado da maior disponibilidade da equipe em atender, e o direcionamento alinhado com a recepção da UPC de demandas apresentadas pelos egressos que acessam a unidade para coleta de assinaturas para o atendimento junto à equipe.

Outro fator de destaque foi a realização de atividades coletivas com o público pré-egresso em unidades prisionais, visto que nesse trimestre a equipe realizou mais atividades coletivas com esse público e alcançou um número expressivo de participantes em tais ações. Notou-se que o que possibilitou o aumento das atividades com pré-egressos foi uma abertura maior das unidades prisionais em receber o Programa para a realização dessas atividades

e a possibilidade de atingir esse público em espaços de trabalho externo, “driblando”, desse modo, a limitação imposta pelo movimento de “estrita legalidade” em tal município.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
804	1103
Descrição do Indicador	
O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados: 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos; 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos; 3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município; 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa; 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos. 6) Visitas às unidades prisionais.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) foram realizadas cumulativamente 1103 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 804, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 15 - Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional					
UPC	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
ARAGUARI	0	-	-	-	0
BELO HORIZONTE	63	12	25	24	124
BETIM	21	12	11	8	52
CONTAGEM	15	6	17	8	46
DIVINOPOLIS	31	12	13	10	66
GOVAL	23	5	7	1	36
IBIRITE	50	52	24	34	160
IPATINGA	29	11	11	10	61
JUIZ DE FORA	42	9	11	9	71
MONTES CLAROS	42	9	30	8	89
RIBEIRÃO DAS NEVES	42	11	14	9	76
SANTA LUZIA	40	8	16	11	75
SETE LAGOAS	41	10	14	15	80
UBERABA	42	10	12	16	80
UBERLÂNDIA	20	11	2	9	42
VESPASIANO	25	5	5	10	45
TOTAL	526	183	212	182	1103

Neste período avaliatório observou-se novamente a superação da meta de rede em 140,5%. Percebemos um investimento das equipes em todos os municípios de atuação do PrEsp na realização das mobilizações de rede para

o direcionamento do público conforme demandas apresentadas em atendimentos e a ampliação de possibilidades com a rede socioassistencial, seja na condução e acompanhamento dos casos, seja para a ampliação da chegada do público às UPCs.

Para além das entregas previstas deste indicador, cabe destacar um dos fenômenos que vem elevando os números de mobilização de rede no Programa. Os municípios de recente implantação do PrEsp apresentaram uma demanda maior de mobilizações de rede a partir da necessidade de dar visibilidade e conhecimento ao Programa, uma vez que, as articulações de rede são primordiais para ampliação de “portas de entradas” para chegada e encaminhamento do público para acesso a direitos.

Outro fenômeno que elevou o indicador neste trimestre foram as inaugurações das UPCs que aconteceram nos meses de maio (em Ibirité, Sete lagoas e Vespasiano) e junho (em Divinópolis). Tais ações são extremamente importantes pois trouxeram repercussões a nível de reconhecimento do Programa nos municípios onde foi implantado. Isso foi notável em Ibirité, onde destacou-se um crescimento substancial em tal indicador se comparado ao trimestre anterior. Comumente, as articulações já são mais intensificadas neste município considerando a recente implantação. Entretanto, diante do evento de inauguração do Programa, foi necessário um maior diálogo com essa rede visando mobilizá-la para estar presente nesse momento e, a partir daí, promoveu-se espaços de troca sobre pautas diversas junto a esses serviços.

Para Ibirité, o evento de inauguração se configurava como uma ação estratégica, visto que proporcionou aos serviços que compõem a rede institucional do município, o reconhecimento e legitimidade das ações do Programa junto ao público egresso, contribuindo para uma abertura maior para o diálogo e parcerias.

Em Divinópolis, a equipe e gestão vêm desenvolvendo articulações de rede pertinente no município com proximidade estratégica com assistência social, sistema de justiça e unidade prisional. Após articulações construídas com o CRAS Sudoeste II, foi possível o desenvolvimento de uma ação coletiva com o público que circula na assistência para divulgação do Programa, ação extremamente importante para fomentar a chegada de egressos e familiares na UPC.

Essa elevação só não aconteceu em Vespasiano, onde apresentou um desempenho desfavorável quanto ao indicador de rede, sobretudo nos dois primeiros meses do trimestre. Este desempenho pode ser explicado por um certo esgotamento dos contatos iniciais com equipamentos da rede, que por características do município, não se mostraram muito abertos às construções conjuntas com o Programa, sendo eles alguns CRAS, equipamentos da rede de saúde e educação. Em ação corretiva da supervisão junto à equipe, estabeleceu-se a orientação de novas tentativas de contato e construções de fluxo, como foco especial no acompanhamento conjunto dos casos e propositura de ações temáticas em parceria, visando romper resistências iniciais. Observamos no último mês do trimestre uma importante recuperação neste indicador, em consonância com as intervenções realizadas.

Outros municípios também contribuíram significativamente para o alcance da meta neste período avaliatório, repercutindo positivamente em outros indicadores, como Belo Horizonte, Contagem e Uberaba que tiveram articulações de rede que propiciaram a elevação de inscrições com a chegada do público às UPCs elevando o indicador de atendimento.

Em Belo Horizonte ações de apresentações na Comunidade Terapêutica Recomeço, no INAPER e no Projeto Regenerados comprovam essa elevação de circulação de egressos na UPC, uma vez que grande parte do público presente nestas instituições tem experiência prisional.

Em Contagem, a equipe, que já vinha sendo chamada pela supervisão metodológica a estar mais presente na rede, participando, conhecendo e construindo possibilidades para acesso do público e ampliação de portas de entrada ao Programa, duplicou as ações de rede se compararmos ao trimestre passado. Com a chegada de uma nova gestão social no final do período avaliatório passado e a construção mais assertiva das articulações de rede, a equipe desenvolveu mais ações de rede e manteve sua presença em espaços já instituídos possibilitando assim maior visibilidade do PrEsp. Isso aconteceu na Casa de Passagem, espaço estratégico do município, referência para a população em situação de rua, com um número considerável de egressos do sistema prisional.

Em Uberaba, o que percebemos é o desempenho explicado pela própria forma de trabalho da equipe, no que se refere ainda à contribuição na elevação deste indicador. Sem a parceria com o Judiciário para chegada do público através da coleta de assinaturas, tem-se como principal porta de entrada para o Programa os equipamentos da rede do município. Tem sido observado parcerias importantes e potentes, tanto para o encaminhamento de egressos ao Programa para acompanhamento, quanto para dar vazão às demandas apresentadas pelo público acompanhado.

Mesmo o Programa tendo superado a meta esperada para o indicador neste trimestre, percebemos que em alguns municípios isso não foi possível, o que consideramos pertinente levando em conta alguns cenários. Em Governador Valadares, que apresentou um baixo número de ações de rede diante situações atípicas em junho, tivemos a ocorrência de férias dos dois analistas em quinzenas diferentes, as férias da gestão social em uma quinzena semelhante à de um dos analistas e atestado médico da analista que se encontrava sozinha na equipe do PrEsp,

ficando o Programa três dias sem nenhum profissional. Importante mencionar ainda, que foi construído entre supervisão e equipe, diante da necessidade da mobilização do público para o curso de mecânico de bike ofertado pelo Programa no município, a prioridade para essa mobilização através do contato com o público e os atendimentos que chegavam à UPC, em detrimento das articulações de rede no mês.

Em Juiz de Fora o cenário foi outro, desvelou-se maior necessidade de a equipe está disponível para a alta demanda por atendimentos a egressos e familiares que acessaram o Programa nesse período. Com isso, observou-se que as mobilizações de rede se concentraram prioritariamente em discussões de casos acompanhados junto a rede parceira, o que demandou atenção para que essa “frente” não fosse prejudicada e não fragilizasse as articulações já estabelecidas junto a rede parceira.

Em Uberlândia, além do período de gozo de férias da gestão social, que colabora de maneira significativa com o atingimento de meta neste indicador, este município apresenta um contexto de dificuldade crônica nas articulações com a rede de assistência social em decorrência de dificuldades de articulação com a gestão da pasta no município. Tal contexto afeta de forma expressiva uma das principais formas de articulações realizadas pelas equipes do PrEsp que são a discussão de casos com a rede. Em recente visita da supervisão metodológica foram construídas alternativas de acesso e melhoria das condições de articulação com a rede do município como um todo.

Por fim, destacou-se uma percepção estratégica no município de Ribeirão das Neves, onde são realizadas articulações de rede regionalizadas, buscando alcançar os usuários nos territórios de origem, enquanto estratégia de minimização dos impactos causados pela localização da Unidade de Prevenção, dentro da área de segurança de uma unidade prisional. As participações em encontros de rede regionalizados têm favorecido a obtenção de informações mais fidedignas e contextualizadas sobre o público atendido, bem como favorecido o acesso para acompanhamento.

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.1. Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
9	
Descrição do Indicador	
O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem como estratégia de ação a realização de Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher, no formato presencial (preferencialmente) e/ou virtual, a partir do requerimento do Ministério Público e encaminhamento do Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal. Este indicador visa a mensurar a quantidade de encontros dos Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhados à metodologia de acompanhamento de alternativas penais. A execução dos grupos será contabilizada de acordo com a quantidade de encontros realizados. Unidade de medida: nº absoluto. Fórmula de Cálculo: número de encontros dos grupos de responsabilização realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Quando o atual plano de trabalho foi pactuado entre a OS e a Sejussp havia uma expectativa de que o Projeto fosse implementado nas Comarcas de Curvelo, Barbacena e Pouso Alegre nos meses de abril e maio, tendo a construção das metas esse parâmetro. Contudo, alguns atravessamentos inviabilizaram o cumprimento desse planejamento, de modo que apenas Curvelo teve sua Unidade inaugurada no dia 28/06/22, final do 14º Período Avaliatório.

Diante do exposto e tendo em vista que o não cumprimento dos indicadores foi devido a fatores que extrapolam a atuação da OS, pede-se a desconsideração dos indicadores 6.1, 6.2 e 6.3 na contabilização da nota final desse Período Avaliatório.

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.2. Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
60	
Descrição do Indicador	
O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem por objetivo prevenir e enfrentar a violência a partir da estruturação de serviços de acompanhamento e atendimento a mulheres e homens em situação de violência (sofrida ou praticada), especialmente nos casos amparados pela Lei Maria da Penha, e serviços de responsabilização e atendimento a homens autores de violência contra a mulher, encaminhados pelo Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal.	

Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas. Tem como objetivo atuar nas diversas violências vivenciadas pelas mulheres, para além da violência doméstica, compreendendo-se que a interseccionalidade potencializa os fatores de vulnerabilidade do público alvo. Tem seu caráter voluntário, dialógico e participativo. Atuando em conjunto com a rede de proteção social e a sociedade civil, tendo como basilares a Segurança Pública Cidadã, a Mediação Comunitária e o Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres. Ainda, quaisquer homens podem ser atendidos pelo Projeto voluntariamente, quando apresentarem demandas afetas à temática.

Também, a partir da intervenção com homens autores de violências contra a mulher nos Grupos de Responsabilização, o Projeto visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Nos Grupos de Responsabilização a participação dos homens é obrigatória em razão do encaminhamento pelo Poder Judiciário.

Para isso, o Projeto tem como público-alvo mulheres e homens moradores dos municípios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC Regionais.

Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia estabelecida.

Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:

- 1) atendimentos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas das mulheres e homens no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou praticada e ao baixo acesso a direitos (pessoas que chegam ao Projeto voluntariamente) e também dos homens que se apresentam para o cumprimento da medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal (e que chegam ao Projeto de forma obrigatória);
- 2) atendimentos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas voluntárias de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, além do fomento da criação de redes de proteção, a partir de interesses coletivos;
- 3) projetos de prevenção: São intervenções planejadas e sistematizadas, com período estabelecido de duração, realizadas em uma determinada região identificada com alto índice de violência contra a mulher. Nestes projetos, a comunidade é parceira na construção e execução, pautando as intervenções na análise dos fatores de risco e/ou proteção, objetivando gerar resultados na prevenção e no enfrentamento do fenômeno citado;
- 4) atendimentos grupais - execução das ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher: participação de pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização e com assinatura da lista de presença.

Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.

Unidade de medida: nº absoluto.

Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores.

Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Pelas razões apontadas no indicador 6.1, solicita-se também a desconsideração também desse indicador.

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador nº 6.3. Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
35	
Descrição do Indicador	

O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência atua na perspectiva da incompletude institucional, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social mista para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos níveis pessoais e comunitários. Nesse sentido, as intervenções do Projeto são construídas em diálogo, numa perspectiva horizontal de mobilização e cooperação com a rede parceira. Entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições territoriais, municipais e regionais atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações e estratégias construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Projeto, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido e a criação/fortalecimento das redes de enfrentamento à violência nas comarcas/regiões contempladas pela atuação do Projeto.

Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal:

- 1) Participação em comitês, grupos de trabalho, reuniões de rede social mista ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã, à mediação comunitária e à execução e acompanhamento de alternativas penais;
- 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social;
- 3) Discussão de casos com a rede de proteção social;
- 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Projeto;
- 5) Visitas para articulação e construção de fluxo com os órgãos do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão afetas às alternativas penais.

Ademais, as UPC devem resguardar na sua sede os comprovantes de cada uma das ações indicadas. Todas essas ações possuem modelos de instrumento que serão fornecidos pela SEJUSP/SUPEC.

Unidade de medida: nº absoluto.

Fórmula de Cálculo: número de ações realizadas no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores.

Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Meta pactuada com o MP: 315 ações de articulação com

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Pelas razões apontadas no indicador 6.1, solicita-se também a desconsideração também desse indicador.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
540	505
Descrição do Indicador	
Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas, executado por meio da celebração de Termos de Cooperação Técnica com os municípios, atua na perspectiva da Segurança Cidadã, concebendo como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuem nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação de rede alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas: 1) Número de participantes nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade; 2) Número de ações de discussão de casos, construção de fluxos, alinhamentos institucionais e estratégias articuladas de intervenção em fenômenos de violência e criminalidade com a rede; 3) Número de ações de mobilização das instituições e sociedade civil para participação nos espaços de rede promovidos pelo Programa; 4) Número de encaminhamentos para a rede parceira de casos de violência, visando a prevenção e/ou o enfrentamento da violência; 5) Número de ações para apresentação institucional do Programa, instituição de novas parcerias, aplicação de diagnóstico e construção do Plano Municipal; 6) Número de participantes das organizações nas capacitações; 7) Número de ações de participação social e/ou a mobilização comunitária. Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de ações de articulação de rede nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa. Unidade de medida: nº absoluto. Fórmula de Cálculo: somatório do número de ações de articulação de rede realizadas no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) obteve-se um total acumulado de 505 ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de 540 ações, o programa atingiu 93,5% do objetivo.

Tabela 16 - Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas 2022					
Municípios	Meses				
	JAN A MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Alfenas	175	19			194
RISP 10	82	82	66	81	311
Total	257	101	66	81	505

Embora não se tenha alcançado a meta pactuada no segundo trimestre do ano, avalia-se que o trabalho do Programa junto às instituições parceiras foi positivo, em Alfenas houve a certificação do município e o encerramento do ciclo

no mês de abril, já em Patos de Minas o trabalho tem se consolidado e neste trimestre houve marcos importantes para o fortalecimento de parcerias e para capilaridade da atuação do Programa na Risp 10.

Há de se destacar que, assim como no primeiro período avaliatório, há distinções no trabalho e no acompanhamento da Supervisão Metodológica do Selo na Risp 10 e em Alfenas, tendo em vista as particularidades na execução prevista para cada território, mas sobretudo pelas fases diferentes vivenciadas nas unidades do Programa, sendo que o primeiro é uma implantação recente e o segundo se encontrava em processo de finalização da atuação do Programa no município.

Nesse sentido, é importante pontuar que em Alfenas o número de articulações de rede realizado foi menor do que esperado e isso impactou no alcance da meta estabelecida para o Programa. No entanto, é justificável o ocorrido, uma vez que o trabalho projetado para o período nesse município considerava-se a execução durante o mês de abril de 2022, no entanto, o tempo de trabalho do articulador municipal, em função das questões que envolvem o desligamento de um colaborador, não aconteceu por todo mês.

Ademais, o processo de encerramento e certificação demandaram de tal profissional atenção e esforços para alinhamentos finais com o município e com a Coordenação Estadual do Programa, encerramento de atividades em aberto e organizações internas necessárias para o momento. Destarte, embora não se tenha realizado o número de articulações previstas, as ações ocorridas foram de grande importância para que as práticas de prevenção social à criminalidade permaneçam e se fortaleçam no município, por meio sobretudo da execução do Plano de Prevenção Municipal de Prevenção à Criminalidade, um dos produtos do eixo Certifica do Programa Selo Prevenção Minas.

A esse respeito evidenciamos que resultados importantes da execução do Selo em Alfenas foram percebidos e materializados neste momento, nesse sentido destacamos a continuidade da execução de ações de prevenção social à criminalidade, maior capacidade e implicação da administração pública municipal no âmbito da segurança pública e o fortalecimento do compromisso coletivo, por parte de uma rede intersetorial, com a prevenção à criminalidade.

Evidenciamos que, assim como no período anterior, as intervenções da Supervisão Metodológica junto ao Articulador Municipal de Alfenas foram mais pontuais devido ao momento de finalização já mencionado, se comparamos as intervenções realizadas junto a equipe do Selo de Patos Minas/Risp 10. No entanto, não podem ser consideradas de menor importância já que visaram a melhoria e a qualificação do registro e análise de dados produzidas.

Sobre a execução do indicador pela equipe do Selo de Patos Minas/Risp 10, o número acumulado de articulações de rede aconteceu dentro do esperado tendo uma pequena variação para mais de 9%. Há de se destacar apenas as questões relacionadas às variações que ocorreram em cada mês do trimestre avaliado, abaixo traremos características da execução do trabalho em abril, maio e junho, que explicam as diferenças deste período, tanto sobre aspectos quantitativos e qualitativos:

abril/2022:

O primeiro mês do trimestre avaliado foi também o momento final de coleta de informações para o Diagnóstico de Implantação do Programa na Risp 10, por isso, foi realizado um número expressivo de articulações de rede para a construção deste documento (64,6% de toda articulação realizada no mês).

Tais momentos de articulação junto às instituições importantes e estratégicas nos 23 municípios da Risp 10 foram construídos e acompanhados de perto pela Supervisão Metodológica, setor de Monitoramento do Instituto Elo e Coordenação Estadual do Programa, tendo em vista a necessidade de entrega do produto pactuado (Diagnóstico de Implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de abrangência Regional do Programa Selo Prevenção Minas), mas também para que os momentos de contatos e articulações com parceiros e potenciais parceiros do Selo fossem oportunidades para o fomento, manutenção e fortalecimento de vínculos junto a rede, que possibilitaram maior qualificação na coleta de dados, na construção e na execução do plano de ação.

Ademais, abril foi o mês que antecedeu o evento de inauguração da Unidade de Prevenção à Criminalidade em Patos de Minas/Risp 10, o que demandou da equipe técnica e gestão social empreender esforços no convite e mobilização de instituições estratégicas para o momento. Tal questão somada à construção do diagnóstico, anteriormente mencionado, fez com que em abril, diferente do previsto, tivesse o número maior de execução do indicador. O que avaliamos como justificável diante do que foi construído e implementado naquele momento.

Maio/2022:

Este mês foi que apresentou dentro do trimestre o menor número de ações de articulações de rede, trata-se de um período específico da execução do Selo marcado por ausências, em função de atestados médicos, de duas profissionais do Programa (Supervisora Metodológica e Analista Social), pela execução de atividades internas e pela análise dos dados para finalização do Diagnóstico de Implantação.

Assim, tais questões afetaram a execução do trabalho, que numericamente não alcançou o esperado, mas que qualitativamente foi marcado por avanços importantes na execução, nos quais destacamos: realização da cerimônia

de inauguração da UPC, que fez com a equipe se voltasse para mobilizações das instituições para a participação no evento, no qual reverberou positivamente no alcance do indicador e no fortalecimento de parcerias com a rede regional; participação mais ativa da equipe do Programa Selo Prevenção Minas nos espaços de rede de Patos de Minas; finalização do Diagnóstico de Implantação e início da construção do Plano de Ação; fomento de vínculos com as secretarias municipais de políticas sociais; instituição de parceria com o Núcleo de Educação Permanente de Patos de Minas para construção de espaços de formação para a rede de Assistência Social municipal.

Estas ações mencionadas impactaram de forma positiva nas atividades realizadas no mês de junho, conforme demonstraremos a seguir.

Junho/2022:

Neste mês tivemos aumento no número de ações de articulações de rede realizadas, resultado do planejamento desenvolvido para o mês, mas sobretudo resultado também das atividades que o Programa realizou na Risp 10 desde janeiro de 2022. Nesse sentido, importa destacar que notamos que o Programa apresenta vínculos fortalecidos com a rede parceira e tem sido possível a diversificação da atuação do Selo, que nos primeiros meses de execução ocupou-se principalmente com levantamento e análise de informações da região, mas que em junho conseguiu executar ações múltiplas de trabalho, no qual destacamos a realização da primeira formação para 52 profissionais atuantes nas instituições vinculadas à pasta de Assistência Social do município, em que discutimos o trabalho em rede e a prevenção social à criminalidade.

Também evidenciamos a forma e os espaços de rede que o Programa tem ocupado, no que tange a variedade dos espaços, estivemos presentes nos diversos conselhos municipais de direitos e na rede intersetorial existente na cidade que se ocupa com o enfrentamento às violências. Sobre a forma como aconteceu a nossa participação, destacamos que temos sido demandados a atuar de maneira mais ativa nas ações desenvolvidas em outras políticas públicas, no qual nossa parceria tem potencializado os esforços de prevenção às violências e criminalidade, nesse sentido, destacamos o trabalho em conjunto com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para o planejamento, construção de material informativo e realização de campanha pública de enfrentamento às violências praticadas contra pessoas idosas.

Cumpramos destacar que no mês de junho, tivemos a atuação de apenas uma Analista Social no Programa, tendo vista a ausência de uma colaboradora, em função de atestado médico e posterior desligamento. Tal questão produziu impactos na execução, que foram minimizados pela atuação compartilhada dos diversos responsáveis pela execução do Selo e pelo planejamento do trabalho de acordo com o contexto do momento.

Sobre o Programa Selo em Patos de Minas/Risp 10, após a síntese da execução mensal, cumpre destacar que o cuidado e o esforço da Supervisão Metodológica, foi o de realizar o acompanhamento do trabalho, a construção antecipada de cronograma de atividades e a proposição de ações, por meio das supervisões (online e presencial), reuniões (com toda equipe responsável pela execução do programa), capacitações mensais e contatos com equipe técnica e gestão social.

De modo a possibilitar e favorecer as entregas necessárias, como o Diagnóstico de Implantação e Plano de Ação (ainda em construção), minimizar os impactos dos períodos de ausência dos profissionais aqui mencionados e garantir a execução das diversas frentes de trabalho possíveis para o Programa Selo na perspectiva de atuação regional.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.1. Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2400	3.135
Descrição do Indicador	
Descrição: Para o aprimoramento da execução da Política Estadual de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais é necessário capacitar constantemente os profissionais que atuam nela. Desta forma, os espaços de capacitação e formação visam aprimorar as competências das equipes, garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade e promover a integração e o nivelamento das equipes, visando o aprimoramento contínuo da política pública. São consideradas capacitações dos profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade: a) capacitações presenciais e/ou virtuais com a participação de gestores sociais, analistas sociais, estagiários, técnicos administrativos e supervisores, com objetivos e temáticas específicos e que tocam o trabalho desenvolvido nas Unidades de Prevenção à Criminalidade. Poderão ser contabilizadas capacitações promovidas pela OS, SUPEC/SEJUSP ou outro agente externo. Não são consideradas capacitações as reuniões rotineiras realizadas para alinhamento dos trabalhos. b) Supervisões presenciais e/ou virtuais promovidas pela supervisão metodológica e da gestão, com ementas específicas, com a participação dos analistas sociais, estagiários e gestores sociais para o acompanhamento e o desenvolvimento das equipes técnicas das Unidades de Prevenção à Criminalidade. Não são consideradas supervisões de acompanhamento e desenvolvimento os alinhamentos rotineiros de trabalho, tais como ligações telefônicas, trocas de e-mail, discussão de casos específicos, entre outros. Para fins de cálculo desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as participações dos profissionais contratados nas capacitações e nas supervisões realizadas nos formatos citados acima. A OS cuidará integralmente do registro e aferição das participações nas capacitações. Para as capacitações presenciais, a OS deverá passar lista de presença. Para as capacitações no formato virtual, deverá tirar <i>print</i> da tela do evento acompanhado de ementa constando data, hora, tema e nº de participações.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: listas de presença, <i>prints</i> , atas, ementas.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/04 a 30/06/2022) o número acumulado de participantes em capacitações de profissionais da política de prevenção social correspondeu a 3.135. Considerando que a meta estabelecida foi de 2.400, o **indicador foi alcançado**.

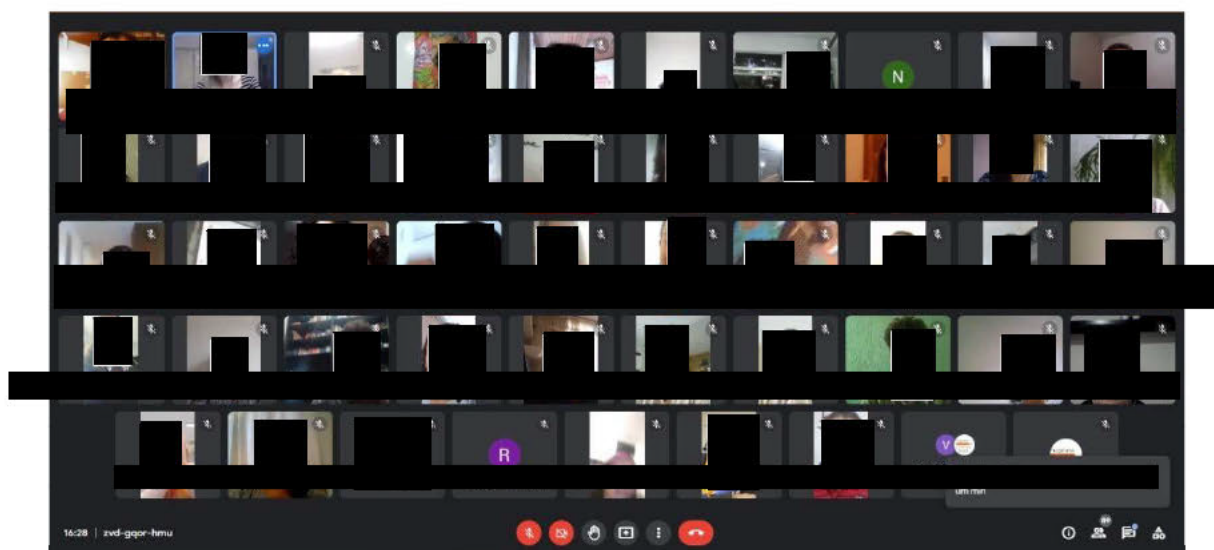
No que se refere especificamente aos os meses que compõem o 14º período avaliatório (abriu, maio, junho), nota-se que houve um total de 333 capacitações e supervisões metodológicas e da gestão nos 6 programas de prevenção à criminalidade e a gestão das unidades. Os programas Selo Prevenção e Se Liga, a partir do final de março, passaram a contar com supervisores metodológicas e tiveram suas atividades devidamente incluídas na presente apuração desse indicador. Importante destacar também que, em virtude das restrições sanitárias impostas pelo contexto pandêmico da Covid-19, parte das capacitações e supervisões ocorreu em formato de videoconferência e outras em formato presencial. Ao todo, tem-se uma participação total de 1.655 profissionais, dentre a participação de gestores sociais, analistas sociais, estagiários, técnicos administrativos, supervisores e diretoria dos Programas.

A seguir, apresenta-se a tabela com a síntese das capacitações e supervisões:

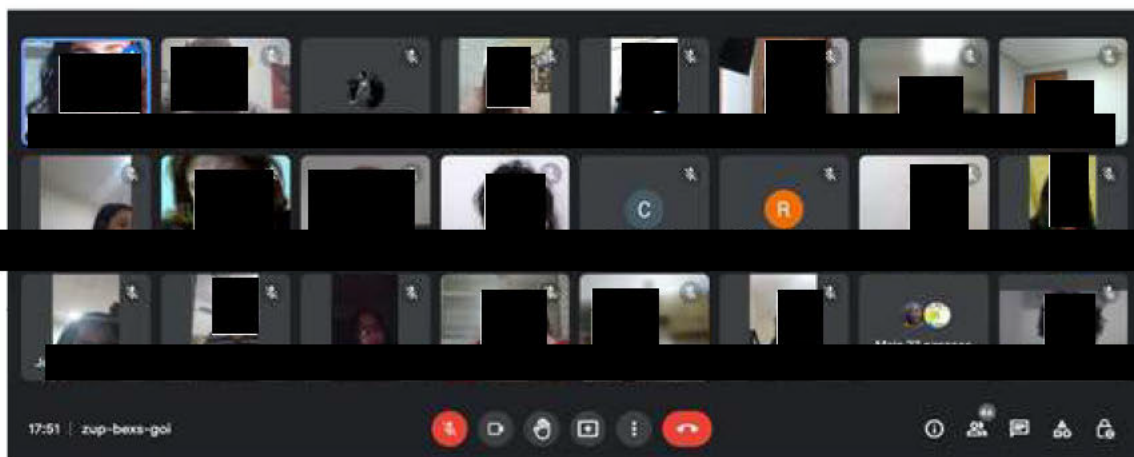
Programas/Gestão	14º PA		Total de Participantes Acumulado
	Nº de encontros	Nº de participantes	
CEAPA	59	293	492
FV!	58	227	557
PMC	81	521	794
PrEsp	38	241	505
Se Liga	9	45	49
Selo Prevenção	16	75	75
Supervisão da gestão	72	253	663
Total	333	1.655	3.135

A seguir, serão apresentadas algumas das capacitações que ocorreram a fim de desenvolver e aprimorar dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade. O número de participações nesses encontros, capacitações e supervisões, compõe o Indicador 8.1, resumizando o desenvolvimento e capacitação destes profissionais. Os itens apresentados a seguir correspondem aos programas PMC e PrEsp, que apresentaram as capacitações com participações mais numerosas.

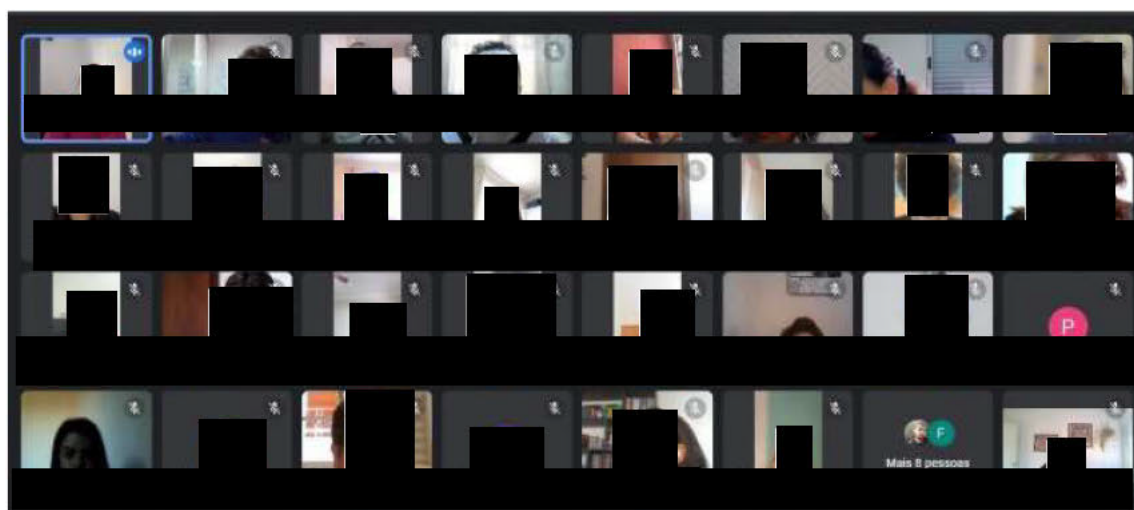
A capacitação com maior número de participantes corresponde ao PMC, com 90 presenças via online no dia 12 de maio. O público alvo abrangia analistas e gestores do Programa e se tratava de um curso de segurança cidadã e mediação comunitária para o enfrentamento às violências.



A capacitação correspondente ao PrEsp com tema “Mulheres e o Cárcere: perspectivas sobre a experiência prisional feminina”, ocorrida no dia 29 de junho, teve o segundo maior número de participações, contabilizando 49 participantes, sendo estes analistas e gestores sociais.



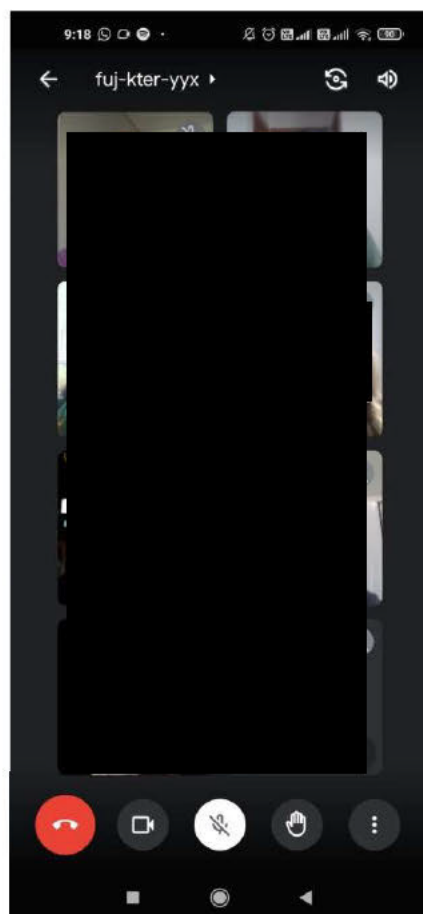
Na ordem, a capacitação de tema “Risco Criminal - Conceitos e identificação”, contou com a presença de equipes técnicas, 37 participantes ao todo. Esta corresponde ao programa Ceapa e aconteceu dia 18 de maio.



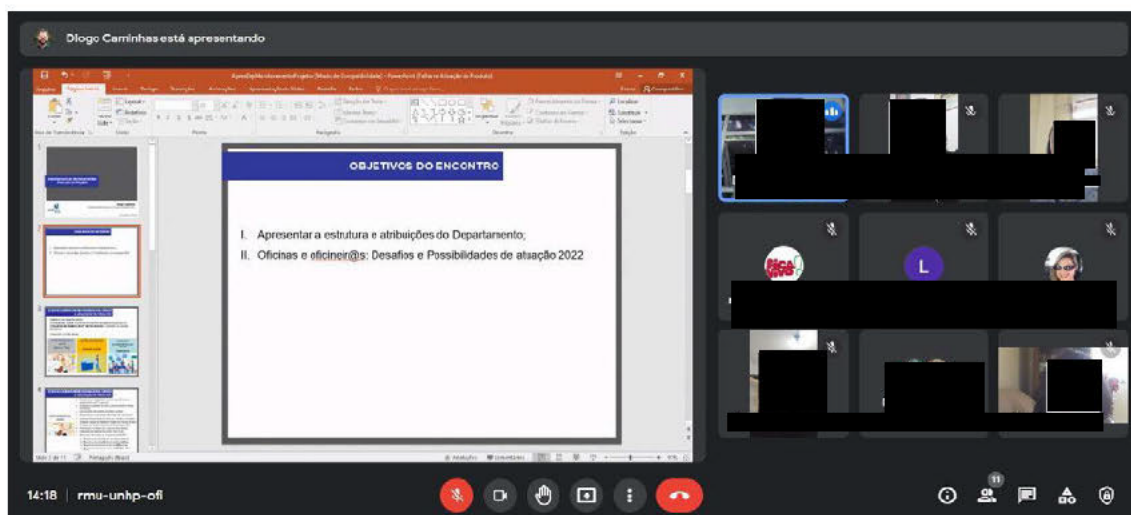
A capacitação aqui de maior contagem de participantes no que se refere à Supervisão da Gestão contou com 29 gestores de bases territoriais. Ocorreu dia 3 de maio e teve como objetivo o planejamento das ações do PMC.



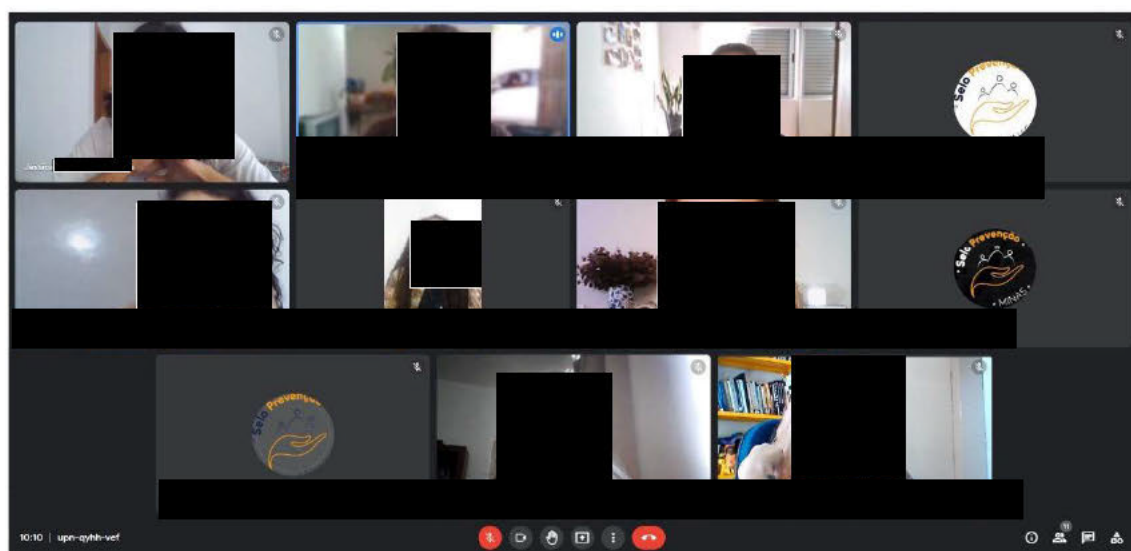
A capacitação de maior número de participantes do Se Liga teve 13 participantes, com o tema “O trabalho em rede no âmbito da política de Prevenção Social à Criminalidade”. Esta ocorreu no dia 24 de junho.



O Fica Vivo! teve uma capacitação de 11 pessoas, dia 27 de maio. Estavas presentes, via online, o gerente e analistas do departamento de monitoramento do IElo, supervisão metodológica, gestores e analistas do Programa FV! Morumbi e Canaã. Teve como tema “Funções, fluxos e instrumentais do Departamento de Monitoramento na gestão de oficinas”.



O programa Selo Prevenção contabilizou uma supervisão com 7 participantes, de tema “Construção do diagnóstico de implantação e acompanhamento das ações realizadas”, e contou com a presença virtual da subsecretária interina da Prevenção Social, supervisão metodológica, analistas sociais, gestora social, técnico administrativo e gerências do Programa.



Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.2. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15	11,8
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo. Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto. Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas. A OS deverá promover processos seletivos para constituição de cadastro reserva para contratação e/ou reposição de profissionais dos cargos em vacância que surgirem. Os processos seletivos deverão ser regidos por edital público, com ampla divulgação, e observarão as normas do Regulamento de Compras e Contratação e legislação pertinente. A vacância se dará por motivo de: 1) Demissão; 2) Desligamento a pedido do funcionário; 3) Licenças/afastamentos superiores a 20 dias corridos; Unidade de medida: dias corridos. Fonte de Comprovação: solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças Fórmula de Cálculo: (número de dias corridos de vacância do cargo) – (Número de desistências formais x 3) – (Número de processos sem candidatos excedentes aptos x 30) / nº de reposições realizadas Polaridade: quanto menor melhor. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Neste período avaliatório foi necessário a realização de um conjunto de processos seletivos para substituição de pessoal tanto em termos de licenças médicas quanto por saídas de profissionais. Ao todo foram realizadas **71 substituições que levaram em média 11,8 dias para serem realizadas.**

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUA NT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
1	22/03/2022	BH Centro			04/04/2022	13

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUANT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
2	22/03/2022	Santa Luzia Centro			04/04/2022	13
3	22/03/2022	Uberlândia Canaã e Morumbi			01/04/2022	10
4	22/03/2022	Betim - Citrolândia			04/04/2022	13
5	25/03/2022	BH Centro			06/04/2022	12
6	25/03/2022	Ribeiro de Abreu			06/04/2022	12
7	30/03/2022	Santa Lúcia			06/04/2022	07
8	22/03/2022	Uberlândia			04/04/2022	13
9	16/03/2022	Jardim Leblon			06/04/2022	21
10	04/03/2022	Se liga - BH			04/04/2022	30
11	29/03/2022	Jardim Leblon			18/04/2022	20
12	22/03/2022	Uberaba Centro			11/04/2022	29
13	01/04/2022	Sede Administrativa			06/04/2022	5
14	04/04/2022	Vespasiano Centro			18/04/2022	14
15	04/04/2022	Betim Citrolândia			18/04/2022	14
16	31/03/2022	BH Centro			18/04/2022	18
17	31/03/2022	Sede Administrativa			18/04/2022	18
18	07/04/2022	Betim Centro			18/04/2022	11
19	01/04/2022	Betim - Citrolândia			11/04/2022	10
20	11/04/2022	Se Liga BH			18/04/2022	7
21	11/04/2022	BH Centro			19/04/2022	8
22	12/04/2022	Betim - Citrolândia			20/04/2022	8

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUA NT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposiçã o
23	-	Ribeirão das Neves- Veneza			09/05/2022	-
24	20/04/2022	Curvelo			02/05/2022	12
25	18/04/2022	Ribeirão das Neves- Sevilha/Rosa neves			02/05/2022	14
26	18/04/2022	Ribeirão das Neves- Sevilha/Rosa neves			02/05/2022	14
27	18/04/2022	Ribeirão das Neves- Sevilha/Rosa neves			02/05/2022	14
28	18/04/2022	Ribeirão das Neves- Sevilha/Rosa neves			02/05/2022	14
29	09/05/2022	Minas Caixa			16/05/2022	7
30	25/04/2022	Sete Lagoas			02/05/2022	7
31	27/04/2022	Ibirité			09/05/2022	12
32	09/05/2022	Minas Caixa			16/05/2022	7
33	20/04/2022	Uberlândia Canaã			03/05/2022	13
34	28/04/2022	Morro das Pedras			09/05/2022	11
35	28/04/2022	Contagem Ressaca			11/05/2022	13
36	02/05/2022	Montes Claros - Santos Reis			11/05/2022	9
37	16/05/2022	BH Centro			23/05/2022	
38	02/05/2022	Uberaba Centro			11/05/2022	9
39	02/05/2022	Montes Claros			11/05/2022	9
40	06/05/2022	Jardim Felicidade			16/05/2022	10
41	06/05/2022	Minas Caixa			16/05/2022	10

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUA NT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposiçã o
42	06/05/2022	Serra			16/05/2022	10
43	09/05/2022	Minas Caixa			16/05/2022	7
44	11/05/2022	Sede Administrativa			18/05/2022	7
45	09/05/2022	Sete Lagoas			16/05/2022	7
46	10/05/2022	PPL			18/05/2022	8
47	25/05/2022	Ibirité			01/06/2022	7
48	26/05/2022	Betim Citrolândia			06/06/2022	11
49	01/06/2022	Ribeiro de Abreu			13/06/2022	12
50	06/06/2022	Curvelo			20/06/2022	14
51	06/06/2022	Curvelo			20/06/2022	14
52	06/06/2022	Curvelo			20/06/2022	14
53	06/06/2022	Curvelo			20/06/2022	14
54	06/06/2022	Curvelo			20/06/2022	14
55	06/06/2022	Curvelo			20/06/2022	14
56	06/06/2022	Curvelo			20/06/2022	14
57	02/06/2022	Ribeirão das Neves - Veneza			13/06/2022	11
58	07/06/2022	Betim Citrolândia			04/07/2022	6
59	08/06/2022	Primeiro de Maio			20/06/2022	12
60	10/06/2022	Primeiro de Maio			20/06/2022	10
61	09/06/2022	Betim Centro			20/06/2022	11
62	09/06/2022	Se Liga			20/06/2022	11

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUANT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
63	10/06/2022	Vila Pinho			20/06/2022	10
64	10/06/2022	Taquaril			20/06/2022	10
65	10/06/2022	Morro das Pedras			20/06/2022	10
66	08/06/2022	Jardim Felicidade			20/06/2022	12
67	10/06/2022	Primeiro de Maio			20/06/2022	10
68	08/06/2022	Ribeiro de Abreu			20/06/2022	11
69	08/06/2022	Primeiro de Maio			20/06/2022	11
70	13/06/2022	Morro das Pedras/Cabana			22/06/2022	9
71	13/06/2022	Contagem Centro				-

Foram realizados ao longo do período 18 processos seletivos para ajustes e reposição de equipe. Sendo eles:

QUANT.	DATA	PROCESSO SELETIVO
1	abr/22	107 - 2022 Analista Social FICA VIVO! BH (Estadual)
2	abr/22	119 - 2022 Assistente Administrativo Gestão de Pessoas (Estadual)
3	mai/22	133 - 2022 Analista Social CEAPA Ibité (Estadual)
4	mai/22	141 - 2022 Analista Social Fica Vivo! - Betim (Estadual)
5	mai/22	145 - 2022 Analista Social - CEAPA - Barbacena (Estadual)
6	mai/22	146 - 2022 Analista Social - PMC - Barbacena (Estadual)
7	mai/22	147 - 2022 Analista Social SE LIGA BH (Estadual)
8	mai/22	148 - 2022 Faxineira BH e RMBH (Estadual)
9	mai/22	150 - 2022 Gestor Social Base Local BH e RMBH (Estadual)
10	mai/22	155 - 2022 Analista Social PRESP Juiz de Fora (Federal)
11	mai/22	158 - 2022 Vigia Governador Valadares (Estadual)
12	jun/22	168- 2022 Motorista Curvelo - (FUNEMP)
13	jun/22	180-2022 Supervisor Geral (Estadual)
14	jun/22	181-2022 Analista Social PMC BH (Estadual)

QUANT.	DATA	PROCESSO SELETIVO
15	jun/22	187 -2022 Analista Social PRESP Betim e Contagem (Estadual)
16	jun/22	188 -2022 Analista Administrativo Financeiro – Sede (Estadual)
17	jun/22	190-2022 Analista Social CEAPA Sete Lagoas (Estadual)
18	jun/22	203 - 2022 Gestor Base Municipal BH e RMBH (Estadual)

Importante informar que todos os editais estão disponíveis no site do Instituto Elo.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 9.1. Número de relatórios Analíticos das UPC's de base local	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
28	29
Descrição do Indicador	
Descrição: o Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPC. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC. Os Relatórios Analíticos serão bimestrais, um para cada UPC, e deverão ser elaborados pelos Gestores Sociais, conforme modelo disponibilizado pela SEJUSP/SUPEC, e entregues em formato PDF à OS, por e-mail, até o décimo dia útil do mês subsequente ao fim do período de referência do Relatório. A OS deverá encaminhar os arquivos dos Relatórios para a SEJUSP/SUPEC. Para fins de aferição do cumprimento da meta, não serão considerados os relatórios entregues pela Gestão Social após o mês de referência de entrega do mesmo. A OS deverá manter em sua sede as fontes de comprovação, contendo os arquivos dos Relatórios Analíticos em formato PDF, os e-mails dos Gestores Sociais encaminhando os Relatórios à OS, bem como o e-mail de encaminhamento à SEJUSP/SUPEC, gravados em unidade de disco removível (CD/DVD). Os Relatórios entregues após o mês de referência também deverão ser juntados às fontes de comprovação do indicador. Unidade de medida: nº absoluto. Fonte de Comprovação: Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD). Fórmula de Cálculo: (nº de relatórios encaminhados para a SEJUSP/SUPEC / nº de relatórios previstos para o período avaliatório) Polaridade: manter inalterado. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para a análise do 14º PA (março, maio e abril de 2022) considerou-se os 29 relatórios referentes às Unidades de Prevenção de Base Territorial entregues pelos respectivos gestores sociais de referência, quantidade correspondente à meta pactuada.

Os dados analisados de maneira quantitativa são: Homicídios consumados relacionados à criminalidade ou por relações interpessoais; Homicídios tentados relacionados à criminalidade ou por relações interpessoais; Ameaças relacionadas à criminalidade ou relações interpessoais; Violência doméstica; Violência institucional ou policial; Conflito entre grupos armados; Violência praticada pelo tráfico (justiçamento, disciplina, *pau no gato*, tortura e etc.); Crimes contra a dignidade sexual; Operação policial e outras violências.

No período de março e abril de 2022 as equipes registraram 22 homicídios consumados nos territórios, sendo 15 homicídios consumados relacionados à criminalidade e 7 homicídios consumados relacionados a conflitos interpessoais. É importante destacar que no primeiro bimestre (jan. e fev. 2022) ocorreram 22 homicídios consumados nos territórios das bases locais, sendo 8 homicídios na faixa etária do Programa Fica Vivo!, segundo o Ranking de Homicídios disponibilizado pela equipe da Assessoria da Gestão da Informação – AGI/SUPEC. Já no segundo bimestre, que compreende o 14ºPA, ocorreram 22 homicídios nos territórios das bases locais, sendo 5 na faixa etária do Programa Fica Vivo! que corresponde a jovens de 12 a 24 anos de idade. Ainda que o número total de homicídios tenha sido o mesmo do primeiro bimestre do ano, na faixa etária do Programa Fica Vivo! ocorreu uma diminuição de 62,5%, ou seja, 03 (três) a menos que no primeiro bimestre.

Os Homicídios Tentados somam 23, sendo 18 homicídios tentados relacionados à criminalidade e 5 homicídios tentados relacionados a conflitos interpessoais. É tênue essa distinção entre as violências relacionadas à criminalidade e aos conflitos interpessoais, pois, de certa maneira, existem fatores implícitos que atravessam o fenômeno, tais como o baixo repertório para lidar com os conflitos de modo não violento, além do fator social que, muitas vezes, legitima certas violências a partir dos valores ou regras compartilhadas entre algumas pessoas ou grupos sociais.

Neste bimestre analisado, também ocorreram 20 menções de ameaças, 15 diretamente relacionadas à criminalidade e 5 ameaças relacionadas a conflitos interpessoais, que incluem conflitos intrafamiliares e entre vizinhos ou cobrança de dívidas, por exemplo. Foram citados 17 casos de violências praticadas pelo tráfico, nota-se que as violências praticadas pelo tráfico em alguns territórios substituem a prática do homicídio, que costumam trazer “certo prejuízo” para o comércio de entorpecentes, muitas vezes também gerando um número maior de operações policiais. A violência é uma forma de controle e exercício de poder de grupos criminosos dos territórios que utilizam da intimidação e do medo como uma espécie de disciplina ou correção exemplar. Foram mencionados nos relatórios analíticos, 19 conflitos entre grupos armados. A violência entre grupos armados nos territórios, como no Santa Lúcia em Belo Horizonte por exemplo, possui um desenvolvimento dentro de uma historicidade ou continuidade, uma violência que se estende no tempo, são as retaliações e vinganças que se desdobram. Alguns conflitos surgem das relações interpessoais, porém como se trata de pessoas envolvidas com a criminalidade, os conflitos logo se tornam situações de confrontos com risco de morte e em alguns casos, como citado no relatório, acabam evoluindo para uma “guerra” entre os grupos. No aglomerado Santa Lúcia ocorreu uma desavença que ocasionou em um homicídio em outubro de 2021, em um local dividido pela atuação de dois grupos envolvidos com o tráfico de drogas. Um que atua no Beco dos Ratos e outro na Curva do Swing, essa morte gerou um acirramento na dinâmica, resultando em um novo ataque no dia 04 de março de 2022. Na ocasião ocorreu “uma dupla tentativa de homicídio” contra integrantes da Curva do Swing, o ataque feriu duas vítimas e um dos atingidos, devido aos ferimentos causados pelo projétil, acabou ficando paraplégico. A violência que teve início a partir de um desentendimento interpessoal se transformou em um conflito entre grupos. A escalada da violência se constrói numa busca de vingança, mas os conflitos em certas situações, como no caso do Santa Lúcia, ficam restritos à territorialidade. Muitas vezes, a saída das pessoas envolvidas no confronto para outro território pode atenuar as disputas, não estendendo as ameaças aos familiares dos envolvidos.

Nos relatórios foram citados 2 casos de violência patrimonial. Esse número, aparentemente baixo, não retrata a realidade deste tipo de violência, mas foi a forma, como estes casos ocorreram, que impactou na dinâmica social e criminal dos territórios. Nesse sentido, a UPC Morumbi em Uberlândia, relatou situações que demonstram a complexidade de crimes relacionados ao patrimônio nos territórios. No assentamento Maná, que faz parte do território da UPC Morumbi, os moradores começaram a dizer do aumento do número de furtos e, concomitantemente, o crescente número de punições exercidas no território, quando os autores de furtos e roubos eram identificados. Nesse mesmo assentamento, foi identificado e desmontado pela polícia um local utilizado como cativeiro para realização das “disciplinas” ou punição desses autores de furtos e roubos. Nas regiões do Santa Clara e Maná que compõem o Território do Morumbi, tem ocorrido muitos sequestros de pessoas envolvidas na criminalidade em situações conhecidas como “Tribunal do Crime”. O responsável por este tipo de atuação, segundo a comunidade, é o primeiro comando da capital (PCC) e nesta ação policial, descrita anteriormente, foram libertadas 6 pessoas que estavam presas no cativeiro da chamada “disciplina”.

Além disso, foram citados nos relatórios 72 casos de violência contra a mulher e em alguns desses casos as violências são identificadas pelas equipes do Programa Mediação de Conflitos, outros casos pela rede de proteção social. Em uma leitura analítica as equipes têm a impressão de uma subnotificação dos casos. No último bimestre, as equipes do Programa Mediação de Conflitos executaram o projeto “É na Base” que ocorreu nas escolas dos territórios, trazendo visibilidade para o tema da violência contra a mulher. A violência contra a mulher possui desfechos quase sempre desfavoráveis, pois as mulheres são vitimadas de diversas formas e, mesmo para a construção de algumas saídas ou resoluções pacíficas dos conflitos, muitas vezes, ocorrem com prejuízos para a mulher, que é de alguma forma punida novamente, quando tem que sair da sua casa e comunidade de origem, deixando para trás bens adquiridos, redes de apoio e afeto, não podendo, em muitos casos, retornar para estes lugares. Porém, existem mulheres que em dado momento optaram pelo enfrentamento dos seus agressores, como o caso citado no relatório analítico da UPC Taquaril. Foi relatado que no mês de março, no território da Granja de Freitas, chegou ao PMC, através da agente comunitária de cidadania (ACC), uma mulher que, após sofrer recorrentes tipos de violência doméstica, esfaqueou o companheiro. O relatório destaca que a atitude da mulher não cessou o ciclo de violência porque, devido a participação do companheiro na criminalidade local, a mulher se colocou em risco com os comparsas do companheiro. A violência contra a mulher, nesses casos, costuma se dividir entre as situações são “acobertadas”, quando seus autores possuem envolvimento na dinâmica criminal do território e, em outras situações, quando as vítimas buscam a resolução com o emprego do poder pelo tráfico, que exerce a disciplina no território, principalmente para evitar a presença dos agentes policiais. No território da UPC Taquaril foi onde ocorreu o maior número de homicídios, 6(seis) no último bimestre. Este dado ilustra bem a análise acima, pois lá um dos líderes do tráfico de

drogas, suspeito em 2 homicídios consumados, é um agressor também dentro de sua residência. Segundo a leitura da equipe, a mãe do suspeito possui muito medo do filho, devido a forma violenta que ele também apresenta na vivência doméstica e familiar. Muitas das agressões sofridas por mulheres e familiares, são continuidade de uma atuação violenta de alguns sujeitos no território, o que dificulta ainda mais o acionamento de outros atores, seja da proteção social ou da polícia, mas é preciso enfatizar, que talvez a maior parte dos casos da violência doméstica atendida pelas equipes, são de homens que não estão diretamente ligados à criminalidade.

Houve outras 4 menções de crime contra dignidade sexual, a respeito desse tipo de crime ocorreu um caso relatado pela UPC Veneza de Ribeirão das Neves, no território do San Genaro onde uma mulher denunciou um estupro quando transitava em uma rua do bairro. Segundo a vítima, ela foi coagida sair do seu trajeto, quando passava por uma praça pública e foi levada até o local onde ocorreu a violência. Conforme relatos do GEPAR, os moradores, ao saberem do fato, começaram a circular a foto do suspeito na internet. O suspeito, ao saber que estava sendo ameaçado, saiu do território, e a sua família não foi ameaçada. Após esse caso a sensação de insegurança para as mulheres parece ter aumentado no território, porém não cresceu o número de denúncias e nem de registros de boletins de ocorrência, mas este tipo de assunto passou a ser mais abordado na comunidade, assim como os lugares de maior vulnerabilidade para as mulheres circularem na região.

Ocorreram 9 menções a outras violências, com um caso de intolerância religiosa. As violências e conflitos que ocorrem nos territórios, seja na capital, na RMBH ou no interior, modificam toda dinâmica social desses lugares, como citado no relatório da UPC Morro Alto de Vespasiano. Ao contextualizar os desdobramentos dos conflitos que vêm ocorrendo na região do Nova Pampulha, os moradores, que são atendidos na UPC Morro Alto, não citam diretamente as situações vivenciadas por receio de sofrerem ameaças por parte dos envolvidos na disputa da liderança pelo tráfico de drogas. De outra forma, apresentam em seus relatos as consequências dessa dinâmica aquecida, quando falam da dificuldade em conseguir solicitar os motoristas de aplicativos, da redução da circulação dos moradores no período noturno, mas não dizem diretamente que isto é resultado dos conflitos entre os grupos rivais. Já os oficineiros do Fica Vivo!, relatam o efeito dos conflitos em suas oficinas, quando sinalizam uma maior dificuldade de circulação de alguns jovens na comunidade, por exemplo. A violência que ocorre nas ruas, em alguns casos, traz consequências para dentro das relações familiares, não ficando restritas às dinâmicas criminais apenas na vida comunitária do território, como caso apresentado pela UPC Morro das Pedras em Belo Horizonte. O homicídio de um jovem cometido pelo pai em uma situação de legítima defesa, por conta do uso prejudicial de drogas, foi uma situação que causou comoção no território e apreensão da equipe, uma vez que aquelas pessoas não encontram repertório para lidar com o sofrimento. Ainda no Morro das Pedras, ocorreu um homicídio de um homem, que agredia a ex-companheira e, após o término do relacionamento, realizava novas ameaças contra a mulher e o seu ex-cunhado decidiu se armar e matá-lo. Fatos como esses reforçam a importância das Unidades de Prevenção à Criminalidade nos territórios para desenvolvimento de uma nova cultura, de linguagem não violenta, segurança cidadã e na construção de saídas mediadas pelo diálogo.

Também foram citadas, nos relatórios analíticos, 21 operações policiais e 7 casos de violência institucional/Policial.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 9.2. Número de relatórios de gestão dos Programas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
9	9
Descrição do Indicador	
Descrição: A sistematização de informações é uma importante ferramenta para o adequado acompanhamento e avaliação das ações e projetos em desenvolvimento, de modo a ser possível fazer uma análise crítica acerca dos avanços e, principalmente, dos desafios. Este indicador visa mensurar a quantidade de relatórios mensais a serem entregues pela OS, de acordo com cada instrumento definido abaixo. Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! Este Relatório constitui na sistematização das informações dos relatórios das equipes técnicas, de modo a retratar a dimensão e a complexidade da execução das oficinas, que deverá conter, no mínimo:	

- 1) número de oficinas (por UPC, município e geral);
- 2) percentual de oficinas de acordo com o período do dia (manhã, tarde, tarde/noite e noite);
- 3) percentual de oficinas de acordo com modalidade (esporte, cultura, arte, educação profissional), bem como o detalhamento de cada modalidade;
- 4) percentual de oficinas por local de realização (escola; creches; centros e associações comunitárias; igrejas; quadras públicas, campos de futebol e complexos esportivos; espaços alugados; praças e parques públicos; ruas e becos; Unidade de Prevenção; Centros de Referência da Assistência Social; outros);
- 5) número de oficinas implantadas, suspensas e encerradas (por UPC, município e geral);
- 6) número e percentual de oficineiros (por UPC, município e geral);
- 7) percentual de oficineiros por sexo e faixa etária (por UPC, município e geral);
- 8) número absoluto de jovens em oficinas (por UPC, município e geral);
- 9) média de jovens por oficina (por UPC e geral);
- 10) perfil dos jovens que frequentam as oficinas (por sexo e idade);
- 11) frequência média dos jovens às oficinas (por modalidade e geral);
- 12) frequência de encontros realizados em oficinas.

Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.

Relatórios de Gestão do Programa Se Liga

Este Relatório apresenta análises qualitativas e quantitativas das ações realizadas pelas equipes técnicas do Programa Se Liga, que deverá conter, no mínimo:

- 1) Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo;
- 2) Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes;
- 3) Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes;
- 4) Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes;
- 5) Número de atividades culturais realizadas e de participantes;
- 6) Número de ações com familiares e de participantes;
- 7) Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo;
- 8) Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes;
- 9) Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas;
- 10) Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos;
- 11) Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado).

Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão do Programa Se Liga a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.

Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas

Este Relatório é elaborado a partir dos relatórios de acompanhamento mensais elaborados pelos

Articuladores de Prevenção à Criminalidade, que deverá conter, no mínimo:

- 1) Compilação e análise geral dos números e indicadores apontados nos Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada município;
- 2) Análise das principais discussões e encaminhamentos das reuniões das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade;
- 3) Análise das parcerias firmadas para viabilização do Programa por município, bem como das articulações feitas com as instituições;

4) Análise das ações de mobilização comunitária realizadas por município;

5) Análise do desenvolvimento das fases do Programa em cada município;

6) Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa em cada município.

A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório Geral do Programa Selo Prevenção Minas, conforme diretrizes específicas emanadas pelo OEP, a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência.

Unidade de medida: nº absoluto

Fonte de Comprovação: e-mail de encaminhamento dos relatórios para a SEJUSP/SUPEC

Fórmula de Cálculo: somatório de relatórios encaminhados pela OS parceira para a SEJUSP/SUPEC no período avaliatório

Polaridade: manter inalterado

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 14º período avaliatório foram entregues 9 relatórios de gestão dos Programas, sendo 3 da Gestão do Programa Selo Prevenção, 3 da Gestão do Programa Se Liga e 3 da Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios *Fica Vivo!*, **cumprindo integralmente a meta estabelecida.**

Sobre as atividades do Fica Vivo!, com a manutenção das atividades presenciais nas Unidades de Prevenção à Criminalidade, tornou-se possível viabilizar o planejamento da retomada gradativa das oficinas dos territórios, com atenção aos protocolos de prevenção emanados pelos órgãos de saúde, aos decretos federal, estadual e municipais relativos à pandemia de COVID-19, bem como às diretrizes advindas desta SUPEC. Em acordo com essas orientações, a retomada das atividades tem sido acompanhada detalhadamente pela supervisão metodológica do Programa e pela gestão social das unidades de prevenção à criminalidade em âmbito local.

O programa, que no primeiro semestre do ano anterior tinha apenas 3 oficinas ativas e 3icineiros prestadores de serviço, encerra esse 14º período avaliatório com 260 oficinas ativas e 231 oficineiros.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	
Descrição do Indicador	
Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão. O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas. Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral e Elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-
Descrição do Indicador	
O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, que dispõem sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual,	

Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

3 – QUADRO DE PRODUTOS

Área Temática		Produto		Peso (%)	Início	Término	Período Avaliatório
1	Projetos de Emendas Parlamentares	1.1	Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade	12	Jul/22	Dez/22	16º
		1.2	Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	12	Jan/22	Set/22	14º
		1.3	Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	12	Jul/22	Dez/22	16º
		1.4	Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	12	Dez/21	Dez/22	16º
		1.5	Projeto Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade	12	Jan/22	Jun/22	14º
2	Diagnósticos	2.1	Diagnóstico de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local	10	Jan/22	Jun/22	14º
		2.2	Diagnóstico de Implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de abrangência Regional do Programa Selo Prevenção Minas	10	Jan/22	Abr/22	14º
3	Ações do Programa PrEsp	3.1	Pesquisa de Recorrência Prisional de egressos do Sistema	10	Jul/22	Dez/22	16º

		Prisional acompanhados pelo PrEsp				
	3.2	Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp	10	Fev/22	Ago/22	15º

5. ATRIBUTOS DOS PRODUTOS

Para o 14º Período Avaliatório, realizou-se os produtos 1.4 e 2.2 (esse com dois indicadores previstos: 11. E 11.2), conforme descrição abaixo.

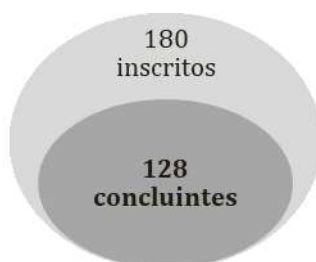
Área Temática: PRODUTOS	
Produto 1.4 – Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade Indicador 11.1 - Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo Indicador 11.2 Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
11.1 = 150 11.2 = 60%	11.1 = 180 11.2 = 71%
Descrição do Indicador	
O projeto Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens visa a promover a qualificação, o aperfeiçoamento e a orientação profissional, ampliando sua empregabilidade e/ou capacidade de gerar renda, e utilizando a inclusão no mercado de trabalho como estratégia de prevenção à criminalidade. O público alcançado serão adolescentes e jovens de 14 a 29 anos, do município de Belo Horizonte, atendidos e acompanhados pelos programas Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Se Liga, Ceapa e PrEsp. A OS deverá considerar o projeto básico validado que será disponibilizado pela SEJUSP, bem como todas as diretrizes emanadas pela SUPEC para a execução do projeto. A OS deverá elaborar o Relatório de Resultados para avaliar as contribuições efetivas do projeto para a empregabilidade e a geração de renda dos adolescentes e jovens atendidos. O relatório deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: I. Perfil do público (sexo, faixa etária, escolaridade, cor/etnia, renda familiar, UPC de origem); II. Fotografias de todas as turmas de qualificação executadas; III. Avaliação dos indicadores do projeto; IV. Nível de satisfação com o projeto: satisfação (em escala de 1 a 10) dos participantes com a qualificação recebida; V. Frequência média de participação: percentual de presença médio dos participantes nos encontros de qualificação; VI. Avaliação de aprendizagem: desempenho médio dos participantes nos cursos; VII. Obtenção de renda: percentual de participantes que obtiveram renda proveniente da atividade para a qual foram qualificados em até 6 meses; VIII. Outros itens definidos no momento da contratação O Relatório de Resultados deverá ser entregue à SUPEC até 8 meses a partir do último dia de qualificação ofertada para aprovação do produto, no qual conste as fontes de comprovação ou qualquer outro documento que ateste as informações prestadas no instrumento. Na análise de aprovação do produto, a SEJUSP/SUPEC considerará todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade do projeto.	
Fonte de comprovação do Produto	

Foi elaborado e entregue para a Supec um relatório completo detalhando todo o processo de execução e sobre as características do público atendido pelo Projeto. A seguir apresenta-se um resumo desse documento.

Ocorrido entre os dias 13/12/21 e 08/06/22, o Projeto Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade visou promover a qualificação, o aperfeiçoamento e a orientação profissional, ampliando sua empregabilidade e/ou capacidade de gerar renda, utilizando a inclusão no mercado de trabalho como estratégia de prevenção à criminalidade. O público atendido teve como composição adolescentes e jovens de 14 a 29 anos, do município de Belo Horizonte, atendidos e acompanhados pelos programas *Fica Vivo!*, Mediação de Conflitos, Se Liga, Ceapa e PrEsp. Esse empreendimento foi financiado com recursos de emenda parlamentar da deputada estadual Laura [REDACTED] e executado pela Supec e pela Organização Social coexecutora da Política, Instituto Elo.

Nesses termos, estabeleceu-se uma divisão de cursos profissionalizantes em 3 temáticas distintas: beleza, culinária e tecnologia. Tais temáticas se subdividiram nos seguintes cursos: barbearia e barboterapia, depilação, manicure e pedicure; garçom, padeiro, salgadeiro e montagem e manutenção de celulares. O arranjo da execução destes compreendeu 3 lotes, com dois ciclos para cada curso, sendo 12 alunos por turma. Ao final, a partir da constatação de sobra de recursos do projeto, foi possível a realização de uma turma extra do curso de Montagem e manutenção de celulares, na área de tecnologia.

Foram 180 inscritos titulares e 128 jovens concluíram e receberam certificado. **Isso significa um percentual de formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo de 71,11%, ultrapassando em muito os indicadores estabelecidos de 150 jovens inscritos e 60% de formandos.**



A carga horária de cada curso correspondeu a 40 horas, divididas em 10 dias. A empresa forneceu o material necessário para o andamento das aulas e foi realizado um controle rígido relacionado à frequência dos cursistas, a fim de aferir o cumprimento da carga horária para a emissão de certificado. A organização para o andamento do curso demandou contato direto com os jovens, público do Projeto. Além da captação de interessados, o acompanhamento desses adolescentes foi feito extensivamente, de modo a incentivar e auxiliar o aluno a concluir o curso. Além disso, foram repassados auxílio alimentação (R\$10,00) e auxílio transporte (R\$18,00) no valor conjunto de R\$28,00, entregues no local do curso, diariamente. Tal fator foi fundamental para a viabilização da participação desse público notadamente vulnerável, bem como para o baixo índice de desistência do projeto.

O curso de salgadeiro apresentou a maior parcela de alunos formados. O curso de manutenção e montagem de celulares também ostentou uma alta porcentagem de concluintes, além de contar com o maior número absoluto de alunos certificados. O curso de manicure, junto ao de salgadeiro, exibiram as menores proporções de alunos reprovados por falta. Enquanto isso, o curso de depilação sustenta a menor parcela de formados e, coerentemente, as maiores proporções de jovens reprovados e inscritos que não foram em nenhuma aula. O curso de padeiro e barbearia tiveram o mesmo desempenho, com 15 alunos formados de um total de 24.

Os homens são a maioria dos frequentes nos cursos e apresentam média de faltas menor em relação às mulheres. Deste modo, enquanto que os homens tiveram 1,8 faltas em média, as mulheres superaram a medida de 2 faltas (2,04 em média). O *Fica Vivo!* é o programa da Política de Prevenção à Criminalidade de maior público e a ele também é atribuído o maior número de jovens que finalizaram o curso. Em seguida, está o Programa Mediação de Conflitos, o Ceapa, o PrEsp ou Se Liga, nesta ordem.

No que se refere a alguns aspectos do curso, nota-se que o item pior avaliado é a atenção da coordenação, enquanto que o interesse pelo curso e a aplicação prática do conteúdo foram os tópicos melhor avaliados. Além destes, as notas mínimas observadas dizem respeito ao interesse em esclarecer dúvidas e ao atendimento da secretaria. No que concerne à avaliação geral média dos cursos, tem-se que os cursos melhor avaliados são da temática de beleza

e com público sobretudo do sexo feminino: Depilação e manicure e pedicure. Por outro lado, o terceiro curso da área de beleza, barbearia e barboterapia, é curso com a pior nota média para os jovens que responderam à pesquisa. Apesar disso, a variação entre os cursos é pequena, sendo a nota média mínima de 9,79 e a nota média máxima de 10.

O percurso do Projeto também foi atravessado por acontecimentos desoladores como o homicídio de um dos jovens que acessavam o Programa Se Liga e estava finalizando o curso de barbearia e barboterapia. O jovem era assíduo e receberia o certificado na semana seguinte ao ocorrido. Houve também boas notícias. Um dos jovens que havia concluído o curso de garçom no primeiro ciclo se inseriu no mercado de trabalho na área em que fez o curso. A notícia pode ser visualizada a seguir:

Menu Conteúdo Dúvidas Mapa do Site Fale conosco Acessibilidade Transparência RSS Serviços    Fonte:   Contraste: 



A Secretaria Depen-MG Integração Prevenção Socioeducativo Transparência

Você está aqui: > Início > Notícias > Jovem consegue primeiro emprego com curso ofertado pela Política de Prevenção à Criminalidade

Jovem consegue primeiro emprego com curso ofertado pela Política de Prevenção à Criminalidade

O curso de garçom concluído pelo rapaz, bem como capacitações em outras áreas, é oferecido em um projeto de qualificação e empreendedorismo

25 de Março de 2022, 10:31
Atualizado em 25 de Março de 2022, 11:06

Menos de uma semana após concluir o curso de garçom, oferecido pelo projeto de “Qualificação Profissional e Empreendedorismo de Jovens da Política de Prevenção Social à Criminalidade”, o jovem, já havia conquistado o primeiro emprego com carteira de trabalho assinada, em um bar/restaurante. O estabelecimento fica localizado no bairro Savassi, conhecido em Belo Horizonte pela variedade e quantidade de bares.



Por fim, pretende-se, ainda, reestabelecer mais uma vez o contato com os jovens que concluíram algum dos cursos. Daqui 8 meses, os concluintes serão consultados acerca de sua experiência laboral e no mercado de trabalho após o término do curso, a fim de conferir os efeitos do Projeto na empregabilidade destes jovens. Espera-se que os resultados que já foram denotados ao longo da execução do Projeto, como a contratação do Cristyan como garçom, sejam também observados no longo prazo para os demais jovens. A seguir encontra-se algumas fotos das aulas ministradas ao longo do Projeto:







Área Temática: PRODUTOS

Produto 2.2 - Diagnóstico de Implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de abrangência Regional do Programa Selo Prevenção Minas

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%
Descrição do Indicador	
O produto consiste na elaboração de 1 (um) diagnóstico de implantação de uma nova Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC Regional do Programa Selo Prevenção Minas. A implantação é definida por critérios técnicos que consideram tanto a dimensão de criminalidade violenta como a de vulnerabilidade social, segundo a lógica das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) em Minas Gerais. No primeiro momento de estruturação do Programa Selo Prevenção Minas, tem-se o desafio de conhecer mais profundamente os municípios que constituem a RISP 10, que será a área de abrangência da UPC Regional. Esse diagnóstico deverá subsidiar o planejamento para execução dos eixos metodológicos do Programa nos municípios atendidos. Após a articulação institucional, contratação e capacitação da equipe, tem-se o início da execução do referido diagnóstico. O Diagnóstico de Implantação, portanto, tem como objetivos: • Gerar elementos técnicos para a organização da atuação do Programa Selo Prevenção Minas na regional; • Contribuir para a definição das metodologias do Programa que serão aplicadas, bem como as localidades e as prioridades; • Mapear e elaborar uma leitura dos municípios situados na RISP, de acordo com suas características sociodemográficas, cenário de segurança pública e político-institucional; • Conhecer e mapear a rede formal de serviços presente na região; • Conhecer e mapear a rede informal presente na região, tais como associações representativas, grupos culturais, religiosos, movimentos sociais, ONG's; • Orientar a elaboração de estratégias de comunicação e divulgação das ações do programa a serem executadas; • Apresentar os resultados deste diagnóstico e propor a construção conjunta das ações do programa; •	

Para o alcance dos objetivos propostos, o diagnóstico de implantação deve lançar mão de diversas estratégias e metodologias de pesquisa, observação e investigação. O Diagnóstico deve ser estruturado em 3 dimensões, a saber:

- Dimensão Sociodemográfica: tem como objetivos identificar as características populacionais da região; identificar e caracterizar os aspectos sociais que impactam na qualidade de vida e no acesso a direitos da população e identificar a dinâmica e a composição geral da economia local;
- Dimensão de Segurança Pública: tem como objetivos identificar os eventos criminais e de violências na região; qualificar e compreender a dinâmica de ocorrência desses eventos criminais, a partir da compreensão de fatores como localização e públicos envolvidos; identificar fatores de risco que favoreçam a ocorrência dos crimes analisados;
- Dimensão Política-Institucional: tem como objetivos adquirir conhecimento histórico da região; entender as organizações geográficas e sociais da Risp; realizar o levantamento de parcerias, instrumentos e normativas relacionadas à segurança cidadã presentes nos municípios da região e realizar a leitura do cenário político dos municípios da Risp.

Cabe ressaltar que as diretrizes metodológicas mais detalhadas acerca deste Diagnóstico são emanadas pela Coordenação Estadual do Programa e constam no Documento Orientador da Implantação do Programa Selo Prevenção Minas - Regional. Ao final, o Diagnóstico deverá subsidiar o Plano de Ação do Programa na regional.

O resultado final dessa etapa deverá ser entregue à SEJUSP/SUPEC para validação.

Fonte de comprovação do Produto

Critério de aceitação: diagnóstico aprovado pela SEJUSP/SUPEC.

Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação do diagnóstico.

O Diagnóstico de Implantação do Programa Selo Prevenção Minas – Regional, que foi elaborado pelo Instituto Elo, foi entregue pela OS e validado pela Supec no dia 31/05/22. A seguir apresenta-se uma síntese desse produto.

O documento partiu da relevância do contexto histórico e conjuntura atual da RISP para compreender a atual situação da região abrangida. Foram propostas análises com 3 perspectivas diferentes: a primeira compõe o perfil sociodemográfico e econômico dos 3 municípios circunscritos; a segunda análise apresenta um retrato da segurança pública, incluindo os tipos de crime mais comuns na região, além das principais características dos eventos e das vítimas; por último, a terceira investigação aborda as principais informações municipais, a fim de dar arcabouço ao trabalho intentado pela equipe do Programa.

Os resultados encontrados na seção referente ao perfil sociodemográfico dos municípios da RISP 10 delineiam o cenário em questão de modo a auxiliar a compreensão acerca de cada município tanto em aspecto absoluto quanto no que diz respeito ao seu panorama em relação aos demais integrantes da Região enfocada. Dentre esses, destacam-se algumas cidades em vários dos quesitos propostos para investigação.

O município sede da RISP 10, Patos de Minas, não é o maior em extensão territorial, mas abrange a maior população descrita pela região, com 138.710 habitantes, 28,5% de toda a RISP, e conta com o maior PIB municipal em relação aos demais. Além disso, o município tem a maior proporção de residentes alfabetizados, a segunda maior proporção da população situada em área urbana e a maior com acesso a rede de agosto.

São Gonçalo do Abaeté, por sua vez, é caracterizado como o município com o maior percentual de pessoas não alfabetizadas, com a maior proporção da população sendo preta e parda; com a terceira maior parcela da população residindo em área rural; com a terceira maior parcela de domicílios sem rendimento, com até 1/8 de salário e com 1/8 a 1/4 de salário; e, por fim, com o segundo menor percentual da população com acesso a rede de esgoto ou pluvial.

Além destes, é preciso ainda mencionar Abadia dos Dourados que pontuou um dos menores IDHM da RISP e a maior taxa de mortalidade jovem. O município também apresentou algumas das parcelas, mas acentuadas de população sem acesso a rede de esgoto ou rede pluvial e domicílios em área rural.

A dimensão de segurança pública analisou 8 tipos de crimes cometidos contra a pessoa, a vida e a dignidade sexual ocorridos entre os anos de 2015 e 2021 na região da RISP 10. Através de dados obtidos do sistema REDS fornecidos pelo Observatório de Segurança Pública da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP-MG) foi possível entender a dinâmica dos crimes de ameaça, estupro, homicídio consumado, homicídio tentado, lesão corporal, vias de fato, feminicídio e violência doméstica registrados na região pesquisada.

Os resultados obtidos demonstram que a maioria dos crimes ocorreram nas cidades de maior porte da região como Patos de Minas (cidade polo), Patrocínio, Monte Carmelo, São Gotardo e Carmo do Paranaíba que responderam por cerca de 71% das ocorrências em números absolutos.

Os crimes de ameaça foram mais recorrentes entre mulheres pardas e/ou brancas com idade de até 39 anos. O crime de estupro vitimou em sua maioria meninas pardas e/ou brancas entre 5 e 19 anos de idade. Já os homicídios

consumados e tentados vitimaram na grande maioria homens pardos na faixa etária de 15 a 19 anos, enquanto que os homicídios tentados. O crime de lesão corporal teve como principais vítimas as mulheres de raça/cor parda e/ou brancas com idade entre 20 e 24 anos, padrão idêntico verificado entre as vítimas do crime de vias de fato. Quanto ao crime de feminicídio, a maioria das mulheres afetadas eram de raça/cor parda com idade entre 20 e 24 anos. Já quanto violência doméstica, as maiores vítimas foram mulheres de raça cor parda na faixa etária de 30 a 34 anos.

Entende-se, dessa forma, que uma investigação com as perspectivas citadas dá lastro ao conhecimento acerca dos aspectos sociodemográficos da população enfocada, viabilizando embasamento para a atuação da equipe na região de implantação do Programa Selo Prevenção.

Quanto à organização geográfica e política da RISP 10, nota-se que, em relação à saúde e desenvolvimento social, tem-se como referência Patos de Minas, a maior cidade da RISP, e também Uberlândia como cidade polo. De modo geral, as categorias que referenciam a cidade de Patos de Minas, com exceção à CJ, combinam os mesmos municípios, como é mostrado na figura, afirmando a importância do município para a região.

Por último, tendo em vista a discussão proposta na seção referente ao consolidado de informações municipais, os resultados demonstram uma fragilidade de discussão, atendimento, encaminhamento e criação de fluxo. Além disso, evidencia-se a fragilidade da atuação direta nas raízes do problema, que é o objetivo do programa no que tange às ações de prevenção à criminalidade de acordo com a realidade local e as necessidades de cada município. Apesar disso, destaca-se como potenciais parceiros do Programa e organizações estratégicas para a articulação, para além das unidades assistências que se constituem como portas de entrada para os casos de violência, os conselhos municipais de direito que desenvolvem atuação direcionada às pessoas que são públicos específicos da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade.

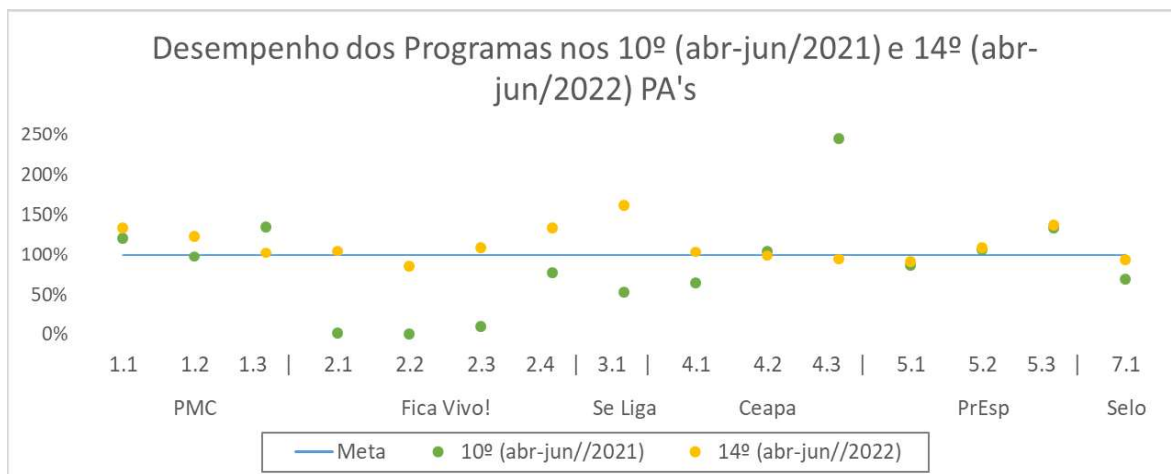
Por fim, no documento, buscou-se identificar prováveis vulnerabilidades no território, além de sistematizar as informações acerca da organização social e política, de potenciais parceiros do Programa, bem como contextualizar a sua área de abrangência, compreendendo as dimensões socioeconômica e de segurança pública de todo o território. Acredita-se que esse conjunto de informações, ainda que robusto, não seja um produto estanque e acabado, mas um ponto de partida importante para uma atuação efetiva da UPC na 10ª Região Integrada de Segurança Pública. Espera-se que o seu uso e atualização pelas equipes possa auxiliar na construção de um plano de ação qualificado com os municípios e no desenvolvimento das outras atividades afetas à metodologia e ao sucesso do Programa.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou os resultados do 14º Período Avaliatório (01/04/2022 a 30/06/2022), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 29 indicadores e produtos. Desse total, 19 indicadores tiveram suas metas alcançadas plenamente e outros 2 indicadores terão seus resultados mensurados após a entrega desse relatório. Como a implantação do Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher ocorreu apenas no município de Curvelo e no final do período avaliatório (28/06/2022), pede-se a desconsideração dos indicadores 6.1, 6.2 e 6.3 na apuração da nota final desse período avaliatório. Ainda em relação aos resultados, importante destacar que, dentre os outros 5 casos em que a meta não foi alcançada, nota-se que seus resultados chegaram próximo do objetivo, com uma média de cumprimento em torno de 92,5%.

A despeito dos picos de contaminação de Covid-19 dos meses de janeiro e junho, o ano de 2022 apresenta sinais de melhora constante em relação aos períodos anteriores, sobretudo no que se refere a gravidade dos casos de contaminação e do seu impacto no funcionamento, na metodologia e no desempenho dos Programas. Ao que parece, embora ainda exija cuidados, o pior momento da crise sanitária e as suas consequências ficaram para trás.

Nesse contexto, seguindo a tendência do 13º PA, o 14º PA manteve o padrão de resultados positivos. O gráfico abaixo mostra um comparativo dos indicadores entre os meses de abril, maio e junho de 2021 (10º PA) e de 2022 (14º PA), onde é possível dimensionar o quão melhor foi essa evolução em relação ao ano passado. Destacam-se, sobretudo, a expressiva evolução dos resultados do Programa *Fica Vivo!* e Se Liga, cujas atividades foram muito impactadas pelas restrições pandêmicas, bem como a capacidade e empenho de todos os Programas para atingir patamares satisfatórios de atendimentos mesmo em situações extremamente adversas tanto em 2021 quanto em 2022.



Fonte: Instituto Elo, 2022.

Por fim, importante frisar o volume histórico de atividades e entregas desenvolvidas neste semestre com a melhora nas condições pandêmicas. Nota-se a execução de projetos inviabilizados há mais de dois anos, como os Cursos Profissionalizantes da Emenda Laura Serrano, o Curso Profissionalizante com o Público do PrEsp, o Projeto Circuito Liberdade do Se Liga com a realização de atividades externas de cultura, esporte e lazer com os adolescentes do sistema socioeducativo, além da conclusão do projeto Piloto ComAgente, o Diagnóstico de Implantação da UPC do Selo Prevenção na RISP 10 - Patos de Minas, a implementação do Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher e a (re)implantação de outras Unidades de Prevenção Criminal no estado. Além disso, já para o próximo período avaliatório, no mês de julho, inicia-se a expansão das oficinas do Projeto ComAgente para 26 UPC's e o Curso de Formação de Lideranças Comunitárias, ambos do Programa Mediação de Conflitos, e outros projetos a serem realizados ainda nesse segundo semestre. Os desafios são imensos, mas os resultados e detalhamento aqui apresentados demonstram o alto comprometimento e capacidade de superação de todos os envolvidos na parceria SEJUSP e IElo na busca para oferecer um serviço de excelência a população mineira.

4 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:45:02 do dia 20/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/12/2022.

Código de controle da certidão: **47A0.8A58.714A.712F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.514.913/0001-75

Certidão n°: 15720023/2022

Expedição: 17/05/2022, às 10:51:59

Validade: 13/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **07.514.913/0001-75**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**Certificado de Regularidade do FGTS -
CRF**

Inscrição: 07.514.913/0001-75
Razão Social: INSTITUTO ELO
Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/06/2022 a 21/07/2022

Certificação Número: 2022062201072223847685

Informação obtida em 04/07/2022 10:08:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
04/07/2022CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:
02/10/2022

NOME: INSTITUTO ELO

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180060

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2022000556804763



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

**DOCUMENTO AUXILIAR DA
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO
PLENA PESSOA JURIDICA**

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **AJCLLFJRJ**

Documento/Certidão nº **19.419.325** Exercício: **2022**

Emissão em: **04/07/2022**

Requerimento em: **10:09:13**

Validade: **03/08/2022**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

RESSALVAS

Existe(m) lançamento(s) a vencer

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 11 de julho de 2022.

**GLEIBER GOMES
DE OLIVEIRA**

Assinado de forma digital por
GLEIBER GOMES DE OLIVEIRA
Dados: 2022.07.11 16:49:52
-03'00'

Gleiber Gomes de Oliveira

Diretor Presidente

Instituto Elo